



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E
HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**COMPANHIA MATE LARANJEIRA:
DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NOS ERVAIS A RECONFIGURAÇÃO DO
TERRITÓRIO GUARANI**

PAULA FERNANDA SANTOS DA SILVA

Foz do Iguaçu
2025

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**COMPANHIA MATE LARANGEIRA:
DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NOS ERVAIS A RECONFIGURAÇÃO DO
TERRITÓRIO GUARANI**

PAULA FERNANDA SANTOS DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti

Foz do Iguaçu
2025

PAULA FERNANDA SANTOS DA SILVA

COMPANHIA MATE LARANGEIRA:
DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NOS ERVAIS A RECONFIGURAÇÃO DO
TERRITÓRIO GUARANI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti
PPGHIS/UNILA

Prof. Dra. Endrica Geraldo
PPGHIS/UNILA

Prof. Dr. Paulo José Koling
PPGH/UNIOESTE

Foz do Iguaçu, 16 de junho de 2025.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

S586

Silva, Paula Fernanda Santos da.

Companhia Mate Larangeira: da exploração do trabalho nos ervais a reconfiguração do território guarani /
Paula Fernanda Santos da Silva. - Foz do Iguaçu, 2025.

131 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano
de Arte, Cultura e História, Programa de Pós-Graduação em História. Foz do Iguaçu - PR, 2025.

Orientador: Clovis Antonio Brighenti.

1. Indígenas - Exploração da força de trabalho. 2. Erva-mate. 3. Companhia Matte Larangeira. 4. Indígenas -
Resistência à colonização. 5. Guaranis - Território. I. Brighenti, Clovis Antonio. II. Título.

CDU 331(=873.241)(091)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha profunda gratidão à minha avó, Edite Vilaça dos Santos, uma mulher extraordinária que me incentivou a estudar ao longo de toda a minha vida. Sua presença constante, cuidado e apoio incondicional fizeram dela minha fortaleza, e por isso lhe serei eternamente grata. Manifesto, também, minha imensa gratidão à minha mãe, Margarida Salete dos Santos, cuja amabilidade, gentileza e crença no meu potencial foram fundamentais para minha trajetória acadêmica.

Agradeço ao professor orientador Clovis Antonio Brighenti, por sua paciência e dedicação durante todo o processo de orientação, bem como pela amizade ao longo dessa jornada. Registro, ainda, minha gratidão ao meu companheiro, Mike Andreolla Miranda, por seu apoio inestimável em todas as etapas da escrita desta dissertação, bem como por sua presença, carinho e atenção incondicionais.

Expresso meus sinceros agradecimentos à Professora Dra. Endrica Geraldo e ao Professor Dr. Paulo José Kolling, por aceitarem compor a banca examinadora, dedicando seu tempo e conhecimento à avaliação deste trabalho. Minha admiração e respeito são dirigidos, também, aos docentes do curso de História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, cujas orientações quanto às fontes documentais foram essenciais para a realização desta pesquisa.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) pelo financiamento concedido por meio da bolsa de estudos, que possibilitou o desenvolvimento deste projeto de investigação.

*O canto da mãe d'água
Que na dança com o vento
Pede que a respeite
Pois é fonte de sustento.
"Marcia Kambela"*

RESUMO

A utilização do trabalho indígena emergiu como uma prática recorrente nos ervais brasileiros ao final do século XIX e início do século XX, manifestando-se de forma particularmente intensa nos territórios do Mato Grosso do Sul e na região oeste do Paraná, onde a Companhia Mate Larangeira detinha concessões governamentais para a exploração do produto. A exploração do trabalho indígena promovida pela Companhia, tanto em Mato Grosso do Sul quanto no oeste do Paraná, visava, primordialmente, a produção de erva-mate cancheada, destinada à exportação para a Argentina. Como elemento metodológico utilizamos uma abordagem qualitativa, fundamentada em fontes documentais, incluindo relatos orais prestados por membros da comunidade Guarani a pesquisadores. Destes relatos orais foram identificados detalhes significativos acerca das condições laborais nos ervais, bem como das estratégias de resistência adotadas pelos trabalhadores indígenas. Tais relatos revelam que, mesmo sob um sistema de exploração rigoroso, os trabalhadores buscavam preservar suas tradições e práticas culturais, mantendo, por meio dos rituais e costumes tradicionais, viva a sua identidade cultural. Os trabalhadores eram submetidos a jornadas exaustivas, as quais serviam para saldar dívidas contraídas junto aos proprietários dos ervais — prática comumente referida na historiografia como “escravidão por dívidas.” Esse sistema de exploração, somado ao processo de colonização que se intensificou na região após o declínio da Companhia Mate Larangeira, gerou impactos profundos e duradouros sobre as comunidades indígenas ao longo do século XX. Os desdobramentos desse processo são perceptíveis ainda na contemporaneidade, refletindo-se na vulnerabilidade socioeconômica e na luta contínua pela demarcação de terras das populações indígenas no Mato Grosso do Sul e no oeste do Paraná no período recente.

Palavras-chave: Exploração Indígena; Erva-mate; Mate Larangeira; Resistência Indígena; Território Guarani.

SUMMARY

The use of indigenous labor emerged as a recurring practice in Brazilian yerba mate plantations in the late 19th and early 20th centuries, and was particularly intense in the territories of Mato Grosso do Sul and the western region of Paraná, where the Companhia Mate Larangeira held government concessions for the exploitation of the product. The exploitation of indigenous labor promoted by the Company, both in Mato Grosso do Sul and in the western region of Paraná, was primarily aimed at the production of cancheada yerba mate, destined for export to Argentina. As a methodological element, we used a qualitative approach, based on documentary sources, including oral accounts provided by members of the Guarani community to researchers. From these oral accounts, we identified significant details about the working conditions in the yerba mate plantations, as well as the resistance strategies adopted by indigenous workers. These accounts reveal that, even under a system of rigorous exploitation, the workers sought to preserve their traditions and cultural practices, keeping their cultural identity alive through traditional rituals and customs. The workers were subjected to exhausting workdays, which were used to pay off debts owed to the owners of the yerba mate plantations—a practice commonly referred to in historiography as “debt slavery.” This system of exploitation, combined with the colonization process that intensified in the region after the decline of the Mate Larangeira Company, generated profound and lasting impacts on indigenous communities throughout the 20th century. The consequences of this process are still noticeable today, reflected in the socioeconomic vulnerability and the ongoing struggle for land demarcation of indigenous populations in Mato Grosso do Sul and western Paraná in recent times.

Keywords: Indigenous Exploitation; Mate Herb; Larangeira Mate; Indigenous Resistance; Guarani Territory.

RESUMEN

La utilización de mano de obra indígena surgió como una práctica recurrente en las herbolarias brasileñas a finales del siglo XIX y principios del XX, manifestándose de forma particularmente intensa en los territorios de Mato Grosso do Sul y en la región occidental de Paraná, donde la Companhia Mate Larangeira tenía concesiones gubernamentales para la explotación del producto. La explotación de la mano de obra indígena promovida por la Compañía, tanto en Mato Grosso do Sul como en el oeste de Paraná, tuvo como destino principal la producción de yerba mate cancheada, destinada a la exportación a Argentina. Como elemento metodológico, utilizamos un enfoque cualitativo, basado en fuentes documentales, incluyendo relatos orales rendidos por miembros de la comunidad guaraní a los investigadores. A partir de estos relatos orales se identificaron detalles significativos sobre las condiciones de trabajo en las plantaciones de yerba mate, así como las estrategias de resistencia adoptadas por los trabajadores indígenas. Estos informes revelan que, incluso bajo un riguroso sistema de explotación, los trabajadores buscaron preservar sus tradiciones y prácticas culturales, manteniendo viva su identidad cultural a través de rituales y costumbres tradicionales. Los trabajadores eran sometidos a jornadas laborales agotadoras, que servían para saldar deudas contraídas con los dueños de las plantaciones de yerba mate, una práctica comúnmente denominada en la historiografía como “esclavitud por deudas”. Este sistema de explotación, combinado con el proceso de colonización que se intensificó en la región tras la decadencia de la Companhia Mate Larangeira, generó impactos profundos y duraderos en las comunidades indígenas a lo largo del siglo XX. Las consecuencias de este proceso todavía son perceptibles en la contemporaneidad, reflejándose en la vulnerabilidad socioeconómica y en la lucha vigente por la demarcación de tierras de las poblaciones indígenas en Mato Grosso do Sul y oeste de Paraná en el período reciente.

Palabras clave: Exploración Indígena; Yerba mate; Mate Naranjera; Resistencia Indígena; Territorio Guaraní.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Mato Grosso em 1892, incluindo as suas cidades.....	27
Figura 2 – Mapa das concessões adquiridas pela Companhia Mate Larangeira nos anos 1882-1890-1893.....	31
Figura 3 – Igreja de Pedra Nuestro Señor del Perdón.....	34
Figura 4 – A EFML no interior da área de atuação da empresa concessionária dos ervais sul-mato-grossenses – 1ª metade do século XX.....	38
Figura 5 – Comboio na saída de Guáira (Obrageros, Mensus e colonos).....	40
Figura 6 – Centro do território Guarani e rotas de dispersão.....	50
Figura 7 – Bacia Amazônica com a localização do rio Madeira.....	51
Figura 8 – Mapa da área natural de ocorrência de mate.....	58
Figura 9 – Flores da erva-mate.....	59
Figura 10 – Frutos da erva-mate.....	59
Figura 11 – Mapa dos Tekoha	97

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.....	28
QUADRO 2.....	29
QUADRO 3.....	88
QUADRO 4.....	104-105-106-107-108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- BRMG – Banco Rio e Mato Grosso
- CAND – Fundação Agrícola Nacional de Dourados
- CML – Companhia Mate Larangeira
- DAF – Diretoria de Assuntos Fundiários
- EFML – Estrada de Ferro Mate Larangeira
- FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- INM – Instituto Nacional do Mate
- LMC – Larangeira Mendes & Cia
- NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
- SNBP – Serviço de Navegação da Bacia do Prata
- SMT – Sul do Mato Grosso
- SPI – Serviço de Proteção aos Índios
- RCID – Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - ATUAÇÃO DA COMPANHIA MATE LARANGEIRA	26
1.1 A ORIGEM DA COMPANHIA MATE LARANGEIRA.....	26
1.2 FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA.....	31
1.3 CONCESSÕES E ARRENDAMENTOS.....	31
1.4 QUESTÕES POLÍTICAS E A QUESTÃO DO MATE.....	35
1.5 A VIA FÉRREA EM GUAÍRA - PARANÁ.....	38
1.6 PROCESSO DE ENCAMPAÇÃO.....	42
CAPÍTULO II - EXPLORAÇÃO DE TRABALHO GUARANI PELA COMPANHIA MATE LARANGEIRA	46
2.1 TRABALHO E EXPLORAÇÃO DE TRABALHO.....	46
2.2 A RELAÇÃO DO INDÍGENA GUARANI COM O TERRITÓRIO.....	50
2.3 OS GUARANIS E A SUA RELAÇÃO COM A ERVA-MATE.....	57
2.4 CONTRATAÇÕES DE TRABALHADORES INDÍGENAS PELA COMPANHIA ERVATEIRA.....	63
2.5 A VIDA NOS ERVAIS: O RANCHO ERVATEIRO.....	66
2.6 A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INDÍGENA GUARANI NOS ERVAIS DA CML.....	70
CAPÍTULO III - OS GUARANI COMO SUJEITOS DO PROCESSO	76
3.1 PRÁTICAS CULTURAIS E ESPIRITUAIS DOS GUARANI NOS ERVAIS DA MATE LARANGEIRA.....	76
3.2 RESISTÊNCIA E ESTRATÉGIAS GUARANI NOS ERVAIS DA MATE LARANGEIRA.....	77
3.3 O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NOS ERVAIS DA COMPANHIA ERVATEIRA.....	82

3.4 RESISTÊNCIA NO TEKOKHA GUASU GUAVIRÁ PÓS MATE LARANJEIRA.....	88
3.5 TERRITÓRIO GUARANI: O IMPACTO DAS TRANSFORMAÇÕES QUE OCORRERAM NO PASSADO QUE REFLETEM NO PRESENTE.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	122
FONTES.....	131

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a relação dos Guarani com a exploração da erva-mate pela Companhia Mate Larangeira dá continuidade a um tema abordado no meu Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação de História – América Latina. Esse trabalho, intitulado *“Teodorico Leite dos Santos: História e trajetória de um indígena resistente no século XX no Paraná”*, enfocava o trabalho indígena nos ervais do Paraná. Teodorico Leite dos Santos foi um dos indígenas que atuou nesses ervais e residia em Guaíra, município do estado do Paraná, Brasil. Na entrevista que realizei em 2019 com o senhor Teodorico Leite dos Santos, foram colhidos dados de que ele trabalhou na secagem de erva-mate na cidade de Guaíra. Após consulta nos documentos constatamos que o senhor Teodorico foi um dos trabalhadores da Companhia Mate Larangeira.

Paulo Roberto Queiroz, pesquisador da Companhia Mate Larangeira, nos informa que a chegada da empresa na cidade de Guaíra no início do século XX, quando a Companhia dá início a construção da via férrea, para facilitar o escoamento da erva-mate, ocorreu depois de ter explorado por anos a erva-mate no Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul): “Na primeira década do novo século, a empresa alterou sua rota, trocando o rio Paraguai pelo alto e médio Paraná. Essa nova rota tinha a vantagem de ser mais direta, uma vez que os ervais se situavam precisamente na bacia do alto Paraná” (Queiroz, 2022, p. 30).

Nesta pesquisa, buscamos saber quem eram seus trabalhadores. Essa questão nos remete ao tema abordado em diversos documentos aqui analisados, que tratam das duas categorias de trabalhadores nos ervais: os paraguaios e os indígenas Guarani, ambos empregados como mão de obra braçal (Wachowicz, 1987). Em alguns momentos, essas categorias se confundem nos registros, ora sendo tratadas como sinônimos, ora os Guarani desaparecendo dos documentos e sendo identificados apenas como paraguaios.

A partir dessa constatação, tornou-se necessário aprofundar a investigação sobre a história dos trabalhadores dessa Companhia, analisando o funcionamento do trabalho nos ervais, as condições laborais e as formas de pagamento. Além disso, abordamos o papel do Estado brasileiro nesse contexto, com ênfase na atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e, posteriormente, na criação da Funai.

O objetivo desta pesquisa é desenvolver uma análise crítica do processo de exploração do trabalho indígena na extração da erva-mate pela referida Companhia, ampliando a abordagem para as relações estabelecidas com o território Guarani. Embora a Cia. Mate Larangeira detivesse apenas a concessão de exploração, sua presença na região favoreceu a expansão da agropecuária pela iniciativa privada — fazendeiros e camponeses. Essa dinâmica resultou na ocupação do território Guarani, tanto no Mato Grosso do Sul quanto no Paraná, confinando os indígenas em pequenas reservas, enquanto a maior parte da população foi expulsa de suas terras.

O Estado brasileiro, por meio do SPI, criado em 1910, pouco se empenhou na proteção desses indígenas; ao contrário, atuou para liberar as terras, intensificando os conflitos, que persistem até a contemporaneidade. No Mato Grosso do Sul foram criadas oito pequenas reservas para os Guarani e Kaiowá, enquanto, na região de Guaíra (PR), nenhuma reserva foi estabelecida. Faremos, portanto, um percurso temporal de mais de um século, buscando compreender as relações do passado e presente, localizando a ação indígena e reconhecer que os indígenas seguem presentes e atuaram e continuam atuando pela manutenção de seu modo de vida (*nhenderekó*, na definição Guarani).

Como fonte utilizamos o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID)¹ da Terra Indígena Guasu Guavirá (2018), na região de Guaíra e Terra Roxa no estado do Paraná, e também o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani-Kaiowá Guyraroká (2002) no Mato Grosso do Sul, realizados pela Funai, além de fontes como o jornal Brasil de Fato e o jornal Terras Indígenas no Brasil. Esses documentos e estas notícias são importantes evidências que relatam e registram o esbulho territorial e as violações de direitos enfrentados pelos povos Guarani-Kaiowá e Avá-Guarani nas regiões do oeste do Paraná e do Sul do Mato Grosso do Sul. A análise detalhada de cada material revela um contexto histórico de expropriação, intensificada pela expansão agrária e com a conivência do Estado, além de destacar a resistência indígena e as estratégias contemporâneas de enfrentamento a estas violências.

¹ A sigla da Funai será utilizada durante o texto para se referir ao Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guasu Guavirá, foi optado por esta escolha, porque o relatório foi composto por vários pesquisadores e técnicos da área indígena, que foram contratados para fazer o relatório a ser utilizado pela Funai. Portanto, deixo claro a minha opção.

O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani-Kaiowá Guyraroká (2002), elaborado por Pereira (2002), atende às exigências estabelecidas pela Portaria n.º 083/2001, emitida pelo Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). O estudo se fez necessário devido a diversos conflitos entre indígenas Kaiowa e fazendeiros pela posse das terras. A pesquisa teve como intuito a criação de um Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de identificar e delimitar a Terra Indígena Guyraroká, localizada no município de Caarapó, estado de Mato Grosso do Sul.

As atividades do GT tiveram início em 09 de fevereiro de 2001, com o propósito de levantar informações sobre a referida terra indígena. Para tanto, o antropólogo Levi Marques Pereira (2002) realizou entrevistas com moradores e pesquisadores, a fim de obter dados sobre a população da Terra Indígena Guyraroká. Além disso, Pereira (2002) baseou-se em documentos e em informações transmitidas oralmente por habitantes locais.

A terra indígena identificada e delimitada encontra-se situada nas bacias dos córregos Ypytã e Caracu. A história da ocupação indígena de Guyraroká é caracterizada por eventos que antecedem a chegada das frentes colonizadoras nacionais (dirigidas ou ditas “espontâneas”, enquanto fronteira agrícola) na região. A partir da análise do referido relatório, torna-se possível compreender as transformações ocorridas ao longo do tempo, bem como os conflitos internos e externos associados ao processo de retomada territorial da Terra Indígena Guyraroká.

Segundo Pereira (2002) os primeiros contatos desta população foram com a introdução da Cia Mate Larangeira que representou a imposição do contato e dependência em relação à sociedade nacional, marcando um período de transformações sociais na maioria das comunidades Kaiowá. Uma destas transformações foi a incorporação dos Kaiowá ao trabalho rural, neste caso, nos ervais da empresa.

O território onde habitavam e habitam populações indígenas Guarani foi concedido à Companhia Mate Larangeira, pelos estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná. A partir disto, abordamos a forma que os indígenas Guarani foram afetados pela Companhia Mate Larangeira durante a exploração da erva-mate e a chegada dos fazendeiros. Analisando os conflitos que ocorreram durante o processo da criação de reservas indígenas no Mato Grosso e o não reconhecimento do direito Guarani à terra no oeste do Paraná.

Durante o período histórico em que a Companhia se instalou no Brasil, em 1882, o Brasil ainda era governado por um monarca, alguns anos depois houve o início do período republicano, caracterizado pelo fim do Império e o início da Primeira República, que perdurou entre 1889 e 1930. Naquele contexto, o poder político estava concentrado nas mãos das oligarquias², o que conferiu ao período a denominação de "República das Oligarquias", dado o predomínio de latifundiários paulistas e mineiros na condução dos rumos políticos do país. Ao longo de toda a Primeira República, o Brasil contou com treze presidentes³, dos quais dois não chegaram a assumir efetivamente o cargo.

Em 1891, o Brasil elegeu, de maneira indireta, o primeiro presidente da República, o Marechal Deodoro da Fonseca, pelo Congresso Nacional. Segundo Resende (2003), as tensões políticas tornaram-se insustentáveis, levando Deodoro a decretar a dissolução do Congresso, mas, diante da pressão de grupos militares e civis, situação que se aproximava da guerra civil, Deodoro passou o governo às mãos de Floriano Peixoto, o vice-presidente eleito pela Assembleia Constituinte.

Como o recorte temporal a presente pesquisa se concentra fundamentalmente no fim do século XIX e início do século XX, com a trajetória da Cia Mate Larangeira, passando pelos acontecimentos e impactos ocorridos nas populações indígenas Guarani no Oeste Paranaense e no Sul mato-grossenses após a saída da empresa, fazendo apontamentos sobre os resultados desse processo para o tempo presente dessas populações. Como recorte teórico, nas obras de Brand, Guillen, buscamos contemplar a perspectiva Guarani de resistência, com um olhar para as fontes do cotidiano indígena e como fizeram uso de mecanismo próprios para suportar as brutalidades do trabalho árduo e do roubo das terras. Refletimos sobre a resistência dos Guarani frente ao sistema colonizador e exploratório da Mate e as

² “Política para poucos” assim era determinado as Oligarquias durante a República Velha, onde os produtores agrários dominavam a política, Segundo Couto “a oligarquia é um regime organizacional no qual os indivíduos que detêm postos de comando conseguem agir continuamente de forma não subordinada aos princípios de legitimidade vigentes, pois não são controláveis pelos demais membros da coletividade organizada, podendo assim dirigi-la de modo a favorecer seus próprios objetivos em detrimento do que desejam os demais e/ou do que são os princípios legítimos de funcionamento da organização” (Couto, 2012, p. 57).

³ Os treze presidentes da República velha era: Deodoro da Fonseca (1889-1891); Floriano Peixoto (1891-1894); Prudente de Moraes (1894-1898); Campos Sales (1898-1902); Rodrigues Alves (1902-1906); Afonso Pena (1906-1909); Nilo Peçanha (1909-1910); Hermes da Fonseca (1910-1914); Venceslau Brás (1914-1918); Delfim Moreira (1918-1919); Epitácio Pessoa (1919-1922); Artur Bernardes (1922-1926); Washington Luís (1926-1930).
<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/republica-velha-1889-1930.htm>

formas de resistência ao sistema ervateiro, observando que as rodas de tereré e nos intervalos dos trabalhos, pois eram momentos de troca de saberes ancestrais, assim como a utilização da língua Guaraní figura entre outras formas de resistência.

Fazendo uma análise bibliográfica, tivemos como base o historiador Queiroz (2022) que apresentou a origem da companhia no Paraguai e a sua transferência para o Brasil, através da obtenção de diversas concessões de terras no estado do Mato Grosso e, mais tarde, para melhorar seu tráfego de transporte para o mercado externo (Argentino) se adentra ao estado do Paraná, especificamente a região de Guaíra.

Para aprofundarmos os meandros da entrada da Companhia no estado do Paraná tivemos por base a análise do historiador Ruy Christovam Wachowicz, que nos relata a história da região em sua obra “Obrageros, Mensus e Colonos”, publicada em 1982. Wachowicz apresentou a região oeste do Paraná na época das grandes empresas ervateiras, onde algumas dessas empresas, como a Companhia aqui estudada, tinha como interesse a construção de uma ferrovia para melhorar o escoamento de erva-mate cancheada que ela produzia para o mercado platino (Argentina).

Como fonte documental usamos o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá. Este Relatório foi produzido pelo Grupo Técnico constituído pelas Portarias da FUNAI nº 139/PRES, de 17.02.2014, e nº 402/PRES, de 25.04.2014, coordenado pela antropóloga Marina Vanzolini Figueiredo, com participação da geógrafa Camila Salles de Farias, atuando como colaboradora e pelo antropólogo/biólogo assistente Diogo de Oliveira.

O objetivo do relatório era caracterizar as terras tradicionalmente ocupadas pelo povo Indígena Avá-Guarani, nos municípios de Guaíra, Terra Roxa e Altônia, no estado do Paraná, sendo este relatório o resultado de estudos de natureza histórica, antropológica, cartográfica e ambiental.

A equipe técnica do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá fez diversas pesquisas, para identificar e delimitar o território dos Avá-Guarani no Oeste paranaense. O trabalho de campo foi realizado em 2014, com visitas técnicas em treze aldeias que compunham o referido tekoha Guasu Guavirá. Foram utilizados a confecção de oficinas para a produção de cartogramas e a coleta de informações, além de registros fotográficos, entrevistas e anotações, que permitiu caracterizar o vínculo de pertencimento histórico

de lugar pelas circunstâncias atuais de permanência em suas terras e pela perspectiva de futuro do grupo, na manutenção de seus usos, costumes e tradições.

Outra importante fonte documental utilizada foi o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani-Kaiowá Guyraroká, no Mato Grosso do Sul, coordenado pelo antropólogo Levi Marques Pereira, resultado da Portaria Nº 083/PRES/FUNAI, de 31 de janeiro de 2001. Esse trabalho também contém expressivas fontes documentais que corroboram com nossa dissertação.

A comissão Guarani Yvyrupa nasceu com a necessidade de uma organização que pertencesse a comunidade Guarani e que pudesse representar as comunidades nas lutas travadas em diversas regiões onde estão localizados os Guarani, sendo esta comissão organizada para se manter firme na luta por seus direitos territoriais, independentemente de onde estiver ocorrendo a luta pela terra.

A Comissão Guarani Yvyrupa (2023) produziu um relatório que aborda questões de conflitos com o setor agrícola em relação ao seu território e como o estado paranaense compactou com o agronegócio perante as demarcações de territórios.

Foi realizado a partir de pesquisa documental, estatística e, principalmente, pesquisas em campo, os impactos às comunidades de Tekoha Guasu Guavirá decorrentes da produção de commodities agrícolas sobre suas áreas de ocupação tradicional. Os relatos dos Avá-Guarani que dão base a este diagnóstico foram coletados entre maio e agosto de 2022, e registros de depoimentos anteriores a esta data também foram consultados para compor esta pesquisa. Esta pesquisa aborda a influência do setor agrícola, na região, e como as populações Guarani estão vivendo em meio aos conflitos com a classe patronal rural.

Ao trabalhar com a história indígena, no tempo presente, é importante considerar a dimensão da memória. Maurice Halbwachs (2006, p.86) nos ensina que “ao lado de uma história escrita há uma história viva que se perpetua ou se renova através dos tempos”. Halbwachs discorreu sobre a memória coletiva, apontando para a dimensão social dela, contextualizada nas vivências particulares. Pois através destas memórias conseguimos conhecer o modo de viver, a cultura dos povos originários e perceber como a sociedade brasileira, com sua civilização ocidental, foi agressiva com os povos indígenas. Segundo Portelli (1996, p. 04) “de fato, os textos - tanto os relatos orais como os diálogos de uma entrevista - são expressões altamente

subjetivas e pessoais, como manifestações de estruturas do discurso socialmente definidas e aceitas.

O objetivo do Relatório era de caracterizar as terras tradicionalmente ocupadas pelo povo Indígena Avá-Guarani, nos municípios de Guaíra, Terra Roxa e Altônia, no estado do Paraná, sendo este relatório o resultado de estudos de natureza histórica, antropológica, cartográfica e ambiental.

Para se chegar ao Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá (2018) foram feitas diversas pesquisas, para identificar e delimitar o território dos Avá-Guarani no Oeste paranaense. O trabalho de campo do relatório foi realizado em 2014, com visitas técnicas em treze aldeias que compõem o Tekoha, Guasu Guavirá, foram utilizados métodos participativos, com oficinas para a produção de cartogramas e a coleta de informações, sendo os registros fotográficos, entrevistas e anotações, que permitindo caracterizar o vínculo de pertencimento histórico de lugar pelas circunstâncias atuais de permanência em suas terras e pela perspectiva de futuro do grupo, na manutenção de seus usos, costumes e tradições.

A exploração de trabalho indígena nos ervais ainda está presente na memória das famílias dos Avá-Guarani que trabalharam na Companhia Mate Larangeira, permitindo que analisemos criticamente os tipos de violências praticadas contra os Avá-Guarani.

Segundo dados produzidos pela equipe do Mapa Guarani Continental (2016), a população Guarani no Brasil, entre 2012 e 2015, foi estimada em 85.255 pessoas, espalhadas por onze estados nas cinco regiões brasileiras. Devido às múltiplas interações e similaridades históricas, optamos por empregar o nome geral Guarani, sem especificar os etnônimos Kaiowá, Nhandeva (Avá-Guarani, Tupi Guarani, Xiripá) e Mbyá, referidos na literatura atual.

Na região de fronteira entre Brasil (oeste paranaense), Paraguai e Argentina há povos que se autodenominam Avá-Guarani. O espaço físico onde habitam é denominado "Tekoha", que para os Guarani significa o lugar onde vivemos segundo nossos costumes.

Avá significa "pessoa", ou seja, todos os Guarani são Avá. Nhandeva é outra denominação utilizada para os Guarani no Brasil, sendo um termo pelo qual os Avá gostam de ser chamados. Seu significado é "os que somos nós". Conforme as palavras de Bartomeu Melià, em entrevista concedida para o livro "Os Avá Guarani no

Oeste do Paraná”, publicado em 2016, o pesquisador afirma: “uma dessas denominações ser sinônimo de outra vai depender, em concreto, do uso e do contexto em uma determinada época e lugar” (Souza Filho, 2016, p. 36). Os Guarani mantêm uma relação profunda com a erva-mate. Registros históricos demonstram que ela era — e ainda é — consumida pelos indígenas, pois sempre fez parte da cultura Guarani.

A árvore do mate é conhecida como vegetal nativo, e sua área de abrangência estende-se pelo sul do Brasil, norte da Argentina e Uruguai e leste do Paraguai. No Brasil, os ervais estendiam-se nos estados de Mato Grosso (mais precisamente no antigo sul de Mato Grosso), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Jesus, 2004, p. 24).

O mate foi de grande importância para a formação e desenvolvimento inicial de quatro estados brasileiros: Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso (atual MS) e Rio Grande do Sul, sendo o responsável pela formação da economia de diversas cidades do sul do Brasil. Se compararmos a erva-mate ao café, sua exportação é baixa, sendo que o produto mais exportado era o café, durante a República Velha (Fernandes, 2019 p. 30).

A área endêmica da erva-mate coincide com o território Guarani, uma planta endêmica do Bioma Mata Atlântica. A relação dos Guarani com o território que habitam transcende a mera ocupação espacial e se configura como um vínculo ancestral, espiritual e cultural profundamente enraizado em sua identidade coletiva. Para os Guarani, a terra é um elemento essencial de sua cosmovisão, sendo considerada um dom sagrado concedido por Nhanderu, a entidade criadora do mundo.

A concepção territorial dos Guarani está intrinsecamente ligada ao seu modo de vida, baseado na busca pela Terra Sem Males (*Yvy Marã Ey*), um ideal de espaço onde possam viver em harmonia. Essa relação implica uma forma específica de organização social, mas como um bem coletivo e familiar que garante a sobrevivência física, espiritual e cultural do povo.

No entanto, a histórica marginalização e a expropriação territorial dos Guarani, sobretudo no contexto da colonização e da modernização das sociedades, têm comprometido este vínculo. A perda de territórios tradicionais impôs a muitos grupos Guarani um estado de vulnerabilidade e conflitos fundiários constantes. A invasão e exploração de suas terras por grandes empreendimentos agrícolas e industriais aprofundam ainda mais essa crise, reforçando um cenário de resistência e luta por direitos.

O modelo de desenvolvimento adotado pelos Estados Nacionais predominantemente nega a concepção indígena de território, tratando a terra como uma mercadoria e desconsiderando sua importância para os modos de vida tradicionais. Essa abordagem cria um choque de paradigmas, no qual a lógica do capital sobrepõe-se o modo de viver dos povos originários, que seu modo de viver está ligado com o sagrado e com o espiritual.

Diante desse contexto, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas que respeitem e garantam os direitos territoriais dos Guarani, assegurando não apenas a demarcação de terras, mas também a preservação dos recursos naturais e o fortalecimento de suas práticas culturais. A luta dos Guarani pela terra não é apenas uma questão jurídica, mas um embate pela vivência enquanto realização de sua identidade e de um modo de vida que resiste há séculos frente às adversidades impostas pela sociedade nacional e Ocidental envolvente.

A Companhia Mate Larangeira se destacou pelo uso extensivo de mão de obra indígena nos ervais nas áreas que tinha sob suas concessões. A maior parte de sua produção de erva-mate cancheada era destinada ao mercado argentino, o que levou à necessidade de reestruturar a logística de escoamento do produto. Nesse contexto, tornou-se fundamental a implantação de uma ferrovia entre Guaíra e Porto Mendes, no oeste do Paraná, para facilitar o transporte e a exportação da erva-mate para a Argentina, garantindo maior eficiência na distribuição e ampliação do mercado consumidor.

O empreendimento ferroviário representou um marco no desenvolvimento infraestrutural da região, pois o governo estadual tinha interesse no empreendimento.

Já em seu relatório referente ao ano de 1917, logo após noticiar a inauguração do “ramal férreo” da LMC, assim se expressava o presidente do Paraná: “Espero [...] conseguir que o tráfego desse ramal seja aberto ao público, o que indubitavelmente será de grande alcance para o progresso da riquíssima zona Oeste do nosso estado”. O interesse do governo paranaense parecia tão intenso que a lei orçamentária aprovada em abril de 1919 trouxe mesmo à baila a hipótese da *encampação* da via férrea da LMC, caso não fosse possível um acordo visando à abertura de seu tráfego (Camargo, 1918, p. 27 apud Queiroz, 2022, p. 09).

A ferrovia foi utilizada pela Companhia Mate Larangeira desde sua fundação em 1917 até sua encampação pelo governo federal em 1943. Inicialmente, sua finalidade era exclusivamente o transporte de erva-mate, porém, com o passar dos anos, despertou o interesse do governo paranaense para uso no transporte

público. Esse processo resultou em diversos acordos entre a empresa privada e o governo estadual, promovendo mudanças na dinâmica social da região.

A análise do processo de construção dessa ferrovia possibilita uma compreensão mais aprofundada dos interesses estatais em sua implantação e operação. Sua utilização para o transporte ferroviário proporcionou maior eficiência logística, substituindo métodos anteriores, como o transporte por carretas, que se mostravam menos eficazes.

No século XIX, a exploração econômica das regiões subtropicais do Sul do Brasil, especialmente nos atuais estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, foi marcada pelo surgimento de um sistema extrativista conhecido como obrage. Esse modelo, característico de áreas cobertas por densas matas nativas, organizava-se em torno da extração intensiva de recursos naturais, principalmente a erva-mate e a madeira em grandes propriedades controladas por empresas ou particulares, os obrageros.

Como destaca Wachowicz (1982), a obrage não tinha como objetivo o povoamento ou a colonização em moldes agrícolas, mas sim a exploração predatória, extrativista, local, consolidando um binômio produtivo: mate-madeira.

A chamada obrage foi uma propriedade e/ou exploração, típica das regiões cobertas de matas subtropicais, em território argentino e paraguaio. O interesse fundamental de um obragero não era a colonização em regime de pequena ou média propriedade, nem o povoamento de suas vastas terras. Seu objetivo precípua era a extração da erva-mate nativa da região, bem como de madeira em toros, abundante na mata nativa subtropical. A obrage, portanto, estava ligada ao binômio extrativista: mate-madeira (Wachowicz, 1982, p. 44).

No final do século XIX, Thomaz Larangeira adquire sua concessão no estado de Mato Grosso, com a autorização de dez anos de exploração de “terras devolutas”, que eram terras ocupadas pelos povos Guarani. Segundo Brighenti (2012), pela Lei de Terras de 1850 as terras ocupadas pelos indígenas não eram consideradas terras devolutas.

Esclarece Gaiger que “não se pode confundir estas terras a reservar, embrião das futuras reservas de que, hoje, trata o art. 26 da Lei 6.001, de 19 de dez 1973, com os aldeamentos já antes instruídos, nem estas ou aqueles com as terras habitadas pelos índios, que delas tinham, ainda em vigor, o domínio.” E explica ainda que “sob o regime da Lei de Terras, portanto, podemos distinguir três espécies de terras designadas aos índios: (1) aldeamentos já existentes; (2) áreas a reservar; e (3) terras do domínio dos índios (Gaiger, 1985, p.10-11 apud Brighenti, 2012, p. 113).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1891, as terras devolutas foram transferidas para o poder dos estados da federação, “cabendo à

União somente a porção do território que for indispensável para as defesas de fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais”, segundo o art. 64 da constituição de 1891. Sendo assim, a faixa de fronteira era de domínio da união para defesa das fronteiras (Costa, 1992, p. 390). Porém, importante frisar que as terras indígenas não eram devolutas, e os estados desrespeitaram essa normativa.

Segundo Victal (2011), a faixa de fronteira brasileira foi criada no final do século XIX, pela Lei 601, de 18 de setembro de 1850. E pela primeira vez reservou-se uma faixa de 10 léguas (66 km) ao longo do limite do Território Nacional (Brasil, 2005) fixada como espaço indispensável à defesa do país. Em nossa pesquisa não encontramos dados que insiram a faixa de fronteira no contexto da Companhia ervateira, conclui-se que a lei não estava sendo praticada pelo estado paranaense.

Segundo o portal da Câmara dos Deputados, terras devolutas, “são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse”, portanto são terras públicas, que não integraram o patrimônio de um particular, exceto aquelas áreas em que o Império ou a União concedeu à particulares.

Para dar conta de desenvolver esse tema, organizamos a dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo da dissertação apresentaremos uma análise sobre a origem da Companhia Mate Larangeira, sua atuação no estado do Mato Grosso e no oeste do Paraná, e a construção da via férrea no trajeto da cidade de Guaíra até Porto Mendes. Identificamos, também, quais eram os interesses do governo do estado do Paraná na abertura da via férrea ao tráfego público.

O segundo capítulo tem como objetivo analisar a exploração de trabalho da nação Guarani e Kaiowá pela Companhia Mate Larangeira, buscando identificar como esses trabalhadores indígenas se autodenominavam e quem eram, de fato, os indígenas submetidos a essa exploração. Pretendemos caracterizar esses trabalhadores, verificando se eram oficialmente reconhecidos como indígenas, além de examinar as formas de remuneração, as condições de vida a que estavam submetidos e a maneira como eram tratados pela Companhia.

O terceiro capítulo versa sobre o indígena como sujeito do processo, sujeito da sua própria história, seus atos de resistências perante os métodos impostos nos ervais pela Companhia ervateira e de que forma lidavam com as situações do

cotidiano, a forma que buscavam manter sua cultura, seus costumes e a sua própria língua dentro dos ervais.

Analisaremos como o Estado brasileiro lidou com os impactos aos Guarani quanto a presença da Cia e de ruralistas e quais foram os impactos no território indígena Guarani, com a instalação da Companhia em território indígena e quais foram os eventos que ocorreram pós Companhia Mate Larangeira, que acarretaram vários conflitos entre as populações indígenas e ruralistas no Mato Grosso do Sul e no oeste do Paraná.

1. A COMPANHIA MATE LARANGEIRA

1.1 - ORIGEM DA COMPANHIA MATE LARANGEIRA

A criação da Companhia se deu após o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), quando houve a redefinição dos limites das terras, entre o Brasil e o Paraguai, com anexação territorial brasileira, ou seja, o Brasil anexou uma significativa porção de terras que antes pertenciam ao Paraguai. Em 1872, foi assinado um tratado entre Brasil e Paraguai, a partir do qual foi criada uma Comissão Mista encarregada de fazer as demarcações de terras entre os dois países.

A Comissão era liderada pelo Rufino Enéas Gustavo Galvão, do lado brasileiro e contava com a participação de Thomaz Larangeira, comerciante de origem gaúcha e empresário do setor alimentício, que vislumbrou grandes oportunidades de negócios na região, e do lado do Paraguai, foi nomeado o cidadão Don Domingues Ortiz (Naud, 1968, p. 182).

Os trabalhos da comissão eram acompanhados também por outro empresário que participou da missão, Francisco Mendes Gonçalves (Ferreira, Wachowicz, apud Souza Filho, 2016, p.135).

Os trabalhos dessa comissão foram concluídos em outubro de 1874, onde foi definitivamente fixada a fronteira, nos termos do tratado feito em 1872.

Durante a demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Paraguai, a comissão responsável pela demarcação contratou Thomaz Laranjeira - brasileiro que serviu ao exército do Brasil durante a Guerra do Paraguai. Como a região ainda era desconhecida para a grande maioria dos membros da comissão, Thomáz Larangeira destacou-se pelo conhecimento que detinha da geografia local, tornando-se o fornecedor oficial de víveres para a comissão que encontrava dificuldades para seu abastecimento (Silva, 2011, p. 40).

Thomaz Larangeira fez parte da Comissão de Limites, sendo responsável pelo fornecimento de alimentos à expedição. Em 1874, ele se estabeleceu como criador de gado na região fronteira entre Brasil e Paraguai. Na mesma época (1874) adquiriu uma fazenda no sul do Mato Grosso para à criação de gado, onde detinha grande produção de charque.

A partir de 1877, Larangeira resolveu explorar a erva-mate na região, vegetal abundante e altamente consumido pelos países do Prata, em especial a Argentina e o Uruguai, em cujos países não havia produção naquele momento que atendesse a demanda.

Em 1878, seu negócio se tornou lucrativo em Concepción, no Paraguai, quando deu início oficialmente aos trabalhos ervateiros, inclusive com contratos assinados para esse fim.

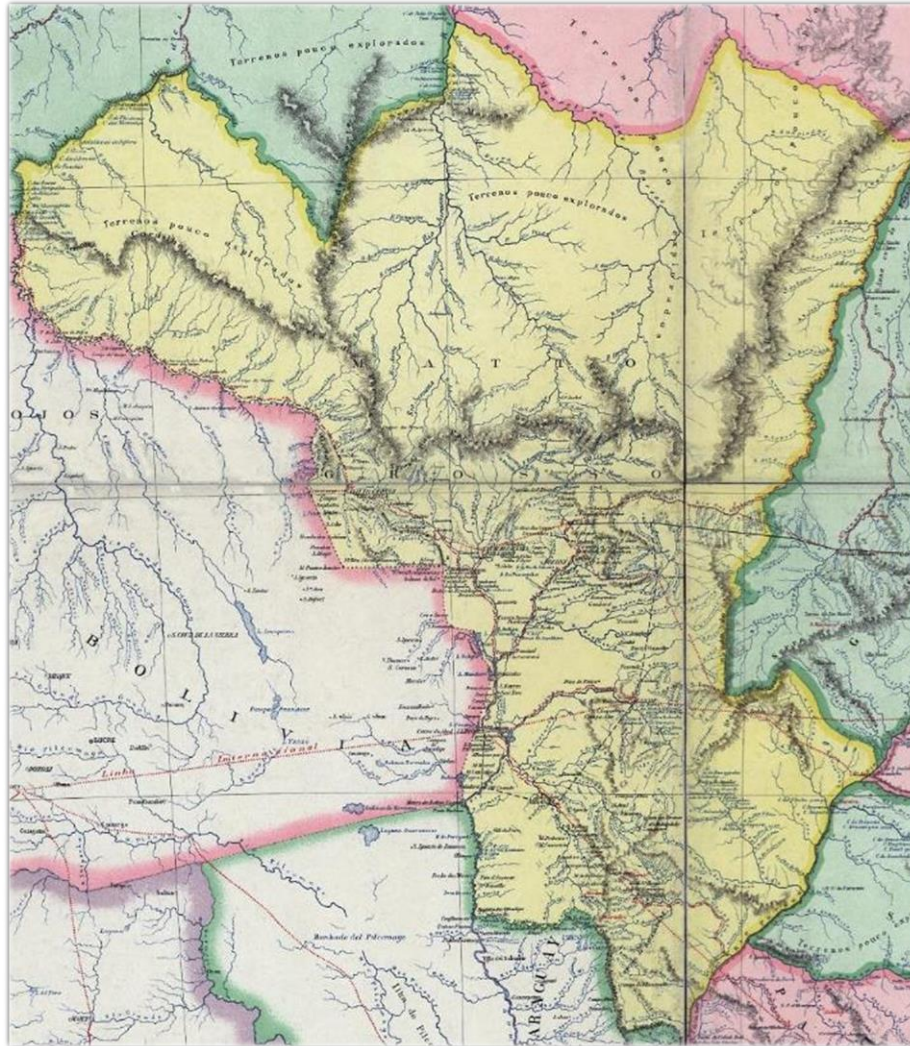
O porto de Concepción, no Paraguai, se as análises permitem-nos deduzir, foi escolhido estrategicamente a fim de implantar a elaboração de erva-mate, pelo fato de ser próximo aos ervais de Mato Grosso, bem como pela facilidade de escoamento da produção pelo Rio Paraguai, para o mercado de destino (a região platina) (Jesus, 2019, p. 29-30).

O Porto de Concepción, próximo aos ervais mato-grossenses, fora escolhido estrategicamente, pois daria ingresso aos ervais brasileiros, onde ele estava esperando para adquirir concessão no estado do Mato Grosso.

Thomaz Larangeira tinha uma associação comercial com Francisco Mendes Gonçalves, que estava vivendo em Buenos Aires e era responsável pelo beneficiamento e distribuição dos produtos aos consumidores. Foi por meio dessa parceria que Larangeira obteve sucesso em seus negócios, exportando toda a produção de erva-mate para Buenos Aires, onde o produto era processado na fábrica da empresa Francisco Mendes & Cia.

Não demorou para que Larangeira solicitasse concessões ao governo imperial para explorar os ervais nativos da província de Mato Grosso. Larangeira tinha interesse em legalizar sua atividade extrativista no Mato Grosso. Aproveitando-se de seus contatos políticos, seus pedidos de concessões ocorreram de maneira rápida, pois o governador da província do Mato Grosso, na época, Enéias Galvão, era seu grande amigo.

Figura 1- Mapa do estado do Mato Grosso em 1892, incluindo as suas cidades.



Fonte: Brasil Turismo, s.d.

Um dos contatos políticos de Thomaz Larangeira foi com Enéas Galvão, que ocupou o cargo de presidente da província de Mato Grosso entre 1879 e 1881. Durante seu mandato, Galvão atuou em favor da concessão de terra a Larangeira, facilitando a expansão de suas atividades empresariais. No ano de 1882, o governo imperial publicou o Decreto nº 8799, que estabeleceu diretrizes e regulamentações para a distribuição de terras na região.

É concedida a Thomaz Laranjeira permissão por 10 anos para colher mate nos ervais existentes nos limites da Província de Mato Grosso com a República do Paraguay, no perímetro compreendido pelos morros do Rincão e as cabeceiras do Iguatemy, ou entre os rios Amambai e Verde, e pela linha que desses pontos for levada para o interior, na extensão de 40 quilômetros⁴ (Jesus, 2004, p. 30).

⁴ Decreto nº 8799 de 9 de dezembro de 1882 - legislação sobre o Mate de 1833 a 1935, p. 13. Instituto Nacional do Mate – INM. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

Este decreto fez com que Thomaz Larangeira se tornasse o primeiro concessionário de terras em grande escala. Ainda sem esperar terminar a concessão, adquiriu mais concessões, “conseguindo novo contrato através do decreto nº 9692, de 31 de maio de 1886, prorrogando o prazo por mais 5 anos” (Jesus, 2004, p. 31).

O negócio da erva-mate era lucrativo, e, no entanto, Larangeira buscava novos sócios que investissem na companhia. Bianchini (2000), alega que Larangeira propôs negócios com o Banco Rio e Mato Grosso, presidido por Joaquim Murtinho. Com o aceite do acordo, o banco fez uma exigência “a transferência da concessão”. Porém, as terras obtidas das concessões não podiam ser transferidas. Com o intuito de driblar a exigência foi feita uma nova companhia, tendo como sócios o Banco Rio, Thomaz Larangeira, Joaquim Murtinho e Francisco Murtinho e mais alguns funcionários da companhia.

Dos novos sócios vêm o nome de Companhia Mate Larangeira – (CML), autorizada a funcionar pelo decreto nº 436, de 1891. O historiador Laércio Cardoso de Jesus (2014) nos apresenta um relatório com os dados das arrecadações de erva-mate da Companhia em relação a outros produtos que geravam receitas ao estado do Mato Grosso, sendo o mate, o principal produto de arrecadação de impostos. Este relatório foi apresentado em 1897, na assembleia geral da empresa.

Quadro 1 - Receitas arrecadadas pelo estado de Mato Grosso com o imposto de exportação –1896.

Produtos de exportação	Arrecadação (em mil réis)
Erva-mate	250:000\$000
Gado	41:000\$000
Couro, pele e sola	39:986\$000
Borracha	39:137\$000
Ipecacuanha ⁵	22:018\$000
Linguiça seca, carne salgada e caldos	20:284\$000

Fonte: Costa, 1897 apud Jesus, 2014, p. 33.

⁵ A Ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*) é uma espécie medicinal conhecida por ipeca. Nativa das regiões sombrias e úmidas das florestas tropicais da América, com ocorrência no Brasil, Colômbia, Venezuela, Peru, Equador, Bolívia, Guianas e América Central. Em suas raízes são encontrados dois valiosos alcaloides, de uso farmacológico: a emetina e a cefalina, utilizados no tratamento antidiarreico, amebicida, expectorante e anti-inflamatório (Lameira, 2002, p.01).

Podemos perceber, a partir dos dados apresentados no relatório de Laércio Cardoso, como a arrecadação de impostos feito pelo governo do Mato Grosso, sobre a erva-mate era fundamental para a economia do estado, fazendo com que políticos da época se beneficiassem das concessões. O quadro 1 mostra que a diferença da receita com impostos da erva-mate em relação ao segundo produto é grande, cerca de seis vezes maior.

Com a falência do Banco Rio e Mato Grosso, a Companhia mudou de nome. Assim, a partir de 1902, a empresa passou a se chamar Laranjeira, Mendes & Cia, com participação ativa da família Murtinho.

É certo que, ainda aqui, a historiografia enfatiza uma continuidade, apenas mesclada de novos elementos: segundo Corrêa Filho, a nova empresa Laranjeira, Mendes & Cia. representava uma mudança “apenas de fachada”, isto é, não afetava a “essência da indústria”, a qual continuaria “monopolizada, como antes, pelo mesmo grupo capitalista” – grupo esse agora apenas acrescido, nas palavras do autor, por um “recém-vindo”, isto é, Francisco Mendes & Cia. De todo modo, se a CML parecia disposta, nos anos anteriores, a verticalizar seus negócios às custas do espaço de Francisco Mendes, tal tendência (caso efetivamente existisse) ficava agora neutralizada com a presença direta de Mendes na sucessora da CML (Queiroz, 2008, p. 11).

Essa mudança não afetou a empresa, que manteve os proprietários, mas transferiu seu centro de decisões e operações para Buenos Aires, onde permaneceu até 1920.

Após a venda da companhia a Francisco Mendes, um novo contrato de arrendamento foi assinado, que valeria até 1916.

Quadro 2 - Laranjeira, Mendes & Cia: sócios e capital segundo o contrato provisório de constituição da firma (dez. 1902).

Sócios	Capital (em pesos)
Francisco Mendes e Cia	300.000
Francisco Mendes Gonçalves	100.000
Thomaz Laranjeira Francisco Murtinho	300.000
Hugo Heyn	50.000
Total	750.000

Fonte: Contrato social provisório, cit., art. 3º. 750.000 apud Queiroz, [19--], p.19.

1.2 FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA

A Companhia se expandiu rapidamente a partir da sociedade entre os irmãos Murtinho e Francisco Mendes Gonçalves. A empresa possuía, além de vastas extensões de terra, diversas instalações industriais, incluindo serrarias, carpintarias e uma ferrovia com 22 km de extensão, localizada na região onde hoje se encontra o município de Porto Murtinho (Jesus, 2004).

Era pelo Porto Murtinho que se fazia toda a exportação de “Mate Laranjeira”; e a Companhia assegurava, em seu proveito direto, a conservação da longa estrada carreteira que do Patrimônio Caiuás, rumava Cabeceira do Apa, pelo divisor Dourados, Santa Maria, descia a serra da limeira e, buscando o apartador das águas do Apa e do Miranda, cruzava por Margarida – forte estância da Empresa e se destinava à ferrovia S. Roque – Porto Murtinho (Correa Filho, apud Jesus, 2004, p. 35)

A empresa tinha interesse em adentrar o oeste do Paraná, devido à taxaço de impostos feita pelo governo do Paraguai, lembrando que era por onde tinha escoamento de erva-mate da Companhia, pelo porto de Concepción, no Paraguai e devido a cobrança de impostos, a alternativa era mudar o local de partida do escoamento da erva. Assim, apresentaram uma petição em 1909, ao presidente do estado do Mato Grosso, que apresentou o decreto nº 232, artigo 1º, “fica concedida à Empresa Mate Laranjeira, de Laranjeira, Mendes e C., permissão para abrir um porto na foz do rio Iguatemi, no Alto Paraná, por onde possa exportar os produtos dos ervais situados nas proximidades desses rios” (Correa Filho, apud Jesus, 2004, p. 36).

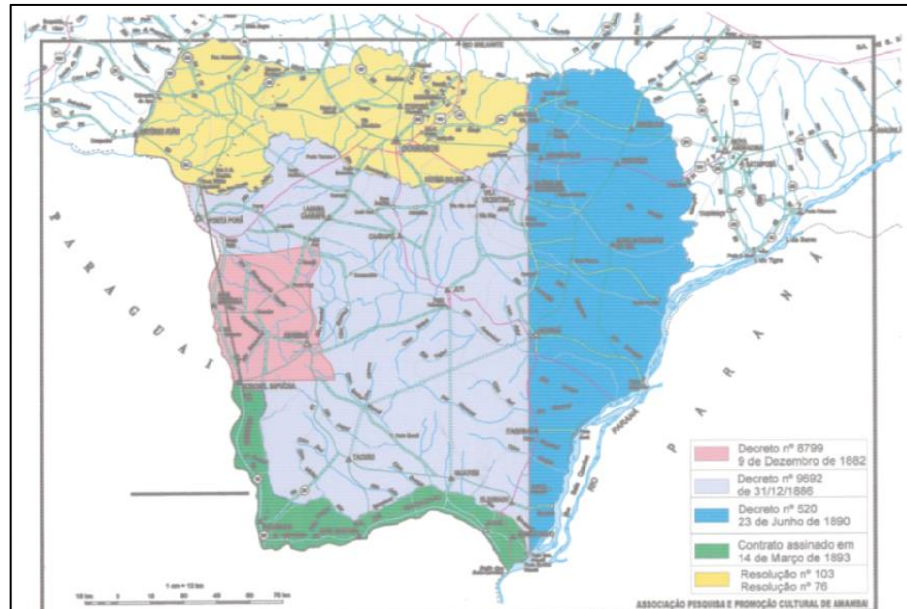
A partir desse período, o porto de exportação ficou mais próximos dos ervais nativos o que aumentou a rentabilidade do negócio com a diminuição dos cursos de transporte tanto em terra como fluvial.

1.3 - CONCESSÕES E ARRENDAMENTOS

Thomaz Larangeira buscou trazer sua empresa do Paraguai para se estabelecer no Sul do Mato Grosso e continuar seus negócios no meio ervateiro em território brasileiro, obtendo diversas concessões ao longo da trajetória da companhia ervateira. Em 1882, o decreto de nº 8799, 9 de dezembro, Thomaz Larangeira obteve do império brasileiro terras para a exploração da erva-mate nativa, porém, sem o direito de impedir a colheita da mesma erva por parte dos moradores locais.

Com a implantação do Decreto nº 520, de 23/06/1890, a Companhia conseguiu ampliar seu domínio de terras, conseguindo o monopólio de exploração de erva-mate no Mato Grosso em toda a área que ela detinha seus arrendamentos.

Figura 2 - Mapa das concessões adquiridas pela Companhia Mate Larangeira nos anos 1882-1890-1893



Fonte: Sobrinho, 2009, p. 42.

A área de concessão foi progressivamente ampliada, respaldada pelo apoio de políticos influentes, como os Murtinho e Antônio Maria Coelho. Com a instauração da República, as terras legalmente classificadas como devolutas passaram a ser reguladas pelas Constituições estaduais, o que favoreceu os interesses da Empresa em razão de sua estreita relação com os governantes locais.

Assim descreve Ferreira:

Através do Decreto nº 520, de 23/06/1890, a Companhia amplia os limites de suas posses e consegue o monopólio na exploração da erva-mate em toda a região abrangida pelo arrendamento. Finalmente, através da Resolução nº 103, de 15/07/1895, ela obtém a maior área arrendada, tendo ultrapassado os 5.000.000 ha, tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano em todo o Brasil (Arruda, 1986, p. 218 apud Ferreira; Brand, 2009, p. 110).

A Companhia detinha os maiores arrendamentos feitos para uma empresa pelo regime republicano, isso significava que ela exercia muita influência na política e nos governos local e federal. A área de abrangência de seus arrendamentos era “desde as cabeceiras do ribeirão das Onças, na Serra de Amambay, pelo Ribeirão S. João e rios Dourados, Brilhante e Santa Maria até a Serra de Amambay e pela

crista desta serra até as referidas cabeceiras do ribeirão das Onças”, no sul do Estado do Mato Grosso do Sul (Arruda, 1986, apud Ferreira; Brand, 2009, p. 218).

Durante a sua existência, a Companhia deteve diversas sociedades, como a feita com a família Murtinho no ano de 1891, ingressando na empresa e, logo após, com Francisco Mendes Gonçalves, o negócio tornou-se mais lucrativo.

Wachowicz (1987) expôs que a Companhia detinha amplos poderes e usava-os interferindo na administração pública do estado mato-grossense, especialmente no tema ligado às concessões de terras. A interferência naquele estado era constante, e o fluxo de pessoas chegando do Rio Grande do Sul, afetava a produção nos ervais.

O empreendimento chegou ao território do estado do Paraná, em 1902, quando foi criado um porto na margem esquerda do rio Paraná, denominado Porto Mojoli, situado a seis quilômetros acima das Sete Quedas.

Gregory relata que, em 1909, as explorações no Mato Grosso avançavam na direção leste, aproximando-se das margens do rio Paraná. Nesse contexto, uma empresa envolvida nas atividades exploratórias apresentou um pedido formal de autorização para modificação do traçado de sua rota de exportações. A proposta visava direcionar a estrada de exportação para que esta passasse por Yguatemy, seguindo por esse caminho até um porto situado no montante do Salto das Sete Quedas. Conforme registrado, tal solicitação foi apresentada em 30 de agosto de 1909 e, no dia seguinte, foi atendida pelas autoridades competentes. A concessão foi formalizada por meio do Decreto n. 232/1909. Esta decisão evidencia a importância estratégica das Sete Quedas para a dinâmica das exportações da Companhia.

Art. 1. – Fica concedido à empresa Matte Larangeira, Mendes & Comp., permissão para abrir um porto na foz do rio Iguatemy, no Alto Paraná, por onde possa a dita empresa exportar os productos dos heruaes situados nas proximidades do segundo desses rios. Art. 2. – Ficarão a cargo da empresa as despesas de estradas, picadas, e construcções de portos, tanto no território deste Estado, como no do Paraná, estabelecendo ella também a navegação com rebocadores e chatas nos rios Iguatemy, Amambahy, Ivinhema e Alto Paraná, acima e abaixo do salto das Sete Quédas; devendo este serviço começar no princípio do ano entrante, pelo menos com três rebocadores e diversas chatas, tudo nos termos da aludida petição (Correa Filho, 1925, p. 56 apud Gregory, 2011, p. 08).

Para Gregory (2011), estas solicitações foram aprovadas e as suas realizações autorizadas por autoridades dos respectivos estados.

A estratégia da Companhia em mudar sua rota de escoamento de erva era os impostos que o Paraguai estava cobrando e a função logística, que a nova rota proporcionou, porém teve alguns detalhes que teriam que ser revistos e resolvidos, como a rota do Paraná exigia a superação de um grande problema: a quebra da navegabilidade do grande rio, na altura do paralelo 24º Sul, pelas Sete Quedas, ou Salto del Guayrá. As quedas interrompiam a navegação ao longo de dezenas de quilômetros, haja vista que a jusante delas, o Paraná, passava a correr em um estreito canyon, entre altas barrancas, formando corredeiras e redemoinhos que impossibilitavam o tráfego fluvial.

A Companhia ervateira criou uma infraestrutura, para os seus funcionários, como casas, com atração da via férrea, “além de trazer eletricidade, água e esgoto. Anos mais tarde foi instalada no porto uma linha telefônica que acompanhava a linha ferroviária” (Wachowicz, 1987, p. 77).

A exemplo disso, diversas casas e monumentos da cidade foram construídos com o auxílio da Companhia Mate Larangeira, por exemplo a Igreja de Pedra Nuestro Señor del Perdón.

Situada no bairro Vila Velha, foi construída em 1933 com pedras simultaneamente encaixadas, oriundas das Sete Quedas, e inaugurada em 1934 pela companhia Matte Larangeira. Seus vitrais têm origem hispano-argentina, com imagens de catequização e santos com feições indígenas. Toda a sua estrutura tem traços jesuíticos, porém apenas o telhado foi trazido de uma capela jesuítica da Argentina. A igreja é frequentada por fiéis em celebrações religiosas como missas e cultos. A Igrejinha de pedra, como é conhecida em toda a cidade, precisou de uma pequena reforma para a manutenção do templo, e foram novamente usadas pedras oriundas das Sete Quedas (Silva, 2023, p. 24).

Segundo consta nos relatos históricos da cidade de Guaíra, a Companhia ervateira foi a precursora do desenvolvimento do município. Segundo informações do IBGE, tendo como fonte o site da Prefeitura de Guaíra, a empresa trouxe desenvolvimento para a região, com diversas construções e trazendo saneamento básico, como o exemplo da Igreja Nuestro Señor del Perdón que foi construída devido a uma promessa feita pela esposa de um dos sócios da Companhia

O templo com detalhes jesuítas nasceu de uma tragédia familiar. A mulher do dono de uma empresa multinacional de erva mate, que morreu em um acidente de avião, fez a promessa de construir uma capela para a cidade de Guaíra se o corpo do marido fosse encontrado. Na época, as equipes demoraram para encontrar a vítima.

O terreno foi doado pela própria empresa da família. As pedras foram trazidas da região das Sete Quedas, grupo de cachoeiras que foi submerso em 1982 com a criação do lago para a Usina de Itaipu. O trabalho para quebrar as pedras foi

realizado por boias-frias, sempre aos domingos, único dia de folga dos operários (G1, 2013).

Figura 3 - Igreja de Pedra Nuestro Señor del Perdón



Fonte: Prefeitura Municipal de Guaíra, s.d.

Enquanto estava em Guaíra, ela detinha arrendamentos e permanecia no controle das explorações de mate. Brand (1997) aborda que a empresa detinha um total de 1.440.000 hectares no Mato Grosso, no ano de 1915. No entanto, a nova legislação implantada no governo de Vargas, a partir de 1930, com políticas de incentivo a territorialização de todo o território brasileiro com as migrações, permitindo a venda de lotes a terceiros, fragilizou o monopólio da Companhia de uma certa maneira, pois este incentivo a migrações afetou as concessões da empresa. Getúlio Vargas, cujo governo foi marcado por forte intervenção estatal, parece ter tido interesse em enfraquecer o domínio da empresa e redistribuir o controle da terra. Isso pode ser interpretado como uma tentativa de descentralizar o poder econômico, mas também pode ter ocorrido por motivações políticas, como a necessidade de consolidar o controle federal sobre a região.

1.4 QUESTÕES POLÍTICAS E A QUESTÃO DO MATE

A “Questão do Mate”, consistiu em uma série de situações políticas envolvendo os poderes Executivo e Legislativo de Mato Grosso em relação aos arrendamentos dos ervais do SMT, durante as primeiras décadas do século XX.

As terras estavam concentradas na empresa ervateira, porém nesse período tem início ao processo expansionista migratório, que desejava as terras do Sul do Mato Grosso para estabelecimento de fazendas agropastoris.

A crescente migração de famílias vindas do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso a procura de trabalho e terra para viver, acabou se tornando um problema para a Companhia, pois ela detinha grande parte dos territórios do antigo Sul do Mato Grosso, devido às concessões feitas pelo governo do estado do Mato Grosso, dando início ao conflito pela posse de terras no Mato Grosso, no início do século XX.

A corrente migratória oriunda do Rio Grande do Sul, impulsionada para Mato Grosso não só pela concentração das terras nos pampas, mas também pelo imaginário do sertão, com sua fartura de terras férteis, representava uma fissura no poder disciplinar da Companhia. Renitentes quanto ao objetivo de conseguir terras na região, os gaúchos instalavam-se nos domínios mais recônditos da Companhia e os confrontos com a Matte Larangeira remontam ao início do século. Nas lutas políticas envolvendo o mando dos coronéis, a presença dos gaúchos foi uma constante, pregando a divisão do Estado de Mato Grosso como solução para o desenvolvimento da região sul e consequente libertação política dos coronéis de Cuiabá. Isso implicava, na prática, redefinir os contratos de arrendamento dos ervais. Importa destacarmos que a corrente migratória gaúcha constituía um ponto de forte tensão na política da Companhia, pois os gaúchos desejavam, acima de tudo, a propriedade da terra (Guillen, 1991, p.151).

Guillen (1991) relata que, em 1907, a Companhia Mate Larangeira submeteu ao governo uma proposta para aumentar os prazos dos contratos, incluindo a prorrogação da concessão até 1930. No entanto, esses pedidos foram negados na época. Segundo o mesmo autor, “no ano de 1912, a Companhia enviou um novo memorial à assembleia legislativa pedindo a renovação do contrato até 1935”. Na Assembleia Legislativa do Mato Grosso havia políticos contrários aos interesses da empresa, sendo que no dia da votação não compareceram no plenário, acarretando a falta de quórum, e assim impossibilitando a empresa de conseguir os arrendamentos. Laércio Jesus (2004) afirmou que o pleito da Companhia pela nova concessão e a recusa de parte dos deputados, frente à possibilidade de nova concessão com privilégios a empresa a consequente desistência dessa, ficou conhecido como “A questão do Mate”.

Estes conflitos que envolviam a empresa e os políticos mato-grossenses resultaram em divisões no governo do Mato Grosso, acarretando a criação da Lei nº 725, aprovada pela Assembleia Legislativa, em 24 de setembro de 1915.

A Lei 725 estabelecia que os arrendamentos poderiam ser contratados não obrigatoriamente com a Matte Larangeira, mas com qualquer outro que, nas mesmas condições de idoneidade, oferecesse melhores vantagens, mediante concorrência pública. Ao que consta nos escritos de Corrêa Filho, a área arrendada não poderia exceder 400 léguas, ou seja, 1.440.000 hectares, nem a exportação anual poderia ser inferior a 6.000 toneladas (Correa Filho, 1925, p. 83, 84 apud Jesus, 2004, p. 75).

Com base nessas informações, é possível observar a considerável influência exercida pela companhia, que foi capaz de provocar divisões dentro do poder político do governo de Mato Grosso, resultando em conflitos significativos. Um exemplo deles foi o conflito armado ocorrido nesse período, conhecido como Caetanada.

Segundo o Portal do Mato Grosso (s.d).

Caetanada foi um conflito armado ocorrido em 1916. O gal. Caetano Albuquerque, presidente do Estado, se desentendeu com seu partido, o Conservador, cujos membros abriram dissensão contra o presidente. Uma luta armada eclodiu contornada, mas não impediu que a Assembléia Legislativa abrisse processo de impedimento ao presidente. A 10 de janeiro de 1917, foi decretada a Intervenção Federal em MT, sendo nomeado interventor Camilo Soares de Moura Filho, que habilmente contornou a crise política propondo um acordo entre os partidos, assinado a 11 de outubro de 1917 e que permitiu a ascensão de Dom Francisco de Aquino Corrêa à presidência do Estado, como forma de pacificação política (Portal Mato Grosso, s.d).

Este conflito acarretou a intervenção federal em 1917. Nesta luta armada, posseiros (maioria sulistas) apoiaram a causa de Caetano (presidente do estado do Mato Grosso na época), pois se sentiram beneficiados pela lei 725, e eles eram contra o monopólio das empresas ervateiras.

Como resultado desta lei, a erva deixou de ser centralizada pela Companhia Mate Larangeira, passando a ser cultivada por pequenos proprietários de ervais que poderiam, com eficiência, fazer sua extração.

O historiador Santos (2016) informa que, em maio de 1916, a Assembleia publicou a Resolução nº. 725, de 24 de setembro de 1915, que limitou a área de exploração da Companhia. Esta, que de 1894 a 1915 possuía aproximadamente 5.700.000 hectares, foi reduzida para 400 léguas quadradas, ou 1.440.000 ha. De acordo com a Lei 725, seria um benefício para os posseiros que

necessitavam de terras para cultivo e morada, porém isso acarretou diversas disputas judiciais contra a Companhia Mate Larangeira, que não queria se desfazer de seus arrendamentos, como veremos mais adiante.

Durante o governo de Mário Correia da Costa que ocorreu no período de 1926 a 1930, foi feito um novo contrato, limitando a área da Companhia em 1.000.000 hectares, aumentando a taxa de arrendamento e a taxa de exportações, além da construção de dois quarteis (Guillen, 1991, p. 81). Em 1928 foi feito novo adiantamento ao contrato de 1926, onde foram arrendados mais 900.000 hectares de terras.

1.5 A VIA FÉRREA EM GUAÍRA – PARANÁ

Antes de adentrarmos ao tema da via férrea de Guaíra, vamos abordar a via férrea antecessora a esta, que a empresa construiu no Mato Grosso.

No Mato Grosso, o transporte da erva-mate pela Companhia era feito em carretas de bois, até chegarem nos portos, que ficavam nas beiras dos rios afluentes do rio Paraguai, tendo um percurso longo podendo levar dias para chegar ao seu destino.

Em 1892, a fazenda Três Barras foi adquirida pelo Banco Rio e Mato Grosso, de propriedade da família Murtinho e sócios de Thomaz Larangeira, para transformar o Porto Rústico de madeira de embarque de gado para Porto de exportação de erva-mate, via rio Paraguai. Sendo financiado pelo Banco Rio e Mato Grosso, do qual era presidente Joaquim Murtinho, mandou construir, ao longo da estrada carreteira, amplos armazéns, depósitos, oficinas, para facilitar o transporte da erva, bem como o transporte de outras cargas.

Em São Roque, a 22 quilômetros, também funcionavam as oficinas de ferraria, carpintaria, marcenaria e uma excelente máquina movida a vapor, importada da Alemanha. Por causa do terreno alagadiço, que dificultava o transporte das carretas, a empresa mandou construir, em 1905, a partir de São Roque, uma ferrovia de 22 quilômetros de extensão até o Porto de exportação de Murtinho, sendo a primeira estrada de ferro do Centro Oeste. Mas o projeto original de 1898 do Dr. Antônio Corrêa da Costa previa uma ferrovia de 42 léguas, isto é, cerca de 230 a 277 quilômetros (Gimenes, 2017 p. 08).

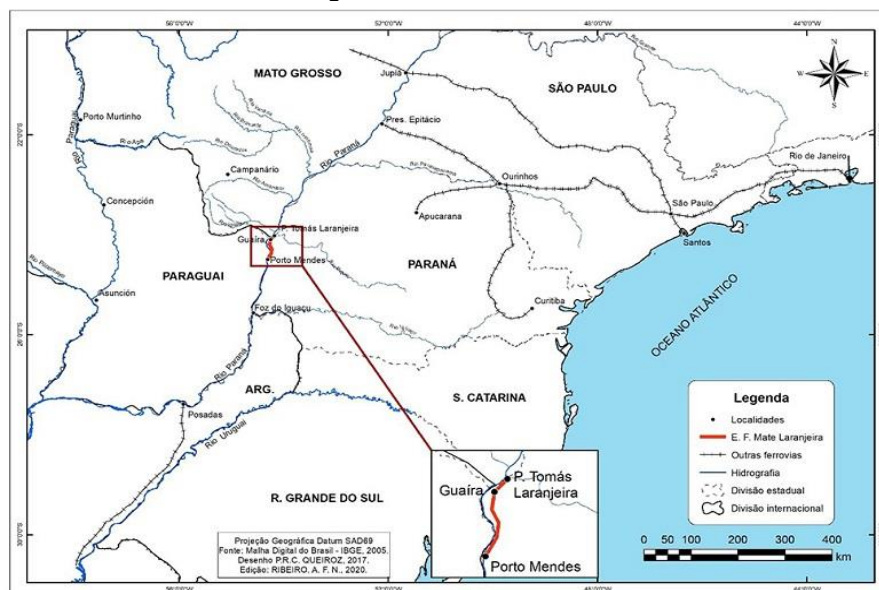
Surgia assim, a primeira estrada de ferro da Companhia ervateira em 1905, inaugurada em 1912, no município de Porto Murtinho. Com a transferência da sede da Companhia para o Paraná, na primeira metade do século XX, na região oeste

daquele estado, teve início a construção da nova ferrovia, que veio a ligar o porto de Guaíra ao porto Mendes.

No início do século XX, quando a Companhia passou a utilizar a rota terrestre de contorno das Sete Quedas, o seu ponto de partida era o Porto Mojoli (anos mais tarde passou a ser chamado de Guaíra).

A erva-mate era carregada em vagões e transportada por uma linha Decauville, com 50 km de extensão, até um porto no Baixo Paraná, onde era embarcada em vapores com destino a Buenos Aires. Contudo, a linha férrea se estendia apenas até o Porto São João. Porém neste Porto a navegação era prejudicada pela força das águas, levando a empresa a prolongar a linha férrea para um tráfego mais seguro, rio abaixo. O prolongamento, assim como o melhoramento técnico, foi feito pelo engenheiro estadunidense Wilson Sidwell em 1914.

Figura 4 - A EFML no interior da área de atuação da empresa concessionária dos ervais sul-mato-grossenses – 1ª metade do século XX.



Fonte: Queiroz, 2022, p. 04.

Podemos observar que na figura 4, acima, havia outro porto⁶ chamado inicialmente de Presidente Camargo e, mais tarde, de Tomás Laranjeira.

O prolongamento da via férrea feita pelo mesmo engenheiro em questão, dizia que a via se encontrava com rampas íngremes, esta linha tinha que ser reconstruída, de forma, com que a rampa fosse baixada, aproximadamente 4%

⁶ Esse novo porto, efetivamente estabelecido 8 km a nordeste de Guaíra, próximo à foz do rio Piquiri, foi chamado inicialmente de Presidente Camargo e, mais tarde, de Tomás Laranjeira (Queiroz, 2022, p. 10).

(Sidwell, 2006, p. 5). O engenheiro escolheu um novo ponto final (Porto Mendes) e promoveu a construção de edifícios e equipamentos necessários para embarque e desembarque.

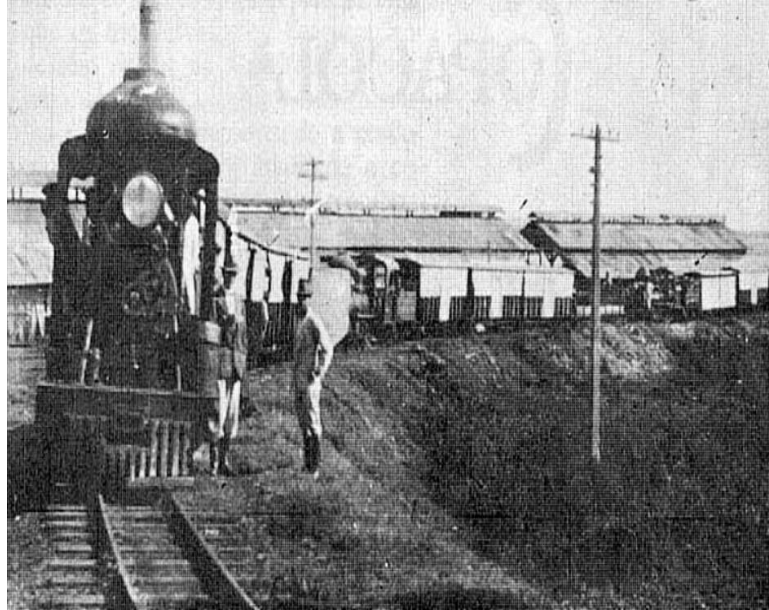
Além disso, foi implantado um sistema funicular, segundo Howstuffworks, o sistema funicular é uma tecnologia de um elevador e a tecnologia de uma ferrovia, foi concebido no século XV para levar pessoas e coisas para cima de encostas íngremes, o funcionamento do sistema funicular é simples, os vagões são conectados por um cabo ou corda, de modo que, quando um vagão desce, o outro sobe. Esse movimento é controlado por um sistema de tração que garante a segurança, cuja construção ocorreu nas oficinas de serraria e marcenaria mantidas pela própria Companhia na região de Porto Mojoli.

Em 1917, as obras de prolongamento e remodelação na ferrovia foram concluídas, permitindo a modernização do sistema de transporte. Esse período também marcou a substituição da tração animal, anteriormente desempenhada por muares, pelas locomotivas a vapor, representando um avanço tecnológico significativo na infraestrutura ferroviária da região.

Segundo Queiroz, entre Guaíra e Porto Mendes, a ferrovia tinha apenas uma estação intermediária, Zororó, a 34 km ao norte de Porto Mendes, local onde a empresa instalou uma serraria que fornecia o combustível das máquinas. Em Guaíra foi construído uma oficina e um depósito de locomotivas, interligadas por uma linha telefônica ligada às três estações (Thomaz, 2012, parte 2, p. 33 apud Queiroz, 2022, p. 08).

Nos primeiros anos de operação, o transporte na ferrovia era realizado com duas locomotivas e capacidade para transportar 5.000 kg de erva. Segundo Tomazinho (1982), em Guaíra, a empresa mantinha uma administração central, à qual se subordinavam, entre outras, a Seção da estrada de ferro e a seção de manutenção mecânica (oficina). As mercadorias transportadas, com destaque para a erva-mate, eram carregadas nos barcos em Porto Mendes e seguiam para Posadas (AR), de onde eram encaminhadas para Buenos Aires. Na rota de São Paulo com sentido à Guaíra vinha os produtos de consumo e os produtos de importação (combustível, máquinas, motores, peças de reposição, trigo, etc.) chegavam da Argentina para o Porto Mendes e daí para Guaíra e Campanário (Queiroz, 2022, p.16). Outras mercadorias transportadas pela companhia eram para uso próprio da Companhia, pois a mesma necessitava de abastecimento de suas respectivas sedes.

Figura 5 - Comboio na saída de Guaira. (Obrageros, Mensus e colonos).



Fonte: Centro Oeste Brasil (s.d)

A via férrea foi de interesse ao governo paranaense, pois, por meio dela, seria possível o tráfego de pessoas. Deixando claro, que a Mate não tinha interesse em renunciar a sua ferrovia para torná-la via pública, pois o tráfego de erva-mate já era intenso.

Em 1919 foi assinado um acordo alternativo entre a Companhia Mate Larangeira e o estado paranaense:

Esse acordo previa não a abertura da linha existente ao tráfego público, mas, sim, a construção de uma outra linha férrea, agora com bitola maior: “A Empresa, ou Companhia que para tal fim organizar, construirá, para o tráfego público, dentro de cinco anos [...], uma estrada de ferro elétrica ou a vapor, com bitola de um metro” (decreto nº 794, cláusula V, p. 285-286 Apud. Queiroz, 2022, p. 10).

Este acordo não garantia a abertura da linha, mas sim, a criação e a construção de uma nova linha férrea, pela companhia, com bitola maior, para tráfego público. Portanto, a companhia poderia fazer a linha férrea da sua forma e ainda levar o tempo que achasse necessário, sendo esse acordo foi assinado em 1919, porém, não foi cumprido pela empresa.

Queiroz (2022) destacou que no ano de 1923, a legislação vinha autorizar o governador do estado paranaense a entrar novamente em um acordo com a Companhia, para que o tráfego público fosse aberto. Depois de várias negociações, foi assinado novo contrato em 1929. Foi determinada a criação de um novo porto,

chamado de Thomaz Larangeira, estabelecido a 8 km a nordeste de Guaíra, próximo à foz do rio Piquiri.

Em 1930, se informa que a construção do prolongamento da linha, em direção à foz do Piquiri, havia sido iniciada e prosseguia “com regularidade” (Camargo, 1930, p. 65). As tarifas foram aprovadas (Tourinho, 1931, p. 59), o prolongamento foi concluído e, em 10 de novembro de 1930, a ferrovia – desde então referida como Estrada de Ferro Mate Laranjeira – foi aberta ao tráfego público, no trecho de 68 km entre Presidente Camargo e Porto Mendes (Tomazinho, 1982, p. 48). Nesse meio tempo, a empresa adquiriu, em 1929, uma nova locomotiva Baldwin (cf. Lee, [193], p. 38-39, apud Queiroz, 2022, p. 11).

Na mesma época em que a Companhia aceitou fazer o acordo com o governo paranaense, estava ocorrendo a crise de 1929, porém não foram encontradas pesquisas relacionando à crise 1929 com a abertura da via férrea para o tráfego público e sim, ao principal mercado consumidor de mate, a Argentina. Naquele período a Argentina estava incentivando as plantações de mate em seu território.

A Companhia já estava observando a diminuição de exportação da erva, pois sua maior importadora, a Argentina, estava obtendo resultados das suas próprias plantações.

A Companhia teria que dar um destino a esta linha férrea, tão desejada pelo estado do Paraná. A saída foi aceitar o acordo, seria a melhor maneira de obter lucros, cobrando tarifas e obtendo ganhos políticos.

1.6 PROCESSO DE ENCAMPAÇÃO

A Companhia Mate Larangeira detinha o monopólio sobre uma extensão considerável de terras e adotava medidas para restringir a migração de colonos provenientes do Rio Grande do Sul. Essa política gerou inúmeros conflitos entre a empresa e os posseiros, uma vez que a maioria desses migrantes possuía interesse na aquisição de terras para cultivo e moradia.

Guillen (1991) afirma que de um lado a Companhia promoveu “a concentração da propriedade privada e do capital como meios essenciais para o progresso”. Por outro lado, um importante grupo político, liderado pelo ex-presidente do estado, Pedro Celestino, defende a legalização das posses e à garantia dos direitos dos posseiros, sustentando a necessidade da fragmentação dos ervais em pequenas propriedades (Guillen, 1991, p. 56). Aquele embate refletia não apenas interesses econômicos divergentes, mas também concepções distintas sobre o desenvolvimento territorial e social da região.

Lopes (2014) destacou que a disputa pela posse das terras entre a Companhia Mate Larangeira e os posseiros vinha ocorrendo desde o início do século XX, tornando-se um tema de divergência dentro do governo estadual. O debate central girava em torno do destino das terras: a continuidade dos arrendamentos à empresa ou a fragmentação dos ervais em lotes menores. Em 1912, a Companhia solicitou novamente ao estado a renovação antecipada de seu contrato de arrendamento, desencadeando uma disputa que ficou conhecida como a “Questão do Mate”.

Conforme analisado anteriormente, no subcapítulo 1.4 referente a Questão do Mate, a Lei nº 725, de 1915, reduziu os monopólios da empresa, resultando na diminuição da área de terras sob seu controle e garantindo o direito de posse aos trabalhadores que já habitavam as terras arrendadas.

Com a intervenção federal ocorrida em 1917, as elites mato-grossenses foram obrigadas a desenvolver habilidades de negociação e a estabelecer acordos políticos. Esse contexto permitiu a estabilização relativa da administração pública, de modo que todos os governadores subsequentes conseguiram completar seus mandatos dentro do período previsto.

Arruda (2015) apontou que, em 1920, a Companhia Mate Larangeira estava sob o comando do empresário português Francisco Mendes Gonçalves. Seu irmão, Antônio Jacinto, comerciante em Corumbá, cometeu suicídio, deixando seus filhos sob a tutela de Francisco. Entre eles, destacou-se Heitor, que se tornaria uma figura central na administração da empresa no Brasil. Inicialmente, Heitor seguiu a carreira militar, porém, em 1923, após desentendimentos com grupos locais, foi preso. Posteriormente, decidiu abandonar a vida militar e passou a gerir os negócios da Companhia no território brasileiro.

Heitor “negociou com opositores da empresa no âmbito estadual e buscou reverter as forças centralizadoras contrárias à Companhia, intensificadas com a ascensão de Getúlio Vargas” (Arruda, 2015, p. 14). Heitor se identificava com os ideais do movimento tenentista⁷ (1889-1930). Defendendo pautas que acreditava ser adequadas para o congresso nacional.

Arruda (2015), analisou que Heitor compactuava com as ideias do tenentismo e apoiava suas reivindicações. Além disso, quando os tenentes mato-

⁷ O movimento tenentista dos anos 1920 visava uma série de transformações na vida pública brasileira para promover o desenvolvimento real do país, o enfraquecimento das oligarquias e a realização de transformações sociais e a modernização do país (Macedo, 2020).

grossenses foram presos e exilados, Heitor os encontrou no exterior e intercedeu em favor deles junto ao presidente da República.

A influência de Heitor na política de Mato Grosso tornava-se evidente com a eleição de seu cunhado, Arnóbio Nunes Miranda, para o cargo de prefeito de Ponta Porã, em 1927.

Levantou a hipótese de que a autossuficiência de produção argentina teria motivado a separação da empresa entre a parte brasileira e argentina. Em 1929, criou-se duas empresas, no Brasil a sociedade anônima Companhia Mate Laranjeira. Na Argentina, surgiu a Empresa Mate Laranjeira Mendes S.A., que existe até hoje. A empresa argentina controlava a empresa brasileira. Assim, a separação seria uma tentativa de delimitar lucros e prejuízos, ficando a Argentina com parte mais lucrativa e a crise com o lado brasileiro. O mesmo também ocorreu com o Paraguai, em 1930, criou-se a Empresa Matte Laranjeira Mendes del Paraguai (Arruda, 2015, p.18).

Dentre estes acontecimentos, o presidente brasileiro Getúlio Vargas considerava a empresa Mate Laranjeira como estrangeira. Ribeiro (1999) afirmou que Vargas era um político nacionalista, que tinha como ideais a defesa e a valorização da nação e da nacionalidade brasileira, assim como o nacionalismo econômico foi uma das bases do governo Vargas, a demanda pelo desenvolvimento econômico nacional de base industrialista e a Mate Laranjeira era considerada como uma empresa estrangeira.

Mais tarde, em 1937, a empresa tinha interesse em adquirir novas concessões, buscando apoio em Vargas. Porém, isso não ocorreu como Heitor Gonçalves gostaria, sendo negado o seu pedido de arrendamento em 1943. “Em 17 de abril de 1944, pelo decreto 6.428, o governo federal incorporou a ferrovia de Guaíra ao Serviço de Navegação da Bacia da Prata⁸ (SNBP), que foi criado em 1943 por Vargas” (Crocetti, 2012, p.127).

No processo de encampação houve uma indenização aos proprietários da empresa, com base nos valores de mercado de ativos, quando acordado o valor que seria destinado, passando o controle da empresa para o governo federal, sua gestão, seus investimentos, entre outros.

O governo também se apropriou de bens da Companhia. Em 1944, Vargas foi pessoalmente assinar decreto em Guaíra-Paraná, no qual o governo federal incorporaria bens da Companhia Matte Laranjeira, tais como a ferrovia Porto Mendes – Guaíra, a casa sede da administração e as embarcações. Em outra visita no mesmo ano, Vargas visitou Campanário.

⁸ “O Serviço de Navegação da Bacia do Prata foi criado pelo Decreto-lei n.º 5.252, de 16 de fevereiro de 1943 e teve por objetivo manter a bandeira nacional na navegação dos rios Paraná e Paraguai e seus afluentes” (Vieira, 1951 p. 05).

Após o fim da concessão, a Companhia continuou a exploração de erva em suas fazendas até a década de 1950, quando se retirou do ramo. Em 1953, a empresa vendeu a fazenda Campanário e outras fazendas, permanecendo como sede a fazenda Santa Virgínia. Em 1991, a Cia. Matte Larangeira se dividiu, nascendo a Larangeira Mendes S.A, que tem sede em São Paulo e é presidida por Luis Mendes Prates, neto de Ricardo. Na parte argentina, em 1996 a Empresa Matte Larangeira foi vendida para a Química Estella S.A (Arruda, 2015, p.19).

Em 1944 as instalações na cidade de Guaíra foram encampadas pelo governo Vargas, que se beneficiou com a encampação, pois incorporou as instalações da Companhia que se localizava em Guaíra, porém ela ainda continuava atuando no Sul do Mato Grosso, explorando a erva-mate

Fernandes (2012) indicou que em 1954, apesar de ter perdido grande parte de suas instalações, a Companhia Mate Larangeira ainda realizava o transporte de erva-mate por meio desse porto. Contudo, a companhia anunciou que cessaria as exportações a partir dessa localidade, devido à perda de suas instalações.

Ao sintetizar a história da Companhia Mate Larangeira, torna-se inegável que seu império foi erguido sobre dois pilares interligados: o território indígena e a exploração de sua força de trabalho. O Estado, ao conceder legalidade à apropriação de milhões de hectares que constituíam o habitat e o espaço de reprodução sociocultural de diversos povos, atuou como o principal agente viabilizador desse processo de espoliação. A Companhia, por sua vez, implementou um regime de trabalho análogo à escravidão, desarticulando as economias locais e forçando os indígenas, já despojados de suas terras, a se submeterem a um sistema de servidão por dívida nos ervais, garantindo assim mão de obra barata e cativa para a acumulação de seu capital.

A expansão dos ervais e a implantação da infraestrutura da Companhia resultaram na expropriação em massa de terras, no confinamento dos indígenas em pequenas reservas e na desestruturação de seu modo de vida. Esse processo de esbulho territorial, legitimado pelo Estado em nome do progresso, não apenas garantiu a matéria-prima para o império da Mate Larangeira, mas também plantou as sementes de conflitos fundiários que perduram até hoje

2. EXPLORAÇÃO DE TRABALHO GUARANI PELA COMPANHIA MATE LARANGEIRA.

2.1 TRABALHO E SUA EXPLORAÇÃO

Ao adentrar à questão da exploração de trabalho, partimos de alguns referenciais teóricos, a começar pelo conceito de trabalho que Oliveira (2012) traz a partir de Zygmunt Bauman, na obra “modernidade líquida”:

Bauman (2001) fala da condição líquida e altamente mutável do universo que envolve todas as relações, de uma vida efêmera e fluida, criando o termo “modernidade líquida” (que o fez a partir dessa condição) ao fazer uma análise detalhada e completa da complexidade da era moderna líquida, desde seu estado presente até as razões ou condições que permitiram o seu estabelecimento e, arrisco dizer, da sua concretização (estado concreto de um estado líquido, mas que, devido à rapidez das mudanças, está sujeito ao desmantelamento, instantâneo ou não). Para isso, faz uma exposição dessas mudanças e concretizações nos campos da individualidade dos homens modernos e pós-modernos, da suas formas e caminhos de emancipação e de conquista da liberdade (verdadeira ou não), do trabalho através da história, baseado também na ideia de progresso, da comunidade, sua idealização e ligação com o nacionalismo e finalmente nas mudanças sofridas na relação inseparável entre tempo e espaço, em que se estabelece o sentimento de fluidez das situações, relações e conquistas, causando a instantaneidade da vida (Oliveira, 2012, p. 26-27).

Neto (2012 apud Ribeiro, 2019, p. 246) afirmou que “em todas as sociedades organizadas a partir de relações de expropriação do trabalho alheio, apresentam dois grupos sociais profundamente antagônicos: escravos e senhores, servos e senhores feudais, operários e capitalistas”. A relação entre estes grupos antagônicos, geralmente são bem divididas, um serve mão de obra e o outro usufrui dos lucros.

O capitalismo tem como característica a exploração da força de trabalho, transformando-a em mercadoria.

O advento do capitalismo transforma mais uma vez a relação do trabalhador com os donos dos meios de produção (o capitalista), tendo como característica principal a venda, pelo trabalhador, de sua força de trabalho, transformada então em mercadoria. O trabalho na sociedade capitalista é degradado, se converte em meio de subsistência, a força de trabalho é transformada em mercadoria, enquanto o trabalho torna-se sinônimo de obrigação, adquire sentido de penúria, causa estranhamento e alienação. O homem passa a estranhar seu semelhante, visto como simples meio para satisfação de fins privados (Antunes, 2011 apud Ribeiro, 2019, p. 246-247).

A relação entre estes dois antagônicos, os trabalhadores e a Companhia Mate Larangeira, os trabalhadores como mão de obra e a empresa, o ser

capitalista, dono dos meios de produção, a Mate se beneficiou do trabalho indígena para sustentar suas produções e as exportações da erva-mate cancheada.

Brighenti e Heck (2021) analisam que, no século XIX, a Guerra do Paraguai (1864-1870) transformou as relações entre o Brasil e o povo Guarani, consolidando no imaginário brasileiro a noção do Paraguai como o "país dos Guarani", promovendo uma ressignificação da identidade desse povo, que passou de integrante do território brasileiro a estrangeiro e, conseqüentemente, inimigo.

O território do sul do estado do Mato Grosso do Sul era pertencente ao Paraguai até o início da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e era território tradicional Guarani, onde residiam diversos grupos indígenas especialmente os subgrupos Kaiowá ou Paĩ-Tavyterã e Nhandeva, nesse período da guerra, muitos indígenas lutavam pelo Paraguai, pois a guerra estava ocorrendo em seus territórios tradicionais (Brighenti; Heck, 2021). Com a imposição de fronteiras nacionais pós-conflito desestruturou a organização sociopolítica indígena, gerando perda de autonomia e conflitos fundiários.

O projeto de Estado-nação ignorou o modo tradicional das populações indígenas, fator que tem provocado a desterritorialização dessa população e os conflitos atuais pela posse das terras. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2022) destaca que, na contemporaneidade, o Mato Grosso do Sul concentra altos índices de violência contra indígenas, vinculados à expansão do agronegócio.

Com o fim da guerra da tríplice aliança, o empresário Thomaz Larangeira, financiador da Guerra ao governo brasileiro recebe concessões de terras na região dos ervais sul mato-grossense e paranaenses, justamente nas terras ocupadas pelos Guarani ainda de maneira independentes, sem tanta influência da sociedade regional. Essa população é forçada a trabalhar em condições análogas à escravidão. Como não podiam ser trasladados para o outro lado da fronteira, são de certa forma punidos com o roubo de suas terras e exploração de sua mão de obra (Brighenti; Heck, 2021, p. 258-259).

A empresa chegou a receber diversas concessões e uma grande quantidade de trabalhadores trabalhando em seus ervais, no caso, alguns trabalhadores eram pagos com comida, ferramentas, como iremos ver ao longo da dissertação. Em 1891, ele se associou ao Banco Rio e Mato Grosso, da família Murtinho, sendo Joaquim Murtinho⁹ político influente, se destacou na política

⁹ Joaquim Murtinho foi empresário e importante político brasileiro, sendo Ministro da Fazenda (1898-1902) no governo de Campos Sales. "Iniciado o governo Campos Sales em 15 de novembro de 1898, Joaquim Murtinho foi nomeado ministro da Fazenda. À frente da pasta, cumpriu à risca os termos do acordo, apesar das fortes pressões oriundas dos setores pró-industrialização" (Mello, s.d, p. 06).

brasileira, como ministro da Fazenda no governo de Campos Sales. Apesar da Mate ter se associada ao Banco Rio e Mato Grosso¹⁰, que era uma empresa recém-fundada no Rio de Janeiro, que detinha o controle da empresa, Larangeira ainda possuía ações na companhia e controlava as negociações.

Além de realizar transações financeiras tanto no Rio de Janeiro quanto em Mato Grosso, o Banco Rio e Mato Grosso desempenhou um papel significativo na criação de "núcleos coloniais" nesse estado. Essa instituição mantinha estreitas relações com influentes figuras políticas e financeiras de Mato Grosso e do Rio de Janeiro, este último então consolidado como o principal centro financeiro do Brasil. Em particular, destacam-se os vínculos com a família Murtinho de Mato Grosso, sobretudo Joaquim Murtinho e seu irmão Francisco Mendes.

Ademais, Thomaz Larangeira figurava como acionista do Banco Rio e Mato Grosso, embora não haja informações precisas sobre o montante de suas ações ou sua participação societária. Além disso, ele integrava a diretoria e o conselho fiscal da Companhia Mate Larangeira (CML), bem como o conselho fiscal do referido banco.

No final do século XIX, o mercado de erva-mate demonstrava grande lucratividade, contando com uma demanda estável, sendo a Argentina o principal país importador do produto. A significativa procura pela erva-mate viabilizou investimentos da empresa na construção de uma ampla infraestrutura voltada ao transporte e à extração do produto. A empresa dispunha de instalações próprias para a construção e manutenção de embarcações fluviais, bem como de veículos de tração animal. Ademais, era responsável diretamente por todas as suas operações de importação e exportação. Para viabilizar suas atividades, milhares de trabalhadores foram contratados, com destaque para os chamados "mineiros", responsáveis pela extração da erva-mate nas florestas.

A fazenda Campanário, sede da Companhia Mate Laranjeira, hoje localizada no município de Laguna Carapã, atraía e aliciava os paraguaios, fazendo convergir para a região fluxos transfronteiriços desses migrantes. A empresa organizava, assim, o espaço regional com a convergência da força de trabalho paraguaia para a exploração da erva-mate. A maior parte dos migrantes paraguaios que chegaram ao sul do Mato Grosso para trabalhar

¹⁰ O referido Banco foi fundado com base em uma autorização concedida pelo governo provisório da República (Decreto nº 1.149, de 6.12.1890) e seus incorporadores foram Francisco Moreira da Fonseca, Francisco Murtinho e Francisco de Paula Mayrink. Constituído em assembleia no Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1891, o banco operou regularmente até julho de 1902, quando entrou em processo de liquidação amigável. Sua presidência foi exercida por Joaquim Murtinho até 1º de setembro de 1896 e por Francisco Murtinho a partir de maio de 1897 (Queiroz, 2010, p. 01).

na companhia era da região norte do Paraguai e na sua maioria homens. As atividades desenvolvidas pela Companhia Mate Laranjeira alteraram, assim, a geografia da região devido às práticas de produção extensivas e exploratórias, ao domínio político do território, o controle exercido sobre as territorialidades, além do crescimento econômico da produção estreitamente vinculada com a expressiva arrecadação estadual e a formação de uma poderosa oligarquia regional (Leal, 1980). Embora com péssimas condições de trabalho, na maioria das vezes, análogo à condição de escravo, a maioria dos paraguaios que trabalhavam na empresa não retornava ao seu país, fixando residência no sul de Mato Grosso, devido às precárias condições no Paraguai, destruído após a Guerra da Tríplice Aliança. Como informou um paraguaio “muitos que aqui vieram não quiseram voltar, nem pra visitar os parentes, o lugar onde nasceu. Diziam ter medo, que não se sentiam seguros” (Paulo Vitor, Dourados, 19/02/2011), (Leal, apud Mondardo, 2013, 79).

Para Mondardo (2013), estes trabalhadores eram principalmente paraguaios, sendo a maioria destes trabalhadores vindos do norte do Paraguai, muitos deles não retornavam ao seu país de origem, fixando moradia no estado mato-grossense.

A proximidade fronteiriça e as condições socioeconômicas enfrentadas pelo Paraguai no período subsequente à Guerra da Tríplice Aliança constituíram fatores determinantes para a intensificação dos fluxos migratórios. A transição do século XIX para o XX foi marcada pela inserção dessa população no território que atualmente corresponde ao estado de Mato Grosso do Sul.

Esse processo ocorreu no contexto da incorporação definitiva do extremo-sul da província de Mato Grosso ao Brasil com a redefinição das fronteiras, essa área tornou-se um dos principais destinos, devido a busca de melhores condições de vida de paraguaios, que passaram a desempenhar diversas atividades laborais em território brasileiro. Dentre essas atividades, destaca-se a extração da erva-mate nos ervais da região, como destaca Centeno (2000, p. 1-2) que “esses trabalhadores, em sua maioria paraguaia, dominavam a técnica de produção da erva-mate, herdada da secular tradição guarani”.

Nas pesquisas relacionadas à presença de indígenas nos ervais, percebemos um ocultamento, pois a presença de trabalhadores paraguaios que falavam a mesma língua, o guarani, causou uma invisibilidade dos indígenas em meio aos paraguaios.

Para Brand, “a ausência de referências mais consistentes sobre a participação indígena [...] talvez possa ser explicada pelo seu provável ocultamento no meio dos paraguaios, falando a mesma língua e com costumes aparentemente próximos” (1997, p.72). Entretanto, a afirmação de que a maior parte dos

trabalhadores da erva-mate era composta por paraguaios não se sustenta de maneira absoluta. No final do século XIX e início do XX, as concessões feitas para a Companhia Mate Larangeira abrangiam terras habitadas tradicionalmente pelos Guarani, antes da redefinição dos limites entre Brasil e Paraguai, concluímos que um número significativo de trabalhadores, na realidade, era formado por indígenas Guarani, que permaneceram em suas terras e passaram a integrar as atividades econômicas ligadas à produção ervateira.

2.2 A RELAÇÃO DO GUARANI COM O TERRITÓRIO

O Guarani tem uma relação profunda com o território, uma relação de ancestralidade, de costumes, e especialmente com seus antepassados e suas crenças que foram vivenciadas ao longo do tempo.

Um território indígena compreende marcos de identificação física traduzidos nos caminhos de circulação, nas moradias e cemitérios, e espaços de exploração da natureza: áreas de coleta, caça e pesca, agricultura, cultivo de plantas medicinais. O território abrange espaços identificados pelas suas características históricas, simbólicas ou transcendentes, do lugar dos espíritos antepassados, dos mitos fundadores e outros (Rosa, 2014, p. 03).

O Guarani não reconhece os limites da fronteira feito pelos Estados nacionais. Esse processo de delimitação de terras como conhecemos hoje, teve sua origem no período colonial, que ocorreu com a ocupação dos territórios indígenas pela colonização europeia.

Território é Tekoha, entendido por Melià (apud COLMAN, 1991, p.3) como “el lugar donde se dan las condiciones de posibilidad del modo de ser Guarani. La tierra concebida como tekoha es ante todo un espacio socio-político”. Tekoha é imprescindível para nossa sobrevivência física e, de modo especial, também cultural, dado que tekoha significa espaço ou lugar (ha) possível para o modo de ser e de viver (teko). A mesma palavra aglutina dois conceitos fundamentais: vida (teko) e lugar (ha) (Benites, 2014, p. 36).

A cosmologia Guarani atribui noções próprias ao conceito de fronteira, capaz de definir quem pertence e quem não pertence a determinada coletividade, assim sendo entendida como redes dinâmicas, e não fixas, suscetíveis a serem relativizadas em caso de casamentos ou de formação de alianças, por exemplo (Melià, 2007).

Os Guarani são povos que se mantêm em movimento, seu amplo território se estende da Bolívia, sul e leste do Paraguai, Nordeste e noroeste da Argentina, e sul, sudeste e centro-oeste do Brasil.

Segundo Amaral (2019), os dados arqueológicos demonstram também que esse povo se formou há cerca de 2 mil anos na região conhecida atualmente como tríplice fronteira, entre Brasil, Argentina e Paraguai, região que podemos considerar o “berço do povo Guarani”. Foi dessa região que o povo se expandiu, “criando redes de aldeias interligadas por alianças políticas, econômicas e sociais, o que explica a uniformidade da língua e da cultura material Guarani” (Wittmann; Brighenti, 2018, apud Amaral, 2019, p. 05). A segunda e maior onda migratória, ocorreu cerca de 900 anos antes do presente, atingindo o delta do Prata e o litoral atlântico.

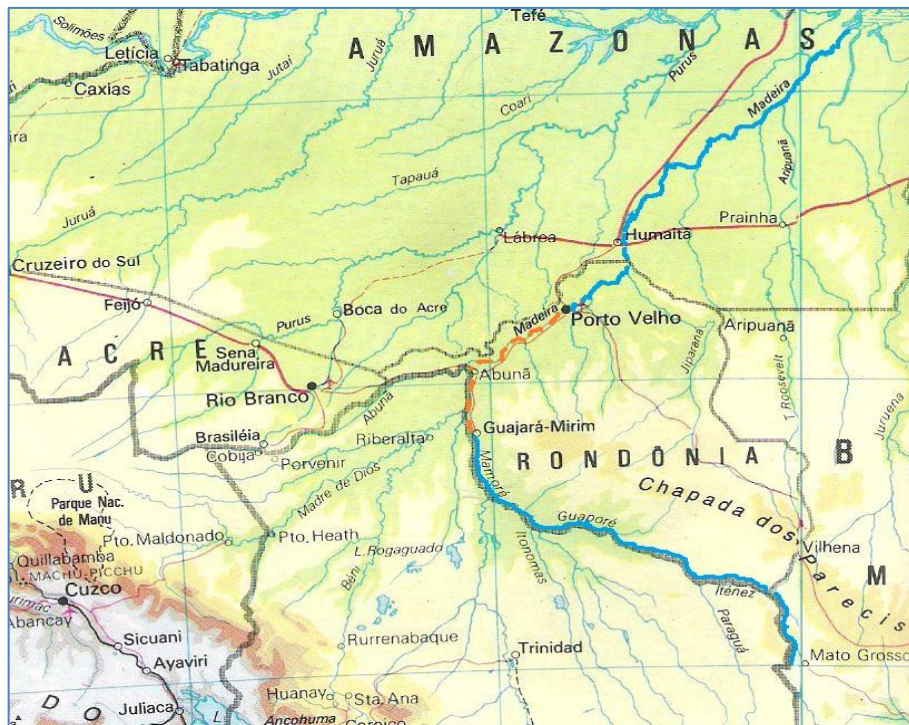
Figura 6 - Centro do território Guarani e rotas de dispersão.



Fonte: Bonomo, 2014, p. 65.

Segundo Francisco Silva Noelli, os Guarani se expandiram para o sul a partir dos rios Madeira-Guaporé, no sudoeste da Amazônia, conquistando uma vasta área em partes do Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia (Noelli, 1999-2000, p. 247).

Figura 7- Mapa da localização do rio Madeira e Rio Guaporé



Fonte: Krukoski, 2014.

As dinâmicas circulatórias dos Guarani evidenciam um perfil expansionista do território, em que a terra está em constante expansão através da mobilidade tradicional, caracterizada pelo ato de andar, caminhar e mover-se. Esse processo representa uma forma de ocupação do espaço que evita a fixação permanente em um único lugar, refletindo uma concepção de territorialidade que privilegia a fluidez e a continuidade do movimento (Benites, 2014, p.35).

Alguns pesquisadores destacam a intensa mobilidade dos Guarani atrelada ao domínio da religião, na busca de uma “terra sem mal”, uma espécie de paraíso mítico, seria a condição para esse grupo manter-se em constante movimento no espaço (Silva, 2006). Métraux (1979, p. 177) descreve a terra sem mal como um lugar especial, “nesse lugar, as plantas nascem por si próprias, correm o mel em abundância e todos os que a alcançam usufruem a felicidade”.

La búsqueda de la tierra-sin-mal, ya sea mediante largas migraciones, cuando las hubo eventualmente, o por medio de desplazamientos a regiones contiguas, nunca estuvo desligadas de las condiciones y del modo de vivir de la reciprocidad, en el convite y la danza ritual. La tierra-sin-males una condición y un elemento insoslayable de vida guaraní, porque significa su tierra y su territorio. Su sentido realista se hace más fuerte porque no se trata de una tierra en el cielo sino una tierra buena en la tierra, donde se da el buen vivir- el Teko Porã” (Melià, 2016, p. 153).

Bartolomeu Melià (2016) nos aponta que a busca da terra sem mal no sentido religioso é a busca pela terra fértil, de bons frutos, onde possam viver em paz.

Na visão de Elliott, a busca tem um sentido econômico, atribuindo as migrações aos conflitos com outras comunidades indígenas. Para Elliott (1847) *“la emigración” de los “caiuás” se explicaba por los constantes ataques de los guaycurúes y terrenas*

Estas são duas versões de um mesmo processo histórico, com metodologias diferentes, invertendo a ordem dos protagonistas. Nimuendajú (1987) dá mais importância aos indígenas a partir de suas próprias versões das migrações e da terra sem mal. Já Elliot coloca embasamento na ordem cronológica e destaca a colaboração do Barão de Antonina para explicar a emigração dos Caiuás, excluindo os indígenas como protagonistas (Barbosa, 2015).

La marcha de los guaraníes hacia el Este no se debió a la presión de las tribus enemigas; tampoco a la esperanza de encontrar mejores condiciones de vida al otro lado del Paraná, ni al deseo de unirse más íntimamente a la civilización, sino exclusivamente al miedo de la Tierra sin Mal” (Barbosa, 2015, p. 10).

A busca pela terra sem mal no sentido espiritual, não se deve ao abandono de seus territórios, mas a busca de novas estratégias e recursos para manter o essencial que é a sua liberdade. Devemos nos atentar à importância da “terra sem mal”, mas o foco é a questão do território Guarani, que mesmo com a mobilidade constante dos Guarani.

Para o Guarani, a mobilidade é constante, pois as relações sociais, trocas econômicas, realização de festas, entre os Tekoha, em geral próximos em termos geográficos, representam grupos autônomos interligados social e politicamente (Tekoha Guasu), formando uma rede social guarani que mantêm entre si.

Os Avá-Guarani do oeste paranaense creem em sua cosmovisão da busca da Terra Sem Males é uma questão central da sua cosmologia.

A gente entende que nosso corpo, nossa carne, é a própria terra. Por isso a gente morre, a carne fica aqui na terra, vira pó, se mistura com a terra, que já existe. E a alma é que vai pro yvy marã e'ỹ. Por isso os Guarani viviam sempre em busca da terra sem mal, que a gente chama de yvy mara e'ỹ [lit. “terra imperecível”]. Por essa relação que a gente tem com a terra, nosso povo vinha em busca do yvy marae 'ỹ, porque a carne ficaria na terra, se transformaria em terra, e a alma precisava de um local sagrado pra descansar. E os Guarani viviam caminhando, buscando esse lugar sagrado. Então acharam um lugar, mais pro sul, mais pro lado do rio, que eles chamava de Paraná. A palavra paraná, na língua avá-guarani significa que é um

caminho que levaria ao mar - para significa mar, na é uma via que levaria para o mar. Ou chamariam de 'y guasu akã, mas os antigos falavam paraná. O mar seria para. Então na beira do rio Paraná a maior parte dos grupos guarani se concentraram pra lá, acreditando que nesse local é que ficava essa terra sem males, ou seja, o lugar que eles chamavam de ywy marã e'ỹ. Mara e'ỹ é uma coisa sagrada, uma coisa que não existe na terra. É esse lugar que eles buscavam. Então eles viviam andando, mas não é que eles iam encontrar esse lugar na terra. Porque marã e'ỹ é uma coisa espiritual, então eles viviam em busca de um algo espiritual, não para onde a nossa carne ia, mas sim a nossa alma, para encontrar um descanso. Então os mais velhos contam, muitos sempre lembram do rio Paraná, que inclusive entra Guaíra até Foz do Iguaçu, do lado de cá do rio Paraná e do outro também. Dos dois lados do rio Paraná a ocupação Guarani era muito grande, porque os Guarani acreditavam que lá era a terra sem mal. Isso pegava de Guaíra a Foz do Iguaçu. Em Guaíra tinha as Sete Quedas. Em Foz do Iguaçu tinha um lugar que os Guarani chamavam de ita ipy pẽ [literalmente, "pedra plana pra ficar em pé"], onde inclusive a Itaipu fez a represa, em cima dessa pedra. A ita ipy pẽ era chamado porque tinha uma pedra muito grande, acho que tinha 30 m2, parecia um piso, mas nesse local, dos dois lados dessa pedra, tanto do lado do Paraguai quanto do lado do Brasil, os Guarani vinham pra dançar, pra fazer seu ritual, e sentiam uma paz muito grande, porque era para eles realmente um local sagrado, todas as coisas espiritualmente ficavam em paz naquele local. Ali tinha um barulho, muito próximo do barulho de um takwá [instrumento percussivo de bambu]. Takwá é um instrumento que usa na casa de reza, na opy, é um instrumento feminino, então era muito próximo a esse barulho que se ouvia lá. Era 24h por dia. Quando ia chover, quando ia ter um temporal quando vinha um vendaval, lá se ouvia cânticos, de longe se ouvia, e muitas pessoas indígenas iam lá pra pescar, e quando ouviam esses cânticos, tinha pessoas que dormiam e viam coisas, tipo uma visão, via o que aconteceria amanhã ou depois. Tudo isso é o que acontecia nesse local. Em Guaíra tinha a Sete Quedas, e debaixo da queda do meio tinha uma caverna, onde o barulho era completo, não era só o barulho da takwa que se ouvia, não era só o mbaraka miri [chocalho] que se ouvia, não era só o cântico, era os três juntos, 24h por dia, de dia, de noite. Se ouvia esse cântico desse ritual sagrado, esse ritual sagrado, esse jeroky marã e 'ỹ, mborai marã e'ỹ. Então ali era o local que levaria os guarani até o ywy marã e'ỹ. Então as pessoas indígenas iam lá, entravam nessa caverna não para iniciar o ritual, mas simplesmente pra acompanhar. E ali também os rezadores, os mais velhos, recebiam mensagens de Deus, e dali eles saíam e repassavam essa mensagem pro resto do grupo, pro resto das aldeias inclusive, então ali era contato direto com Nhanderu. Todas as coisas naquele tempo, antes da chegada do homem branco, do jurua, era maravilhoso a vida do Guarani, de Guaíra a Foz do Iguaçu (Martinez, 2018 apud Funai, 2018, p.456-457).

O depoimento concedido a Funai (2018) por Pauline Martinez, pertencente ao Tekoha Y Hovy, atualmente denominado Tekoha Yvy Okaju, evidencia as transformações ocorridas no processo de conexão espiritual da comunidade Guarani em decorrência da perda do Salto das Sete Quedas e da pedra sagrada, denominada em Guarani como *ita ipy pẽ*, na região de Foz do Iguaçu. Essa perda resultou em uma reconfiguração das práticas espirituais, que passaram a se concentrar nas atividades rituais realizadas nas casas de reza, consolidando-se como um novo eixo central na vivência religiosa do Tekoha.

Com a demarcação dos novos limites de fronteira no século XIX, estas relações continuaram a ocorrer e continuam até hoje, porém durante esta formação de colônias na fronteira, um novo sistema de exploração indígena se formava: nas obrages, utilizavam os indígenas para a colheita da erva-mate e corte de madeira.

A atividade de extração de mate, influenciou o território indígena e no seu modo de viver, acarretando diversas migrações para outros locais. Devido a sua constante mobilidade, eram considerados estrangeiros, pois passavam livremente entre as fronteiras dos três países, este livre caminhar entre fronteiras era seu direito de origem, pois era território indígena a fronteira entre o Brasil, Paraguai e Argentina.

Este território ancestral (Ñane Retã) acaba por ser desfigurado pelas fronteiras nacionais, causando a interferência das relações sociais entre os grupos culturais (Urquiza, 2017). Mesmo com estas interferências, os Guarani do oeste do Paraná continuaram fazendo suas trocas de relações sociais e parentescos, atravessando as fronteiras feitas pelos não indígenas.

Apesar das imposições promovidas pelo Estado representarem um desrespeito à diversidade cultural, social e jurídica destes povos, as práticas comunitárias de deslocamento transfronteiriço permanecem vigentes, através das quais os Guarani de Mato Grosso do Sul, do litoral e de outras regiões do Brasil, seguem mantendo intensas e variadas trocas com seus parentes que residem na Argentina e no Paraguai (Colman, 2015, n.p).

Fazendo com que estas relações sociais e trocas culturais se tornassem formas de resistência aos marcos territoriais feitos pelos não indígenas, mantendo sua organização social amparada na família extensa e na vivência do Teko costumes e o seu modo de ser.

Pela constante prática de violência imposta pelos Estados, os Guarani foram perdendo as terras, sem condições de produzir alimentos ou mesmo em condições insalubres em contextos de alta densidade demográfica, dificultando a reprodução física e cultural.

O rastro de violência que segue pelo século XX em função da concessão de terras e ervais por parte do governo brasileiro no atual Mato Grosso do Sul e no Paraná à Companhia Matte Laranjeira, que passa a utilizar a mão-de-obra nativa Guarani em um regime de quase servidão. A partir deste quadro, o alvorecer do século XX encontra inúmeros aldeamentos Guarani no Estado do Paraná, fruto de dois movimentos distintos. Uma parte, resultado da ocupação imemorial dos povos Guarani e noutra parte, resultado das diversas migrações e deslocamentos ocasionados pela Guerra do Paraguai (Amaral, 2019, p. 41).

Este processo resultou em diversas migrações e deslocamentos, formando a criação de diversos tekoha no estado do Paraná.

Estes aldeamentos constituídos a partir da extração da erva-mate e da venda da madeira irão se concentrar especialmente na região Oeste do Paraná. Estes dois tipos de ocupação indígena – as famílias que vão se radicando por meio do trabalho dos ervais e da madeira – e as ocupações mais antigas e tradicionais, vão se mesclando por meio de uma intrincada rede de parentesco, de casamentos entre as comunidades e construindo novas alianças familiares e políticas. Segundo relatos dos indígenas Guarani, ao contrário da versão dos colonizadores – que apontam para um “vazio demográfico” – existiam aproximadamente trinta e um tekoha’s dispersos pelo Estado, cada qual com algumas dezenas de famílias, possuindo fortes laços e relações de parentesco entre si, não sendo raro visitas para batismo e casamentos, se constituindo em um extenso território de trânsito Guarani (Amaral, 2019, p. 41-42).

Desfazendo o conceito de “vazio demográfico”, essa discussão é tratada em diversos artigos científicos de pesquisadores, como Brighenti, Wachowicz, Queiroz, entre outros.

Um processo parecido ocorreu antes em Mato Grosso do Sul, com a virada do século XIX para o XX, quando a ocupação dos territórios indígenas passou por um momento significativo, a partir da concessão do território do cone sul de Mato Grosso para a Companhia Mate Larangeira, com objetivo de explorar o mate.

Brand (2004, p. 139) afirma que as primeiras incursões de frentes não-indígenas no território Guarani ocorreram a partir da década de 1880, quando a Companhia Mate Larangeira se estabeleceu na região. Embora a companhia não tenha contestado a posse da terra ocupada pelos indígenas, tampouco tenha desalojado comunidades inteiras de suas terras, foi responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias e núcleos populacionais, em virtude da necessidade de expandir a colheita para novos ervais, que muitas vezes se encontravam em regiões distantes.

Segundo Brand (2004, p. 138), “entre os anos de 1915 e 1928, o Governo Federal demarcou oito pequenas extensões de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani, com o objetivo de confinar os diversos núcleos populacionais dispersos em amplo território ao sul do atual estado de Mato Grosso do Sul”. Nesse sentido, essas reservas, demarcadas sob a orientação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), constituíram importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e consequente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não indígenas.

Brand (2004) aponta que no período de Vargas houve novamente atos de violação, com a ocupação do território indígena, com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 1943, pela política de Vargas, que tinha

como objetivo o avanço da fronteira agrícola e povoamento da região por colonos. A instalação dos colonos em território indígena provocou de imediato, problemas diversos e graves, pois questionou a presença indígena e impôs a sua transferência para outros espaços. Ocasionalmente diversos conflitos de terras entre indígenas e colonos, que perduram até o momento atual, o que nos leva ao processo de demarcação das terras indígenas.

Um debate importante para a sociedade indígena atual é o processo de demarcação de terras indígenas, que não envolve apenas a apropriação física da terra, mas uma condição cosmológica, social e religiosa, que converte o território num espaço simbólico.

Para entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, Little (2002) emprega o conceito de cosmografia, definido como o conjunto de saberes ambientais, ideologias e identidades que são coletivamente criados e situados historicamente por um grupo social. Esse conceito abrange as práticas e conhecimentos utilizados por esse grupo para estabelecer e manter seu território. Inclui-se, nesse contexto, o regime de propriedade específico do grupo, os vínculos afetivos que mantêm com seu território particular, a história da ocupação preservada na memória coletiva, o uso social atribuído ao território e as estratégias de defesa empregadas para sua proteção.

Uma demarcação compatível a um Tekoha permite manter a tradição e o conhecimento sobre o plantio e produção de alimentos, sem a necessidade de ajuda do poder público. É com a demarcação que eles podem plantar, colher e produzir os alimentos necessários para seu tekoha. O elemento final da territorialidade, a interação humana no espaço, se mantém através da manutenção das tradições, da cultura e da organização social.

2.3 OS GUARANI E A SUA RELAÇÃO COM A ERVA-MATE

Os Guarani no Brasil Meridional estão divididos em três grandes subgrupos linguísticos: Guarani-Nhandeva, que significa "os que somos nós" ou "aqueles que pertencem ao nosso povo"; Guarani-Kaiowá, cujo nome pode ser traduzido como "povo da floresta"; e Guarani-Mbyá, que significa "gente". Dentre esses subgrupos, os Kaiowá constituem o grupo mais numeroso. Embora compartilhem a mesma matriz cultural, distinguem-se em diversos aspectos, como

nos costumes ritualísticos, na organização política e social, bem como na forma de interagir com o mundo e interpretar a realidade (Alencar, et al. 2021, p. 15).

Uma planta que faz parte de sua cultura e é compartilhada entre os três grupos é a utilização da erva-mate em seu cotidiano, principalmente nos seus costumes espirituais.

Chamada cientificamente de *Ilex paraguariensis* é a espécie mais comum e utilizada do gênero na produção do chá-mate, chimarrão ou tereré, bem como na extração de pigmentos. Ficou conhecida, por erva-mate, em guarani - *caá* ou, ainda, chá-de-Paraguai, chá-dos-jesuítas, erva-do-diabo *yerba-santa* para os uruguaios” (Contini, 2012, p. 162), lembrando que o termo “erva-do-diabo”, era um termo utilizado pelos jesuítas inicialmente, quando não tinham tanto conhecimento sobre a mate, após o mate virou um dos principais produtos de comercialização colonial.

Uma das lendas de origem da erva-mate se inicia pela mitologia Guarani em especial expressa pela lenda de *Ka'a Yari* (a Deusa da erva-mate).

Deus Tupã habitou inicialmente a Terra e criou tudo o que aqui existe. Dos primeiros habitantes, o cacique e sua linda filha ficaram na mata – ele por estar muito velho e não conseguir mais seguir sua tribo, ela para cuidar de seu pai. Um dia, um visitante enviado por Tupã foi muito bem recepcionado pelos dois, sem eles ao menos saberem quem era. Como retribuição, depois da generosidade demonstrada pelo pai e a filha, o mensageiro de Tupã se revelou e agraciou os dois com a muda de uma árvore. Ele ensinou que o velho cacique deveria colher suas folhas, secá-las, triturá-las e juntar o resultado com água para beber – isso lhe daria força e vigor. A árvore, por mais que fossem cortadas todas as suas folhas, voltaria a brotar e florir, sempre mais forte. O tempo passou, e Tupã imortalizou a filha do velho cacique, e a mesma foi transformada em deusa, Caá, protetora da erva-mate, árvore sagrada, símbolo da hospitalidade e fonte do chimarrão, herança guarani (Issuu, 2015).

Este mito ressalta os sentimentos de generosidade, amizade e a partilha de conhecimentos entre os Guarani.

Nos escritos de Nissinen (2020), para que o *ka'a* se transformasse em *ka'ay*, o chimarrão, foi necessário extrair da natureza os materiais essenciais para sua preparação. A água possibilitou a infusão, que é aquecida pelo fogo; da cabaça (*yeruá*), foi confeccionada a cuia (*kayguá*), que serve como recipiente para a bebida; e, a partir da taquara, produziu-se a bomba (*takuapi*), instrumento utilizado para server o mate.

A ocorrência natural da erva-mate abrange os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, a região nordeste da

Argentina e grande parte do Paraguai. Na Argentina e Paraguai, a erva-mate ocorre, principalmente, nos sub-bosques das matas do Rio Paraná e afluentes.

Figura 8 - Mapa da área natural de ocorrência de mate



Fonte: Resendi, et al. 2000, p. 18.

Contini, afirma que “a árvore floresce durante os meses de outubro a dezembro, e seus frutos amadurecem entre janeiro e março, a árvore pode alcançar 15 metros de altura, permanecendo, porém, em torno de 7 metros quando submetida à poda” (Contini, et al, 2000, p. 162).

Figura 9 - Flores da erva-mate



Fonte: Campestrini apud Gerhardt, 2013, p. 25.

Figura 10 – Frutos da Erva-mate



Fonte: Giehl apud Gerhardt, 2013, p. 26.

Speriotto (2018), afirma que o nome “mati” tem sua origem na língua quéchua, denominando as cabaças ou porongos, onde a preparação com a erva *Caá* era consumida, sendo consumida em pó apenas entre os *karaí*, autoridades espirituais que têm contato mais intenso com o mundo espiritual e com sua intuição - chamados de feiticeiros pelos padres jesuítas.

Antes de la conquista, parece que únicamente los chamanes consumían esta planta, que era considerada mágica. A partir de finel del siglo XVI, la infusión

obtenida con las hojas de la yerba se volvió una bebida muy apreciada, no solamente en el Rio de la Plata sino también en otras regiones de la América del Sur, especialmente el Perú (Necker, 1990, p.147 apud Speriotto, 2018, p. 12).

O mate era considerado sagrado pelos Guarani, e somente os xamãs poderiam consumir, para consultar os maus espíritos, “no entanto ela era oferecida, moderadamente, aos velhos índios, com a intenção de lhes restituir as forças” (Contini, 2000, p. 163).

Conforme Speriotto (2018, p.13), “na *Opy* (casa de celebração) a erva-mate é uma planta de poder que está presente sempre que possível, pois representa a territorialidade e a fortificação física e espiritual para que os Guarani estejam na terra, sustentando o céu”.

Assmann (2018), aponta que em 1596 a erva-mate foi proibida para todos os habitantes das possessões espanholas, tanto seu plantio como seu consumo, mesmo com a proibição os Guarani continuaram a utilizar o mate para fins espirituais e aumentando seu consumo com a chegada dos Jesuítas.

Mal chegaram às terras paraguaias os Jesuítas, animados dum zelo compreensível apenas entre a mentalidade da época, se a extinção do uso de mate, que se lhes afiguravam como vício diabólico. Pouco tempo depois do estabelecimento das missões, o Padre Diego de Torres Bollo em relatório destinado ao Tribunal da inquisição, dizia que os índigenas se entregavam a esse vício por "pacto e sugestão do demônio, dizia mais que os índios reconhecem em suas confissões e fora delas, tratar-se de um vício, de que no entanto, não podiam emendar-se "y entiendo que de cien no se enmienda uno"; observava o padre), usando-o diariamente, e às vezes com grande dano para o corpo e para a alma; afirmava que o vício impedia a frequência aos Sacramentos, portanto os índios já tomavam o mate antes da missa e, em sua opinião, a erva provocaria também "una grande indecência para el Santísimo sacramento"; assinalava, por fim que "salen con grande nota de la missa a orinar frecuentemente" (Schaden, 1948, p. 167).

Schaden (1948) aponta que os jesuítas não tinham o mesmo costume dos índigenas de beber o mate, assim, prevaleceu por algum tempo, que a erva era invenção do diabo, pois a erva fazia mal ao corpo e para a alma. Mais tarde, segundo Moisés da Luz (2011), “os jesuítas, observando o costume dos índios, os orientaram a realizarem cultivos da planta, ao mesmo tempo que a estudaram e definiram preceitos sobre preparo e cultivo da erva-mate” (Bonfim, s.d. apud Luz, 2011, p.18). Os Jesuítas tiveram sucesso e, a partir de 1737, quase todas as reduções detinham de plantações de erva-mate, consolidando-se como os primeiros em todo o território da América a domesticá-la.

Portanto, rendendo-se à exploração dos ervais nativos ainda no início do século XVII, os religiosos da Companhia de Jesus começaram a organizar a

produção comercial ervateira nas reduções situadas na Serra de Maracaju e no Guairá. Com toda a produção feita dentro e fora das reduções, o Paraguai tornou-se o principal fornecedor de erva-mate na bacia platina (Oliveira, 2012, p. 230).

A relação da nação Guarani com a erva-mate vem desde antes da chegada dos europeus, continuando depois dos jesuítas e segue até os dias atuais, a erva é utilizada pelos Guarani em rituais, deve ser bebida para fins de purificação, preparação, fortalecimento, recuperação da saúde e para garantir a conexão com a terra, considerada a planta-mãe pelos Guarani.

A erva-mate possui notáveis propriedades medicinais, sendo rica em cafeína e outros compostos bioativos que atuam como potentes estimulantes do sistema nervoso central. A planta apresenta propriedades diuréticas e antioxidantes, contribuindo para a proteção celular e auxiliando no combate ao estresse oxidativo no organismo.

Com sua visão marcada pelo ‘pensamento missionário’, relatou seu efeito purgativo e estimulante, enfatizando que lhes afugentava o sono. Talvez tenha sido esse estado de eufórica vigília que espantou, inicialmente, os religiosos fazendo com que condenassem o uso da erva-mate, sem ao menos prová-la. Alguns anos mais tarde e após análises mais criteriosas, o próprio Montoya declarou que muitas eram as virtudes que se atribuíam à erva, além de afugentar o sono, estimulava e favorecia a digestão, reparava as forças, influenciava positivamente no humor e curava várias enfermidades (Contini, 2012, p. 22).

Os Guarani faziam e fazem o uso da *caá* no seu cotidiano, pois a erva fortalece os laços junto à comunidade e a transmissão do conhecimento tradicional para a manutenção da identidade cultural. Segundo o relato de Orlando Silva, Kaiowá, fornecido a Roa (2008), a erva-mate é importante para manutenção dos seus hábitos culturais:

Então pra nós é muito importante isso que nem tô falâno pro senhor, que a gente, prá nós, que nem hoje nós têmo nossos filho nossas filha, que não tão... que eles tão pegano ritmo de branco, sabe? Porque os branco levanta cedo, cua um café e. mêmo assim, que nem, eu sempre eu disse, eu falo pro meus amigo a gente, que nem a gente, os branco levanta cedo e faz o seu café tomá ali, o cafezinho ali e ele vai trocâno as idéia ali com os filho, com as muié ali é, reunido com filho ali, então como é que ele vai fazê aquele serviço, aonde que ele vai, aonde que num dé pra fazê, então... e assim é nós índio Guarani e Kaiowá, sabe? Porque nós toma um tereré, um mate ali nós vai trocâno umas idéia, como que é sistema, o quê que é pra nós fazê, o quê que num é pra fazê. E todo nós, é índio como Guarani Kaiowá nós tem... teria é que nem sempre meu avô, meu pai assim, meu pai que é falecido tá com 15 ano: “no lugar que tem tereré ali tá parecêno alguma coisa”. Alguma idéia boa, sempre ali tem. Então, ali parece de tudo. Ali parece uma idéia bom, parece a idéia ruim tamém. É que sempre... Então, é uma coisa muito bom pra nós, a erva é muito importante pra nós (Silva, 2008 apud Roa, et al, 2008, p. 19-20).

Orlando Juca aborda em sua fala, a diferença entre a rotina, o cotidiano dos brancos e dos indígenas, o "ritmo de branco" (ligado à produtividade individualista e à rotina rígida) e o ritual do tereré/mate (momento de diálogo coletivo e reflexão comunitária) simboliza a resistência a lógicas coloniais de organização do tempo e do espaço. Enquanto o "branco" prioriza ações utilitárias ("fazê o seu café e vai trocâno as idéia"), o tereré é apresentado como um ato político de manutenção da cosmovisão Guarani, no qual as decisões são tomadas coletivamente.

A preocupação com filhos e filhas que "tão pegano ritmo de branco" expõe o medo da perda da transmissão cultural. A fala ressalta a importância dos anciãos ("meu avô, meu pai") como guardiões do conhecimento, mas também revela a fragilidade desse processo em um contexto de pressão assimilacionista. A erva-mate não é apenas um alimento, mas um elemento ritualístico que estrutura a socialidade Guarani. A frase "no lugar que tem tereré ali tá parecêno alguma coisa" sugere que o ato de compartilhar a bebida cria um espaço liminar onde "idéia boa" e "idéia ruim" são negociadas. Isso contrasta com a noção ocidental de debate racional, reforçando que, para os Kaiowá, a sabedoria emerge da comunhão e não da individualidade.

2.4 CONTRATAÇÕES DE TRABALHADORES INDÍGENAS PELA COMPANHIA ERVATEIRA

O trabalho indígena nos ervais, desde o período da América espanhola, esteve inserido em um sistema de exploração conhecido como *encomienda*, conforme argumenta Alvanir de Figueiredo (1968). Nesse modelo, o donatário recebia terras com o direito de utilizar a mão de obra indígena nelas presente. Tal prática resultou em uma forma disfarçada de escravidão, consolidando o uso compulsório do trabalho indígena como elemento essencial na colonização da região.

Jesus (2005) observa que os indígenas que habitavam as áreas ervateiras, afastadas de Assunção, eram submetidos ao controle dos encomenderos, que, em troca de sua força de trabalho, ofereciam utensílios e alimentos. No entanto, esses bens tinham um valor irrisório em comparação ao crescente valor econômico da erva-mate.

Ferreira, por sua vez, afirma que a principal mão de obra empregada nos ervais era composta por trabalhadores oriundos do Paraguai, destacando, contudo, o significativo engajamento dos indígenas Kaiowás e Guarani nas atividades de beneficiamento da erva-mate. Essa perspectiva difere de outros autores, que argumentam que a maioria da força de trabalho na economia ervateira era indígena. Segundo Ferreira, a participação indígena concentrou-se, sobretudo, nas etapas de colheita e preparo da erva-mate, conforme amplamente relatado por integrantes dessas comunidades.

Nesse sentido, Oliveira (2015) contribui para essa narrativa, afirmando que houve uma significativa participação de trabalhadores indígenas nos ervais da Companhia Mate Larangeira, porém nem todas as comunidades indígenas estiveram diretamente envolvidas na economia ervateira. Essa análise sugere que a relação dos povos indígenas com o trabalho nos ervais variava conforme a dinâmica social, econômica e territorial de cada grupo, demonstrando a complexidade desse processo histórico.

O trabalho dos indígenas Guarani na região Sul de Mato Grosso, com a instalação da Companhia Mate Larangeira, que passou a explorar a erva-mate nativa no território tradicional dos povos Kaiowá e Guarani, a atividade ervateira exigia uma força de trabalho significativa, composta por correntinos, paraguaios e indígenas, que atuavam em diversas etapas do processo produtivo, desde a colheita até a elaboração final da erva-mate (Ferreira, 2007, p. 59).

A partir de depoimentos concedidos por indígenas, Ferreira (2007) conclui que os trabalhadores de origem paraguaia desempenharam um papel central nas relações laborais e nas estratégias adotadas pelo empreendimento ervateiro. Esses trabalhadores foram amplamente utilizados por aqueles que obtinham lucro com o comércio da erva-mate, uma vez que o domínio da língua Guarani constituía um fator facilitador nas interações com os indígenas locais. Essa característica foi explorada pela Companhia Mate Larangeira como um meio de adentrar o território indígena e persuadir as comunidades a consentirem com a exploração da erva-mate, recurso amplamente disponível na região.

Nesse contexto, João Aquino destaca que os paraguaios frequentemente ocupavam posições hierarquicamente superiores no sistema de trabalho ervateiro. É provável que tenham sido responsáveis por convencer os Guarani a se engajarem nessa atividade, desempenhando, assim, um papel de

mediação entre a empresa e os indígenas. Esse processo evidencia a complexa dinâmica de relações sociais e econômicas que se estabeleceram no interior da atividade ervateira, bem como as estratégias empregadas pela Companhia para garantir a exploração da mão de obra indígena em seus empreendimentos.

Os relatos concebidos a Ferreira (2007) por João Aquino, afirma:

Paraguai encontrava [índio] no mato. Paraguai ia conversar com índio, com cacique. Achava erva, grande erval que está ali em roda da casa dele. Pedação ali, tem que conversar com capitão. Aí Paraguai ia lá, mas patriciada é burro mesmo. Falava: “não eu não quero, eu não deixo você fazer, tá aqui erva. Essa erva é minha, é”. Então o paraguaio é muito sabido né. Falava: “é, é Deus que deu pra mim aqui esse pedaço”, índio falou pra ele. Então o Paraguai: “pois é, é Deus mesmo que mandou procurar você, pra mim falar.” Índio já acreditava (risos). Aí que já vai entregar o erval dele. Até que a erva pegou tudo. Mas primeiro é índio, bastante índio, é tem erval grande, grande a aldeia, mas agora não tem mais. Aí o Capitão falava: “então, se Deus mesmo mandou procurar de mim, você aí, como é que nós vamos fazer”. Aí, eu venho, aqui eu trouxe aqui pra você”, quer dizer que é pano não, ele vai pagar pra ele. “Então esse Deus também mandou pra você, pra você entregar esse erval, agora eu vou pagar pra você” e deu pano, essas coisas antigamente saia 3, 10 metros cada peça, leva pra capitão. Agora o capitão repartia pra cada um. Então já deu, já enganou o índio (Ferreira, 2007, p. 79).

Ferreira (2007) relata em suas pesquisas, que o paraguaio se validava dos conhecimentos da língua e dos costumes dos indígenas para aliciar e adentrar aos ervais. A semelhança linguística entre a língua guarani e paraguaios facilitava a invisibilidade dos indígenas nos ervais, pois a maioria era considerada paraguaia.

No decorrer do século XIX, os trabalhadores envolvidos na produção da erva-mate eram frequentemente recrutados em pequenas cidades e vilas do Paraguai, bem como nas localidades de Posadas e Corrientes, na Argentina. A forma mais usual de contratação de trabalhadores, adotada pela companhia dava-se o nome de *conchavo*. O *conchavador* realizava o recrutamento em bailes e prostíbulos, mostrava ao trabalhador possibilidades de ganhar dinheiro rápido, para dar mais apreço a seu argumento, oferecia uma quantidade substancial de dinheiro, como adiantamento, chamado de *antecipo*, assim o trabalhador já chegava nos ervais endividado (Guillen, 1991, p 192).

Com as instalações de reservas demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1915, houve uma grande exploração de trabalho indígena por meio de agenciamento.

Com a instalação das reservas, pelo órgão tutelar a partir da segunda década do século XX, a Companhia Matte Larangeira e fazendeiros locais atraíam os chefes de posto, não com mercadorias, mas com dinheiro, e estes passavam

a negociar o trabalho indígena para os ervais, por meio de agenciamento. Era um negócio extremamente vantajoso para a Companhia, mão-de-obra barata e disponibilidade de pessoas para o trabalho (Ferreira, 2007, p. 83).

Ferreira afirma que os funcionários da Companhia Mate Larangeira recorriam aos postos indígenas em busca de mão de obra especializada para a colheita da erva-mate. As reservas indígenas foram demarcadas estrategicamente em áreas onde havia extensos ervais ou nas proximidades de centros urbanos, o que facilitava o aliciamento dos indígenas para o trabalho.

A intermediação dos contratos de trabalho indígena com a Empresa era um negócio lucrativo para o encarregado de posto, que dispunha de uma numerosa mão-de-obra especializada e disponível nos postos. O pagamento pelo trabalho dos índios era acertado, diretamente, com esse encarregado que, naturalmente, não repassava aos índios a quantia (Ferreira, 2007, p. 85).

O encarregado do posto saía com todo o pagamento para si próprio, ganhando em cima de trabalho indígena. Através dos escritos de Ferreira podemos perceber como o SPI acabou fazendo parte desta exploração de trabalho indígena nos ervais mato-grossense “O SPI atua como agenciador da mão-de-obra indígena e como controlador do comportamento do trabalhador, impedindo as fugas e abandono do erval” (Ferreira, 2007, p. 91).

2.5 A VIDA NOS ERVAIS: O RANCHO ERVATEIRO

Nos ervais do Mato Grosso, os trabalhadores não ficavam muito tempo em um só local, se deslocavam em busca de novos pontos na mata onde se concentravam outras erveiras, cuja quantidade de erva fosse rentável e possibilitasse a montagem de uma infraestrutura para a sua elaboração.

Segundo Guillen este processo de descoberta de ervais era denominado “Monteada”, era trabalho para o peão monteador, trabalhador que já conhecia a natureza, para saber se guiar e achar o erval.

Assim que encontrado novos locais das erveiras, era montado um rancho ervateiro, preferencialmente perto de um córrego, com instalações construídas em pau a pique e cobertas de sapê, sendo elas, obviamente, instalações rústicas e precárias, a única que tinha instalações melhor, era do rancho de Campanário, que foram construídas com acabamento melhor.

O rancho era constituído de moradias para os trabalhadores:

As dependências de um rancho eram constituídas de moradias para os trabalhadores (ranchitos), comissária (armazém) vaqueria (administração do rancho e contabilidade), além das unidades de beneficiamento, formadas pelo barbaquá, cancha ou moinho, noque ou depósito, rancho de ataqueio e, dependendo do erval, rancho da tambôra (Guillen, 1991, p. 214).

Essas dependências eram rústicas, pois quando terminavam a poda das erveiras, todos se mudavam à procura de um novo erval. Segundo Guillen, a ervateira era podada somente uma vez ao ano e o trabalho de um erval de pequeno porte, durava em média de 2 a 3 meses.

Guillen aponta que, dependendo da extensão do erval, eram feitas zonas de poda, assim construíam as unidades de beneficiamento e administrativas melhores, para durar mais tempo e apenas se mudava o local de corte e os ranchitos. Permitindo a melhor conservação dos ervais, pois aí seriam podados a cada dois anos, por mais que as recomendações técnicas sejam que a ervateira seja podada a cada três anos, porém a Companhia Mate Larangeira não seguia esta recomendação, somente a ignorava.

A administração dos ranchos era controlada pela Companhia através de um administrador ou indiretamente através de um contrato de habilitação. Cada rancho enviava à sede central, em Campanário, a contabilidade do rancho, além de manter fiscais nos ranchos vigiando os administradores ou os habilitados para que não houvesse contrabando ou fraudes (Guillen, 1991, p. 215).

Guillen (1991) afirma que cada rancho, em média, produzia cerca de 200 a 500 mil kg anuais, empregando em média 200 trabalhadores. Afirma também que a vida dos trabalhadores nos ervais era à beira da escravidão, com o sonho de um dia saldar suas dívidas com a Companhia. Uma erveira crescia em média seis metros, o mineiro subia na árvore para fazer a poda, sem nenhuma proteção e correndo risco de cair, este processo de subida nas erveiras de até seis metros de altura se chamava "Tini". O mineiro deveria tomar cuidado, pois a queda, significava graves ferimentos, ou até mesmo a morte.

Após a colheita ocorria o sapecamento das folhas. Para que elas não perdessem sua cor natural, após o sapeco, o mineiro deveria transportar a erva para o barbaquá, onde ocorria a desidratação: "Era prática nos ervais que o mineiro só transportava o fardo de mate até uma distância de três mil passos", caso a distância fosse maior era deixado em um determinado local chamado cargateiro, onde ocorria a pesagem e os fardos de ervas eram recolhidos pelos arrias (tropas de mulas), carroças ou caminhões que os conduziam ao barbaquá (Guillen, 1991, p. 22).

O mineiro ganhava por produção, sistema denominado, arroba-carê. A produção mínima diária deveria ser de oito a dez arrobas¹¹ paraguaias, porém muitos se esforçavam para produzir mais, na esperança de quitar a dívida do anticipo.

O trabalhador que trabalhava no barbaquá era chamado de “Uru”, sendo o mais especializado na produção da erva-mate.

O trabalho do uru, bem como outros trabalhadores do mate, é demais por demais insalubre. O trabalho no barbaquá durava em média de vinte a vinte e quatro horas seguidas, e o uru ficava em cima da erva resolvendo-a para que recebesse o calor uniformemente. Dessa forma, o uru trabalhava num local com temperatura elevadíssima, e enquanto durasse o processo de desidratação da erva-mate, sem descanso (Guillen, 1991, p. 224).

Guillen (1991) aponta que, pelo calor intenso, os trabalhadores do barbaquá tinham por hábito ingerir grandes quantidades de bebidas alcoólicas enquanto trabalhavam, (Guillen, 1991, p. 225). Acarretando o vício alcoólico entre os urus. Após o processo que ocorria no barbaquá, o próximo processo era o cancheamento, que era feito por um moinho de tração animal, depois de cancheada, ela era ensacada, processo denominado de ataqueio.

João Aquino, indígena Kaiowá, que trabalhou para a Companhia Mate Larangeira, na função de habilitado em Porto Guairá, PR, cedeu uma entrevista para Antônio Brand, que foi citado na obra de Ferreira (2007) e narra como ocorria o processo de descoberta do erval e as negociações com a Companhia Mate até a finalização do trabalho:

Trabalha, por exemplo, o senhor vai procurar um no mato [função de habilitado], aonde tem muito erva que vai dar uns 300 saco, assim você já vai conversar com a Companhia: "aqui eu achei erva, assim você já vai conversar bastante lá no mato". Então ele deu pra você ferramenta já pra você trabalhar no mato, tirar erva [...] mas depois que você trabalha lá tira erva, embolsar tudo, bater, tem que bater primeiro, depois deixa moída e ensacar cada, ai se tem 20 saco já pode vender [...] eu fiquei habilitado quando eu estava no Porto Guairá, mas não é aldeia, assim no mato. E também ali tem o, ta ocupando muita pessoa, alguém, a gente que trabalha na erva. Tem, tem que ter aquele pesador, pesando erva, erva, folha de erva sapecado aquele tem, que pesar aquele chama Comissário. Agora tem o capataz pra fazer, é, picada pra tirar erva. Tem [...], 2º Capataz, 1º Capataz assim que vai. Depois aquele que trouxe erva, é folha de erva, deixa no Barbakua, o Barbakua já está pronto ali também, tem que cavocar ali, lá sai fogo lá. [...] E ali deixar em Barbaqua deixa em cesina (charque), como assa também carne, mas assim, põe vara, aí carrega folha, folha verde. [...] Ali tem 1000, 2000 quilos erva, folha de erva né, barbakuasero sobe lá e vai mexendo, mexendo, mexendo até que ficou bem sequinho, aí derruba aquele Barbakuasero [...] sabe, tem outra pessoa que vai que vai bater agora depois que ficar bem moído, entregar para aquele

¹¹ A arroba é uma unidade de peso utilizada no Brasil para medir a massa dos bovinos. Ela equivale a 14,688 quilogramas (kg), que são arredondados para 15 kg (Souza, s.d).

que tem saco pra embolsar. Assim que é, vai muito pessoa que tá trabalhando ali, tá ocupando muita pessoa aí (Aquino, 2003 apud Ferreira, 2013, p.100-101).

Estas informações trazidas por Aquino, nos demonstram como era a função de habilitado, desde a retirada da erva até parte das negociações, essa função de habilitado era diferente das funções de trabalhadores que residiam nos ervais, mesmo tendo todas as funções, o habilitado recebia valores diferentes dos outros trabalhadores.

A forma de pagamento desses trabalhadores se modifica de acordo com a sua função:

Aqueles ligados diretamente ao processo produtivo recebiam por produção, como o mineiro, o uru, foguista, atacador e o ensacador. Os mensaleiros, que recebiam um salário fixo mensalmente, eram os trabalhadores ligados à administração ou ao controle de processo produtivo, como o administrador, mayordomo, contador, comitiveiros e capatazes, além dos montadores e condutores de arrias. Destes últimos só o habilitado recebia por produção (Guillen, 1991, p. 216-217).

A vida dos trabalhadores nos ervais era difícil, as jornadas de trabalho eram longas e exaustivas, podendo ultrapassar 12 horas diárias, principalmente durante a colheita da erva-mate. Os mensús, como era denominado os trabalhadores dos ervais, trabalhavam em ambientes hostis, muitas vezes no meio da floresta, com ferramentas rudimentares e sem qualquer tipo de proteção adequada. O trabalho envolvia a extração e o processamento inicial da erva-mate, que era depois transportada para os centros de comercialização.

No início do século XX, depois de muitas ações como greves e outras atividades os trabalhadores conquistam alguns direitos, porém aos trabalhadores rurais em especial nesses lugares mais afastados dos centros políticos esses direitos não se faziam presentes. Guillen destaca que um direito básico foi a reserva de uma área do erval delimitada para cada um dos trabalhadores mineiros, onde faziam a poda, denominada de tendita. Evitando brigas entre os mineiros, garantindo ao mineiro a produção mínima, assim a esperança de um dia acabar com a sua dívida do anticipo. Estas tenditas eram delimitadas por um capataz. Outro direito adquirido nos ervais, era o transporte do raído, de uma distância máxima de três mil passos, em torno de dois km, onde então era pesado. Sendo obrigação da Companhia fazer o transporte do raído para o barbaquá (Guillen, 1991, p. 229-230).

Outro hábito importante para o ervateiro era manter sua identidade cultural, como o hábito de tomar tereré, levando a momentos de descontração entre

os trabalhadores paraguaios, que fogem ao domínio do capataz. Tendo esse hábito como uma forma de resistência à dominação da companhia.

Guillen afirma que a companhia tinha como objetivo quebrar a resistência dos trabalhadores, impondo normas disciplinares, tais como a ordenação de bebidas seletivas, do porte de armas e de jogos. Essas normas, conhecidas nos ervais como "lei seca", visavam impedir que os trabalhadores se dedicassem tempo aos seus hábitos culturais, direcionando, assim, seu tempo aos ervais. Essa regulamentação, no entanto, não foi rigorosamente respeitada, resultando em diversas formas de castigos e incentivando o contrabando de bebidas alcoólicas nos ervais.

No contexto dos ervais observa-se uma luta contínua pela preservação de práticas culturais, com rodas de contação de histórias, que representam formas de compreender o mundo e a vida. No entanto, esses costumes enfrentavam constantemente estratégias disciplinares destinadas a impor aos trabalhadores novos padrões culturais, desafiando suas tradições.

A transmissão oral dos conhecimentos originários no contexto paraguaio-Guarani dos ervais continuou a consolidar-se por meio de contos nas rodas de tereré, os quais desempenharam um papel essencial na preservação e manutenção de suas tradições.

2.6 A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INDÍGENA NOS ERVAIS DA CML

Bartomeu Melià dedicou atenção sobre as formas de trabalho entre os Guarani, que após a vinda dos jesuítas para as américas, tinham como objetivo à catequização dessas populações originárias. Houve também a inserção dos jesuítas nas práticas culturais dos nativos, adquirindo costumes de culturas locais, por exemplo, a utilização da erva-mate no seu dia a dia, mesmo que no início, o mate tenha sido considerado um hábito ruim, pelos jesuítas, aos poucos foi se difundindo e sendo explorado pelos religiosos, com o objetivo de exportá-la para a Europa.

A Companhia Mate Larangeira atuava inicialmente no Paraguai no pós-guerra da Tríplice Aliança e passando para o território brasileiro no estado do Mato Grosso avançando para o oeste do Paraná no início do século XX.

Como já visto no subcapítulo anterior, os Guarani eram aliciados por trabalhadores da Companhia, que em sua maioria eram paraguaios, que com o

conhecimento da língua nativa Guarani, se aproveitavam para adquirir trabalhadores indígenas para os ervais, em troca de ferramentas, vestimentas e instrumentos variados.

Como estava em serviço pela Companhia, ele adquire produtos dos armazéns dela, o que o levaria a mais endividamento.

No Relatório de Barbosa (1927) se via que [...] “o índio nesse armazém assume um compromisso do qual jamais se libertará a não ser pela fuga” (p. CXXX e CXXXII). Portanto, além de confirmar que o pagamento era feito em mercadorias, atesta que a fuga era a forma do trabalhador da Cia Matte Larangeira se livrar da escravidão do barracão (Brand, 1997, p. 68).

A forma de pagamento dos trabalhadores indígenas nos ervais foi objeto de análise publicadas em diferentes obras, revelando um sistema que os mantinha em condições de extrema vulnerabilidade. Alguns relatos indicam que a remuneração era realizada em dinheiro, peso forte paraguaio¹² ou mercadorias, tais como roupas, cobertores e alimentos. No entanto, havia poucos registros de trabalhadores que efetivamente obtinham saldo em dinheiro, evidenciando a precariedade desse sistema de pagamento.

A prática do “adiantamento” nos armazéns da Companhia Mate Larangeira representava um mecanismo de controle, pois mantinha os trabalhadores vinculados à empresa, impedindo sua saída dos ervais. Esse modelo de remuneração os tornava constantemente endividados, limitando às possibilidades de ascensão econômica e social dos trabalhadores.

O relatório de Barbosa (1927) reforça essa realidade ao afirmar que “o índio nesse armazém assume um compromisso do qual jamais se libertará a não ser pela fuga” (Barbosa, 1927 apud Brand, 1997, p. 68). Esse testemunho não apenas confirma que o pagamento era frequentemente realizado em mercadorias, mas também evidencia que a única forma de os trabalhadores indígenas se livrarem dessa dependência econômica era a fuga. Dessa maneira, o sistema implementado pela Companhia configurava-se como uma forma de exploração análoga à escravidão, em que os trabalhadores ficavam presos a uma lógica de endividamento perpétuo.

¹² O primeiro é a Lei do Regime Monetário, de 14 de julho de 1885. Ela estabelecia a convivência de duas unidades monetárias: o peso orosellado e o peso forte de curso legal (a moeda-papel efetivamente em circulação). O peso ouro selado foi estabelecido pelo governo da Argentina mediante a Lei nº 1.130 de 5 de novembro de 1881 para servir de lastro à moeda-papel para circular naquele país. Pela lei de 1885, o Paraguai se exime de cunhar moedas de ouro e adota o padrão argentino de lastro (Silva, 2020, 347).

No que se refere ao número de trabalhadores empregados pela Companhia Mate Larangeira, Serejo (1986, p. 94 apud Centeno 2000, p. 112) aponta que, em sua fase inicial, a empresa contava com aproximadamente 4.000 trabalhadores. Após uma pesquisa de longa duração, o autor constatou que, em 1934, a Companhia empregava cerca de 18.000 trabalhadores diretamente, além de manter aproximadamente 10.000 dependentes por razões comerciais.

Dados comparativos demonstram a magnitude da força de trabalho empregada pela empresa em relação a outras atividades industriais no Brasil. O censo das maiores empresas manufatureiras do país, realizado em 1907, indicava que essas empresas contavam, em média, com 3.000 trabalhadores. No entanto, um relatório de autoridades fiscais de 1897 já apontava que a Companhia Mate Larangeira empregava cerca de 2.693 trabalhadores em suas atividades (Correa, 1997, p. 308).

Além disso, Otávio Gonçalves Gomes (1986, p. 402) registra que, em determinados períodos, o número de trabalhadores envolvidos diretamente na elaboração da erva-mate chegava a 3.000 obreiros. Esses dados reforçam a concepção que a Companhia Mate Larangeira foi forte no setor ervateiro na região, assim como a centralidade da exploração de trabalho indígena e paraguaio para a sustentação de suas atividades econômicas.

Diversos depoimentos foram coletados no trabalho de campo, realizado pelo grupo técnico, no mês de julho de 2014, com visitas as treze comunidades compostas pelo TI Tekoha Guasu Guavirá. Foram coletados diversos dados, entre eles, as entrevistas com o intuito de levantar informações capazes de caracterizar a tradicionalidade da ocupação indígena, de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação brasileira. O intuito era atender as necessidades do processo administrativo para a realização das demarcações daquele território (Funai, 2018, p. 18).

Podemos perceber neste depoimento de Nabor Martins presente no Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (2018), que a troca por alimentos era prática utilizada por diversas obrages, como a obrage Alica e a própria Mate Larangeira:

Nasci em 1938. Trabalhei na companhia do barco que transportava erva, que importava pra fora do Brasil. O barco funcionava com lenha, e eu cortava lenha pro barco. A embarcação era conhecida como Capitão Heitor. Os meus pais trabalhavam pra essa empresa, pro barco funcionar, e trabalhavam em troca da comida. A Companhia Mate Larangeira entrou um pouco depois, e lá eu trabalhei por 5 anos. Trabalhava em troca principalmente de comida,

mas de ferramenta também. A erva tinha que ser podada, cortada, sapecada, depois entregava e o patrão pesava e pagava em canjica, milho. A erva era entregue para ser pesada no porto Marangatu, do lado de cá do rio. Naquela época os brancos davam serviço pra dois ou três meses na erva, e a gente recebia comida em troca. Quando fazia acerto, o patrão pagava, mas ele – o Alica – mandava o jagunço esperar na estrada pra matar os índios e pegar o dinheiro de volta. Meus tios trabalhavam na Companhia Mate Larangeira e foram mortos por trabalhar na erva-mate. Eu também fazia outros serviços, como roçar o mato pra lavoura. O mato era roçado com facão e as árvores eram cortadas com machado. (...) O patrão dava nome pra cada um que trabalhava pra ele, porque nosso nome de batismo era difícil dele falar, e ele não queria perder tempo decorando o nome de cada um. Quando a gente não lembrava o nome que o patrão dava, era surrado por ter esquecido. Antigamente não tinha "Jeferson", "João", não tinha essa necessidade. Até hoje, entre a gente, nos chamamos pelo nome de batismo (Martins, 2014, apud Funai, 2018, p. 51).

Além das trocas por objetos e comida, ocorreram diversos tipos de agressões, abusos e mortes de trabalhadores: “a extrema violência sofrida pelos Avá-Guarani no sistema de obrages obrigou diversas famílias a abandonarem a região” (Funai, 2018, p. 51). As diversas tentativas de fuga dos ervais, mesmo com um profundo conhecimento das matas, se recapturado pelos “comitiveiros”, nessas circunstâncias, ou era morto ou exemplarmente punido. Não havia perdão para o peão que ousasse fugir, nem mesmo para as mulheres ou para o pequeno “guaíno”:

Nas cabeceiras do Pirajuy, certa feita, os comitiveiros alcançaram três fugitivos – marido, mulher e um menino de 10 anos – estavam exangues pela peripécia caminhada por dentro de uma mata escura e espinhenta. Nesse mesmo lugar, com hedionda frieza, mataram os três miseráveis cristãos, sepultando-os quase à flor da terra (Serejo, 1986, p. 46 apud Centeno, 2000, p. 93).

Além dos castigos, havia muitas mortes nos ervais, como apresentado no relato trazido por Barret (1910):

En Punta Porá, cuando una comisaría da por fugado a un trabajador, “fugado”, significa “degollado”. Hace dos meses, el patrón, D.C, habilitado de la Matte Larangeira, el cual, había comprado la querida de un peón por 600 pesos, tuvo el disgusto de saber la ruid de la hembra, con su antiguo amante y un hermano de este D.C. os persigo con gente armada a winchester, uno de los piones murió enseguida, el otro fue rematado en cuchillo (Barret, 1978, p. 134).

Segundo Barret (1978) estes crimes ficavam impunes, nenhum juiz se encarregava deles e se isso ocorria, o mesmo juiz era comprado e nada acontecia.

No depoimento de Claudio Barros Vargas a Funai (2018), ele conta sua história de vida durante a existência da Companhia na cidade de Guaíra, nem mesmo havia dias de folga, e os trabalhadores trabalhavam de domingo a domingo:

Eu nasci aqui em Guaíra, antigamente era Salto Guaíra. Eu sou nascido aqui, meu pai é daqui e minha mãe é daqui também. [...] Eu me criei aqui e trabalhei para a Companhia Mate [Larangeira]. Naquele tempo tinha serviço demais na Companhia Mate, pra puxar erva do Mato Grosso para a Argentina. Daqui eu

levava erva para Porto Mendes, em 1926 eu já ia puxar erva de trem. [...] Tinha serviço, trabalhar na água, puxar erva, puxar tronco desse tamanho, cinco, seis chapão cheio da erva, né. Muito serviço, carregar até aqui e daqui puxava trem para o navio grande. Era erva pra argentino, né? Aqui só trabalhava índio. Índio e argentino, brasileiros não tinham muitos. Aqui todo mundo falava castelhano. Eu falo castelhano, agora que parei um pouco, porque não tem ninguém que fala. Tem só um ou outro. Minha mãe é daqui e meu pai é daqui, de Guaira, Salto Guaira. E eu me criei aqui. E eu tenho dois irmãos. Modesto Vargas, esse é meu irmão. Está em Ponta Porã, é soldado, mas eu não quis. Tinha outro, mas o outro morreu já. [...] Eu trabalhava e tirava férias da Cia. Mate. Eles davam férias de 15 dias, 8 dias. Pegava dinheiro pra ir pro Iguaçu, visitar parente, passear um pouco. Não tinha um feriado, não tinha um domingo, quando chegava aqui, mas dava pra valer um dinheiro. Setembro era um conto, outubro mais um conto, na Cia. Mate era sempre um conto, um conto, por mês, às vezes ganhava 200 conto. É dinheiro, né? Ganhava um saco e qualquer coisa da companhia. Na Cia. Mate muito tempo a gente trabalhou. Aí acabou a madeira e a erva puxada do Mato Grosso também acabou. Ele entregou pra Bacia do Prata. O pessoal que tinha aquele maquinário todo, entregou pra Bacia do Prata. A Cia. Mate daí ficou Bacia do Prata, pegou todo o pessoal da Cia. Mate e mudou um pouco mais pra lá, pra linha do trem. E estava indo, até que um ano, não sei mesmo qual, acabou a Cia. Mate e ficou só trabalhando com madeira (Barros, 2014 Funai, 2018, p. 128-129).

A partir do depoimento de Cláudio Barros, que descreveu sua trajetória na Companhia até o momento em que ela foi incorporada ao Serviço de Navegação do Prata, na época do governo de Vargas. A empresa mantinha um grande contingente de trabalhadores, que exerciam suas funções de domingo a domingo, recebendo apenas um conto de réis por mês, além de um saco de suprimentos, que provavelmente continha alimentos como feijão, arroz ou milho.

Nesse relato, Cláudio Barros menciona a concessão de férias, algo raro nos registros disponíveis. Segundo ele, os trabalhadores recebiam entre 8 e 15 dias de descanso, como destaque em sua fala: "Eles davam férias de 15 dias, 8 dias", permitindo que visitassem seus parentes. Esse é o único testemunho encontrado que aborda a questão das férias, o que levanta questionamentos sobre se esse benefício era oferecido a todos os trabalhadores ou somente para alguns.

As férias e outros direitos adquiridos pelos trabalhadores da companhia, foram conquistados com duras penas durante o domínio da Mate, segundo Guillen. Mesmo conquistando alguns direitos ainda estavam condicionados aos regimes da companhia, onde a ordem operava diariamente.

A peonada dominadora da selva, está sujeita a um regime disciplinar do qual em nenhum caso escapam e os capatazes são severos guardadores de horário e do regime estabelecido. A lei ali é parelha e a justiça uma verdade. O que mais trabalha é o que mais ganha, o que demonstra melhor conduta é o que deposita melhor confiança. O que se sobressai em inteligência e sobressai de mando, acende o peão de mérito, capataz encarregado, no entanto, inteligência somente não basta, é indispensável que possua energia,

firmeza, valentia, em uma palavra, condições de mando, pois são os únicos tributos que estes homens indomáveis, avessos ao perigo, de forte contextura física e moral, apreciam e respeitam (Arruda, apud Rodrigues, 1928, p. 97-98).

Rodrigues (1928) relata que a utilização de capatazes nos ervais com intuito de demonstrar ordem, culminou com a diminuição da criminalidade na cidade de Guaíra, pois a cidade vivia as ordens da Companhia, existindo um código de postura e um serviço de policiamento, nos revelando uma intenção de controle fora dos ervais, estabelecendo normas de conduta, organização espacial em todos os momentos da vida dos trabalhadores.

A Companhia buscava descaracterizar os trabalhadores de seus hábitos e tradições, assim tentando criar um trabalhador pacífico. A Companhia criou em suas concessões duras leis e diversas formas de impor os trabalhadores dos ervais, uma nova identidade, ou seja, buscou formas de deslegitimar a cultura, as tradições e a própria linguagem dos trabalhadores, como os trabalhadores indígenas eram falantes de guarani, o intuito era civilizar estes trabalhadores, impondo o uso do português como primeira língua e o cristianismo como religião.

Ficaria instituída a língua portuguesa em toda a fronteira ervateira. A estratégia era que as crianças fossem alfabetizadas na escola com o uso da língua portuguesa, para quando adultos terem hábitos diferentes de seus pais que falavam o guarani. Essa medida desqualificava a língua guarani e, conseqüentemente, as pessoas que falavam o idioma. É importante lembrar que em toda a fronteira, e nos domínios da Matte, praticamente só se falava guarani, o que não condizia com a sua obra dita de “nacionalização” (Ferreira, 2007, p. 62).

Com o discurso de construção da nação brasileira, onde a língua portuguesa era obrigatória nos ervais, a empresa construiu uma escola na fazenda Campanário, assim colocando em prática seu projeto de aculturação e dominação sobre o outro.

Desse modo, a Companhia Mate Larangeira contribuiu não só para a exploração econômica da região, mas também para a pressão cultural e linguística sobre os povos indígenas e trabalhadores dos ervais, tentando inseri-los em um modelo que favorecia os interesses econômicos e políticos do Brasil. A imposição do português, nesse contexto, representava uma tentativa de enfraquecer as culturas locais e reforçar a presença brasileira, tanto econômica quanto culturalmente, na região fronteira.

3. A RECONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO E OS PROCESSOS ATUAIS DE LUTA GUARANI

3.1 PRÁTICAS CULTURAIS E ESPIRITUAIS DOS GUARANI NOS ERVAIS DA MATE LARANGEIRA.

Neste subcapítulo, analisaremos a maneira pela qual os Guarani buscavam preservar sua cultura, costumes e rituais no contexto dos ervais da Mate Larangeira, bem como as estratégias adotadas para alcançar esse objetivo, mesmo sob o regime autoritário imposto pela Companhia.

A cultura é um conceito abrangente que abarca o conjunto de tradições, conhecimentos, crenças, arte, moral, leis e costumes compartilhados por um grupo social, distinguindo-o de outros. Inclui elementos materiais, como artefatos e construções, e imateriais, como valores, símbolos e práticas sociais. Transmitida de geração em geração, a cultura molda a identidade e a coesão de uma sociedade. Santos (2006) identifica duas vertentes no significado de cultura: a primeira abrange todos os aspectos de uma realidade social; a segunda refere-se especificamente ao conhecimento, costumes, crenças e ideias de um povo.

No contexto dos povos Guarani, sua cultura é caracterizada por uma profunda conexão com a natureza, espiritualidade e sabedoria ancestral. Esses rituais, incluindo danças e cantos sagrados, são fundamentais para manter o equilíbrio entre os Guarani e as forças naturais. A organização social dos Guarani valoriza a vida comunitária e a coletividade, refletindo-se em suas práticas cotidianas e na relação integrada com o meio ambiente. Essa integração com a natureza e a espiritualidade evidencia a riqueza e a complexidade da cultura Guarani, que se mantém viva através da transmissão de saberes e tradições entre gerações.

Nos ervais mato-grossenses da Companhia ervateira, mesmo sob condições totalmente impróprias, os trabalhadores Guarani buscavam manter sua cultura viva através dos tempos. Guillen (1997) destaca que tanto os trabalhadores Guaranis (brasileiros e paraguaios) quanto os trabalhadores livres (argentinos, brasileiros e paraguaios) dos ervais do Mato Grosso do Sul e do Paraná no início do século XX, adotavam a prática das rodas de tereré. Essas reuniões constituíam um ritual marcante, caracterizado pelo seu caráter congregacional entre os ervateiros. Além disso, funcionavam como um mecanismo de controle sobre o tempo de trabalho.

O momento do tereré era considerado sagrado nos ervais, proporcionando uma pausa coletiva em que todos se reuniam para compartilhar a bebida. Essa prática fomentava um ambiente de descontração, permitindo a fluência de conversas e risadas. Guillen observa que, durante essas rodas, as tensões eram aliviadas, e os participantes compartilhavam e comentavam experiências de vida e de trabalho. Essa prática não apenas reforçava os laços sociais entre os trabalhadores, mas também servia como uma forma de resistência cultural e manutenção de identidade, especialmente em um contexto de trabalho árduo e exploração dentro dos ervais.

Outras formas de manter as tradições frente à Companhia ervateira, era através da transmissão oral. Guillen nos diz que a cultura paraguaia-guaraníca do mundo dos ervais se alimentava de causos contados nas rodas de tereré, sendo uma forma de resistência e de manter viva a sua cultura, formando uma rede de solidariedade que dava suporte às tradições.

Do alto das erveiras, tornados anónimos pelo intrincado do erval, ou protegidos pela escuridão da noite, os trabalhadores desabafavam sua impotência gritando palavrões, insultando as mães e as filhas dos patrões, fazendo ameaças que talvez fossem cumpridas, soltando piadas, e gozando de defeitos ou espargindo pelos ervais segredos muito bem ocultos. Instaurando desta forma o mesmo medo que o patrão lhes infligia (Guillen, 1997, p. 239).

Estes atos eram formas de resistir ao sistema exploratório que viviam e uma forma de se rebelar contra os métodos intimidadores dos dirigentes dos ervais.

3.2 RESISTÊNCIA E ESTRATÉGIAS GUARANI NOS ERVAIS DA MATE LARANGEIRA

Nos ervais da Companhia ervateira, os trabalhadores indígenas Guarani se mesclavam com outros trabalhadores nos *ranchitos* ervateiros, muitos dos trabalhadores eram uma mescla, mestiços, da etnia Guarani com paraguaios.

A Companhia encontrava-se instalada em território pertencente ao povo Guarani Kaiowá. Os arrendamentos concedidos pelo governo republicano abrangiam áreas indígenas, e havia o interesse explícito da Companhia em empregar os indígenas como força de trabalho nos ervais, uma vez que a presença dessas populações no local viabilizava a extração do mate. Tal dinâmica impactava diretamente a cultura Guarani, pois esse povo mantém uma profunda relação

espiritual com seu território, sendo este elemento essencial para a sustentação de seu modo de vida.

Esses deslocamentos resultavam na separação de diversas famílias. Em alguns casos, núcleos familiares acompanhavam o chefe da família que trabalhava nos ervais; em outros, porém, isso não ocorria, ocasionando longos períodos sem comunicação. Após a conclusão da colheita do mate em determinada região, os trabalhadores seguiam para outros ervais, o que frequentemente implicava em meses de afastamento de seus familiares.

Estes deslocamentos afetavam a vida destas populações onde todo o seu cotidiano tende-se a modificar pelo deslocamento, pois todas estas mudanças interferem na sua organização social, na sua cultura, além da disseminação de doenças que eram comuns nos ranchos ervateiros.

Silva (2019) destaca as vivências do senhor Teodorico Leite dos Santos, que faleceu em 2021, com 97 anos de idade, por decorrência da Covid 19, ele trabalhou em Guaíra, com a secagem da erva e depois como cozinheiro nas embarcações que transportavam erva-mate, foi neste período que pegou malária ficando meses internado.

Os fiscais da Companhia inspecionavam os ervais, e muitos ficavam em regiões insalubres, com alto índice de doenças, como a malária ou a chaga de Bauru. Os ervais também não eram de fácil acesso e grande número deles só era atingível através de picadas abertas na mata (Guillen, 2007, p. 631).

Casos de malária ocorriam nos ervais, devido a concentração de erva-mate em regiões de mata fechada, as doenças adquiridas nos ervais eram decorrentes das más condições de vida dentro dos ranchos.

Tendo cada um em si, os característicos da vida miserável que passavam sem o mais rudimentar cuidado de higiene; uns bestializados pelos maus tratos, sorriam alvarmente, olhar parado, em ponto fixo imaginário. A grande maioria com os artelhos deformados pelos bichos de pé, sonolentas faces entumecidas pela anchilostomiose ou pelo mal de Chagas, movia-se lentamente; mulheres cabisbaixas, quase inconscientes sofrendo idênticos males, deixando aparecer pelos rasgões das saias, pernas esqueléticas, sentavam-se aos grupos pelo povoado, tendo ao redor crianças cor de âmbar, ventres crescidos, sonolentas e tristes (Guillen, 1991, p. 204-205).

As más condições nos ranchos acarretavam em baixa autoestima entre os trabalhadores, tristeza, uma vida degradante para o ser humano, sem nenhuma assistência do governo republicano da época, deixados em prol da fiscalização das empresas ervais que detinham de uma fiscalização própria, geralmente liderada por capatazes ou fiscais, como nos afirma Guillen, “com a

presença de capatazes em todas as etapas do processo produtivo, e de uma polícia própria para perseguir os fugitivos, com a morte para os fugitivos e a constante ameaça de castigos para os menores delitos” (Guillen, 2007, p. 636).

A vida dentro dos ranchos ervateiros não era fácil, além das doenças e represálias, existia a ideia de exterminar a cultura e tradições dos trabalhadores Guarani, uma forma de buscar escapar dos controles da Mate era as fugas, pois o trabalhador acreditava que já tinha conseguido pagar sua dívida contraída ao receber o anticipo, e a fuga era a melhor maneira de sair daquela vida.

Outra estratégia de resistência manifestava-se na preservação da comunicação em sua língua nativa, o Guarani. Mesmo em um ambiente de trabalho permeado pela imposição de práticas culturais externas, os indígenas mantiveram o uso de sua língua materna como instrumento de comunicação interna e de fortalecimento de sua identidade coletiva.

Em diversas regiões de ervais, os comandantes dos ranchos proibiam os indígenas de se comunicarem através de sua língua nativa, em muitos casos mudaram o nome de origem do indígena e colocaram um nome oriundo da língua portuguesa.

A Funai, através do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (2018), aborda o depoimento do indígena Nabor Martins do Tekoha Marangatu, no qual relata que seus familiares trabalharam para a Cia e aponta como a cultura externa era imposta, e a própria identidade dos indivíduos que trabalhavam nos ervais os não-indígenas tentavam retirar.

Este processo de apagamento da identidade ocorreu em diversos lugares no Brasil, se for fazer um panorama sobre o contexto nacional, o Brasil na década de 1930, durante o governo de Vargas que tinha como ideal de país civilizado e nacionalista, a busca pela identidade nacional, o sentido de ser brasileiro, partindo da ideia de que a língua portuguesa fosse falada por todos os brasileiros, isso incluía os povos indígenas, pois existia uma política na época de integração das populações indígenas à identidade nacional, até mesmo com a criação do SPI foi uma tentativa de integrá-los a dita sociedade nacional, transformando-os em trabalhadores rurais.

A superação da situação de atraso e de abandono do trabalhador do campo, localizado além das fronteiras econômicas, e das características autônomas e localistas possibilitadas pelas grandes propriedades rurais improdutivas ou subaproveitadas economicamente. A padronização, não apenas das características culturais, como a língua e os costumes, mas, também, das relações sociais de produção (Costa, 2015, p. 06).

O objetivo era integrá-los à sociedade nacional, convertendo-os em "trabalhadores rurais". Para isso, a língua portuguesa foi imposta como símbolo de identidade, relegando as línguas indígenas e até mesmo os dialetos regionais a uma posição marginal.

A empresa alinhou-se a esse projeto nacionalista, tornando o uso do português obrigatório nos ervais. Dessa forma, buscava-se o apagamento da identidade guarani por meio da proibição do uso da língua guarani e da implementação de políticas de imposição da língua nacional.

A Construção de escolas onde o português era ensinado a crianças indígenas, era uma das pautas da companhia, que tinha como conceito, que quando adulto ele falaria o português não o Guarani que seus pais falavam, esta era a maneira de torná-los mais "civilizados". Em Ponta Porã a Companhia ervateira custeou a criação de uma escola, chamada Grupo Escolar Mendes Gonçalves.

Em 9 de fevereiro de 1927 por meio do Decreto n. 752, o presidente do Estado de Mato Grosso, Mário Correa da Costa, instituiu o Grupo Escolar na cidade de Ponta Porã batizando-o com o nome de "Mendes Gonçalves", em homenagem ao Comendador Francisco Mendes Gonçalves, Presidente da Empresa Mate Laranjeira, doadora do terreno e responsável da construção do edifício, conforme evidenciou a professora Regina Tereza Cestari de Oliveira, artigo publicado no ano de 2009 (Trevizan, 2010, p. 09).

A falta de manutenção dessa escola, tanto pelo estado quanto pela empresa privada, fica evidente nos relatos feitos pelo professor Franklin Cassiano da Silva, no relatório de 29 de agosto de 1931 que é citado por Costa (2010): "A situação geral do ensino naquela zona, é lastimável, pela falta quase que completa de material didático assim como pela desorientação em relação ao emprego de métodos" (Costa, 2010, p. 13).

A manutenção da língua Guarani nos ervais, se fazia constante quando os capatazes não estavam presentes, era uma forma de fazer com que a sua cultura, a sua identidade fosse mantida viva. Segundo Peter Burke (1995, p. 94), "uma das manifestações mais importantes da identidade coletiva é a língua". Uma estratégia utilizada pelos indígenas Guarani e Kaiowá em alguns ervais, era de se passar por paraguaio, sendo uma forma de lidar com os preconceitos.

Mesmo inseridos num contexto de forte dominação e preconceito, verificado no espaço de exploração ervateira, os Kaiowá e Guarani mantiveram seu protagonismo e desenvolveram estratégias próprias, a partir de seus conhecimentos e interesses. Essa inserção, a partir de suas estratégias específicas, permitiu aos Kaiowá e Guarani seguirem imprimindo suas marcas no próprio espaço organizado pelo ocupante não-indígena, no caso,

a Companhia Matte Larangeira. A proximidade linguística e cultural com os trabalhadores paraguaios foi, certamente, um fator relevante que facilitou essa invisibilidade. A pesquisa realizada permite concluir que os Kaiowá e o Guarani utilizaram, amplamente, esse fator, identificando-se, em muitos casos, como paraguaios, incorporando, inclusive, formas de vestir, expressões linguísticas e aspectos comportamentais. É, no entanto, importante lembrar que esse esforço de invisibilidade dos índios, apresentando-se como paraguaios, não diluiu as fronteiras étnicas entre eles e os paraguaios, mas facilitou, certamente, a intensa interação entre os dois segmentos, embora os Kaiowá e Guarani ocupassem o lugar de menor prestígio, essa relação facilitava a satisfação de algumas demandas próprias dos índios naquele momento (Ferreira; Brand, 2009, p. 124).

A estratégia de se misturar em meio aos trabalhadores paraguaios foi uma forma de fugir dos preconceitos e facilitava conseguir suprir algumas demandas deles, porém ocorreu uma grande invisibilidade dos povos Guarani nos ervais. No relatório de identificação da Terra Indígena Guyraroká, Pereira (2002) destaca que os Kaiowá, da comunidade de Guyraroká, localizada no município de Caarapó, desempenharam um papel ativo no processo de construção da "invisibilidade" étnica de sua comunidade. Segundo o autor, essa postura decorreu do fato de que, naquele contexto, não ser reconhecido como indígena representava uma forma de minimizar o preconceito enfrentado pelos Guarani Kaiowá.

O convívio íntimo dos Kaiowá com os paraguaios, ambos falantes da língua guarani, contribuiu para a construção da invisibilidade da presença indígena nos acampamentos da Cia, que incorporava uma parcela significativa dos índios que viviam fora das reservas. Em muitos casos os índios que trabalhavam na erva eram confundidos com paraguaios e essa fusão de certa forma interessava aos Kaiowá pois, mesmo os paraguaios sendo um grupo discriminado, a discriminação sobre o índio era ainda maior (Pereira, 2002, p. 26).

Brand (1997) suspeita que a Cia tivesse interesse neste ocultamento “para assim poder considerar a região como desocupada e, portanto, passível de ser arrendada” (Brand, 1997, p.72).

As estratégias de resistência adotadas pelos trabalhadores da erva-mate foram significativas, constituindo-se em meios de enfrentamento ao rigoroso sistema laboral a que estavam submetidos. Práticas como a fuga, a preservação de sua língua materna e a inserção entre trabalhadores paraguaios emergiram como formas de manter vivas suas culturas e tradições, além de servirem como proteção contra as diversas manifestações de preconceito dirigidas às suas comunidades. Essas formas de resistência demonstram a resiliência dos trabalhadores da erva-mate em preservar suas identidades culturais e tradições, mesmo diante de sistemas

exploratórios.

3.3 O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NOS ERVAIS DA COMPANHIA ERVATEIRA

O Estado estava ciente do recrutamento de trabalhadores nos ervais, como já vimos no capítulo anterior. A partir de 1910, o próprio Serviço de Proteção aos Índios agenciava os indígenas, no Sul do Mato Grosso.

Muitas empresas utilizavam suas relações com políticos locais para garantir seus interesses, foi o que ocorreu no Sul do Mato Grosso onde a Companhia Mate Larangeira conseguiu diversas concessões graças a sua influência com políticos regionais. Como já vimos anteriormente, no capítulo um, Thomaz Larangeira era amigo do governador do estado mato-grossense, isso facilitava o ganho das concessões e em relação a mão de obra utilizada nos ervais, em sua maioria de trabalhadores paraguaios e indígenas Guarani, o estado deixava em prol da Cia a maneira como ela iria administrar os seus ervais, sem nenhuma fiscalização externa, a não ser da própria Cia, que detinha sua própria polícia.

Os pedidos de concessões de terras eram tidos como um problema para a diretoria da Mate Larangeira, pois estas precisavam constantemente ser renovadas pelo governo do Estado. A influência política dos diretores da Companhia Mate Larangeira foi importante para que ela obtivesse alguns privilégios como: terras gratuitas, isenção de impostos, cobrança de pedágios nas estradas em que só ela ou a quem era permitido utilizar poderia transitar, direito de desapropriação, etc. Esses favores obviamente tinham interesses por parte de membros do governo, tipo “uma mão lava a outra”. Os pedidos de privilégios eram encaminhados ao governo para que fossem analisados. Se fosse considerada, de alguma forma, justificável ou de interesse do Estado, esses privilégios eram ou não concedidos (Gregory, 2011, n.p).

Nos primeiros anos da república e com a expansão da colonização, surgiu a preocupação em relação aos conflitos existentes entre colonizadores e indígenas no país. Segundo Gagliardi, havia tendências políticas frente à questão indígena, uma primeira, representada por H. von Ihring e outros, que propunha seguir com a guerra de extermínio contra os indígenas que se opusessem ao avanço colonizador; uma segunda, representada pela Igreja e outros, propunha a incorporação dos indígenas à comunhão nacional através da catequese católica e, a terceira, representada pelos positivistas, propunha a criação de um órgão de proteção, apoiado em princípios leigos. Cabe destacar que as duas últimas concordavam quanto à necessidade da incorporação deles.

Em 1910 foi criado o SPI (Serviço de Proteção aos Índios), através do decreto nº 8.072, em que esse órgão ficou responsável pela tutela dos povos indígenas do Brasil.

Em 1910, foi criado, pelo Decreto nº 8.072, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN), órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Essa subordinação ao Ministério da Agricultura perdura até 1930 (fim da República Velha), quando este órgão passa para à esfera do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Brand; Almeida, 2014, p. 02).

Segundo Brand, os objetivos que orientaram a criação desse órgão da administração pública federal consistiam em integrar as populações indígenas à esfera de controle do Estado, por meio do instituto da tutela, com a promessa de lhes assegurar assistência e proteção. Simultaneamente, buscava-se viabilizar e consolidar a expansão capitalista em territórios caracterizados por conflitos entre indígenas e proprietários rurais. Com a ascensão do positivismo, observou-se a substituição da concepção de catequese, tradicionalmente conduzida por ordens religiosas em colaboração com o Estado, as quais reivindicavam o monopólio sobre a “catequese e civilização dos índios”, pela noção de proteção estatal laica, onde a responsabilidade pela proteção das populações indígenas passava a ser exercida diretamente pelo Estado laico. A ideia da passagem da categoria indígena para a de trabalhador rural, que o SPI pensava, se daria pela sua transformação como mão de obra o órgão acreditava que os povos indígenas eram populações transitórias, ao caso, populações nômades, portanto, “não como povos possuidores de territórios e de direitos, a política de demarcação de terras do SPI apoia-se na concepção de reservar espaços nos quais essa transitoriedade possa ser vivida, sob a proteção do Estado” (Brand, 2014, p. 04).

Em 1915, o SPI se instalou em Campo Grande com um administrador regional, a Inspetoria de Campo Grande (5º IR), com o intuito de demarcação oficial das reservas destinadas a essa população indígena, neste mesmo período a Mate Larangeira possuía quase todo o arrendamento do território tradicional Guarani.

O SPI, ao iniciar o processo de demarcação de terras para os Kaiowá e Guarani na região, parece prender-se ao que dispõem a Lei 725, de 24 de setembro de 1915, através da qual, ao mesmo tempo em que se renova o arrendamento de ervais nativos à Cia. Matte, libera-se a venda a terceiros de até dois lotes de terras de três mil e seiscentos hectares cada um. São, inicialmente, reservadas para usufruto dos Kaiowá e Guarani um total de três áreas de terras: Reserva Indígena Benjamin Constant, município de Amambaí, através do Decreto de n. 404, de 10 de setembro de 1915, com 3.600 ha, a Reserva Indígena Francisco Horta, município de Dourados,

através do Decreto n. 401, de 3 de setembro de 1917, com 3.600 ha e Reserva Indígena José Bonifácio, município de Caarapó, através do Decreto n. 684, de 20 de novembro de 1924, com 3.750 ha. Quatro anos depois, em 1928, através do Decreto Estadual n. 835, de 14 de novembro, outros cinco lotes de terra são reservados para os “índios Kaiowá do extremo Sul do Mato Grosso”, no município de Ponta Porá, “para colônias de índios”, todas com uma área de 2.000 hectares, exceto uma localizada no patrimônio União (Amambaí), para compensar parte da área grilada da reserva indígena Benjamin Constant (Brand; Almeida, 2014, p. 04-05).

O processo de demarcação das reservas indígenas pelos funcionários do SPI não levava o critério de território tradicional guarani, onde realmente se localizavam as terras de ocupação tradicional, nos escritos de Brand (1997) os critérios para as demarcações eram onde os indígenas estavam concentrados, em certos casos estava relacionada às atividades ervateiras, devido ao trabalho dos indígenas nos ervais. Outro fator, era a disponibilidade da terra, ou seja, a inexistência de outros pretendentes para o espaço naquele momento ocupado pelos indígenas e à qualidade da terra, ou seja, a busca de terras mais aptas para a agricultura.

A atuação do SPI, através do processo de confinamento, contribuiu para a fragilização da organização social. A partir de então, os Guarani e Kaiowá passam a conviver com um novo tipo de chefia, totalmente diferente daquela tradicional que os orientava. Tendo em vista a administração das reservas, o SPI cria a figura dos capitães, escolhidos entre os índios mais próximos dos funcionários do órgão e, portanto, mais distantes da organização social indígena. Estes têm a função de intermediar as relações entre os funcionários do SPI e os índios residentes naquela reserva indígena (Ferreira, 2007, p. 84).

Além desta situação das demarcações das reservas, existia outro problema presente nestas reservas por parte do SPI, o agenciamento da mão de obra indígena. O órgão do governo, que a partir da implantação das reservas tinha a finalidade de proteger os indígenas, foi responsável, por vários anos, pela sua liberação para o trabalho na Companhia Mate Larangeira e fazendas vizinhas à reserva. Funcionários do órgão tinham uma relação próxima com a Companhia Mate Larangeira, em que cada parte colabora com o que tinha de melhor a oferecer: a Cia Mate, com recursos materiais, e o SPI, com a mão de obra indígena.

Ferreira (2007) explica como ocorria o processo de agenciamento de trabalhador indígena nas reservas, pois este era um propósito do SPI, transformar o indígena em trabalhador rural:

Contato de trabalho era feito através da intermediação dos encarregados do SPI, responsáveis em autorizar a saída desses índios para “changas”. É importante destacar que essa atividade vinha ao encontro aos objetivos formulados por esse órgão, de transformar o índio em um “trabalhador rural”, integrando-o, dessa forma, à sociedade nacional. Mas o que se percebe é que esse objetivo estava longe de ser alcançado, pelas dificuldades do órgão

tutelar em conseguir transformar as reservas tornando-as autônomas, economicamente, nas quais o índio passaria a produzir para sua sobrevivência (Ferreira, 2007, p. 84-85).

Porém, Ferreira (2007) afirma que o trabalho que os indígenas faziam nos ervais, após cumprido, o dinheiro recebido era passado para o encarregado do posto e esse ficava com todo o dinheiro e não o repassava para o trabalhador indígena, além de ficarem longos meses longe da reserva e de seus familiares.

Essa erva é o encarregado do posto [que explorava], quando recebe ordem de lá do chefe dele, lá em São Paulo ele, aí fazia, erva ali, dentro da aldeia, mas o encarregado paga pro índio tirar erva. Paga, mas a erva, diz que é dele, mas assim mesmo trabalha e ganha só aquela folha que trouxe [o índio] tá ganhando só pela folha de erva, o índio que tá ali né. O índio é burro né, era. E, também, trabalhava índio com encarregado, e agora aquele dinheiro que vem ele guarda tudo. Esse dinheiro de erva, bastante erva que, acho que ele vai comprar fazenda, o encarregado do posto, mas é, com o tempo que eu vi, eu fui lá em São Paulo muita pessoa falar proteção dos índios né, “você conhece proteção dos índios?” Aí digo: “eu conheço”. Você vai lá em Caarapó, aí já tem, tem aldeia proteção dos índios. Aí eu venho procurar, procurando a proteção dos índios, eu venho, fui lá no aldeia, aí, não tem proteção, não tem proteção, só passando miséria, tem que trabalhar e plantar algum pouquinho, assim era passava mal o índio ali na aldeia mas o encarregado passa bem. O encarregado, então o patrício falou pra, pra ele, pro encarregado: “aqui disse que é proteção dos índios”. Inclusive tem algum índio que fala né: “proteção dos índio, eu já venho procurar, mas aqui é mais miséria do que lá de, do que lá de fora que a gente trabalha. E agora aqui é proteção de vocês”. Aí ficou brabo, mas não pode fala (Aquino, 2003 apud Ferreira, 2007, p. 94-95).¹³

Neste depoimento, o senhor Aquino relata as condições precárias nas reservas, onde muitas pessoas enfrentavam a fome e a falta de assistência, enquanto o encarregado do posto desfrutava de boas condições de alimentação e conforto.

Nos escritos de Ferreira, não fica claro como os agenciadores eram remunerados, mas, a partir do relato de Aquino, é possível perceber que esses intermediários tinham, pelo menos, o básico para sobreviver. Em contraste, muitas famílias das comunidades indígenas, especialmente os Guarani e Kaiowá, sofriam com a fome e o descaso, evidenciando o tratamento desumano a que eram submetidos.

Ferreira (2007) evidencia que os funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) tinham conhecimento das irregularidades que ocorriam nos postos indígenas, incluindo práticas de corrupção por parte dos responsáveis.

¹³ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB - K7 2092, p. 11-14.

No entanto, esses agentes, em vez de protegerem os direitos indígenas, reproduziam o mesmo processo produzido pelas empresas privadas. Os povos indígenas eram vistos, sobretudo, como uma fonte de trabalho de baixo custo, sendo sistematicamente explorados sob a justificativa de integração ao trabalho rural. Embora houvesse, em algumas ocasiões, manifestações pontuais de preocupação com as condições precárias a que esses indivíduos estavam submetidos, tais preocupações não resultavam em medidas concretas para alterar essa realidade.

A prática de agenciamento estava alinhada com sua proposta de assimilação forçada, cujo objetivo era transformar os Guarani em trabalhadores rurais dentro da lógica produtiva capitalista. Essa política evidenciava a ausência de uma perspectiva de autodeterminação dos povos indígenas, impondo-lhes um modelo econômico exógeno que ignorava seus modos de vida tradicionais e suas relações ancestrais com a terra.

Um dos exemplos mais emblemáticos dessa exploração era a prática recorrente de negociação da força de trabalho indígena diretamente nos postos, onde empresas e pequenos produtores se dirigiam aos responsáveis pelo SPI para contratar indígenas, sobretudo para atividades ligadas à colheita da erva-mate. Ferreira (2007) aponta que a Companhia Mate Larangeira foi uma das empresas que frequentemente se beneficiou desse sistema, recrutando trabalhadores indígenas para suas atividades produtivas.

A política de incorporação dos indígenas ao trabalho rural estava inserida em um projeto mais amplo de apagamento cultural e territorial, no qual a inserção no mercado de trabalho era utilizada como ferramenta para dissolver identidades indígenas e minimizar reivindicações territoriais. Esse processo de exploração se deu em benefício direto de empresas como a Companhia Mate Larangeira.

Ao encarregado competiam outras demandas internas importantes do posto que também eram de sua responsabilidade, como a orientação na plantação de roças, atender às questões relacionadas com a saúde, escola, entre outros. Essas obrigações eram deixadas em segundo plano por conta da burocracia com os contratos e prestações de contas, que lhe tomavam muito tempo.

Segundo o Relatório de Barbosa (1927), na proposta das áreas a serem demarcadas, em 1928, estas têm a mesma extensão que as três já demarcadas até 1924. Porém, no Decreto Estadual nº 835, de 14 de novembro de 1928, essas

sofrem uma redução de 1.600 ha, permanecendo com 2.000 ha cada. O que nos leva a questão, qual foi o fato que ocorreu para que fosse reduzida a área de demarcação das reservas? Sendo que estas áreas eram terras devolutas e eles já tinham certeza de quantos habitantes indígenas existiam naquele local, Brand afirma que a ideia que o SPI tinha que os indígenas eram povos transitórios e não se fixando a ideia de território indígena, pois as comunidades indígenas do Sul do Mato Grosso estavam espalhadas em toda a região e isso o SPI via como um empecilho para as demarcações.

Os documentos do SPI dão conta, também, da posição dos índios frente à proposta de confiná-los nas reservas. O relatório do servidor Joaquim Fausto Prado, de 19 de julho de 1948, referindo-se aos índios na área da Cia. Matte Larangeira, dá conta que “os índios que ocupam essas terras negam-se a deixá-las e os invasores usam de todos os expedientes possíveis para expulsá-los ou para servirem-se deles como mão-de-obra em condições de servidão” (Brand; Almeida, 2014, p.06).

Brand (2014) descreve que a utilização da violência contra os indígenas foi grande, grupos de não-indígenas seguiam utilizando violência física para retirar os indígenas daquele território, pois atestavam que aquela terra era para uso agrícola.

O SPI tentou garantir os direitos dos povos indígenas frente aos interesses regionais, porém na maioria das vezes sem sucesso, exemplo disso, foi o que ocorreu no decorrer da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).

Essa questão aparece com mais clareza através das demandas dos agentes do SPI no decorrer da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, criada através do Decreto nº 5.941, de 28 de outubro de 1943 e que retira do domínio indígena uma área de 300 mil hectares de terras para o assentamento de agricultores. São infundáveis as tentativas do SPI para transferir os índios Kaiowá, cujas aldeias localizavam-se no âmbito da área reservada à CAND, para Dourados, ou então, garantir-lhes uma área para seu assentamento (Brand; Almeida, 2014, p. 07).

Tanto o SPI quanto à CAND pertencia ao Ministério da Agricultura, e não poderiam tomar nenhuma medida sem a autorização do Ministério da Agricultura, portanto, a área indígena seria diminuída para o assentamento de agricultores e esta medida não poderia ser descumprida, pois a criação do CAND era uma medida do governo federal.

A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) tinha como intuito liberar terras para os novos ocupantes, na tentativa de evitar conflitos e dar continuidade à ocupação da faixa de fronteira, a chamada “marcha para o oeste”,

a qual, “além da ‘ocupação de espaços vazios’ seu projeto é criar uma ordem social, ao caso, na pequena propriedade e no cooperativismo, transformando o Oeste conquistado em um suporte para as políticas urbanas” (Vietta, 2007, p. 97).

Na década de 1950, o território indígena no Mato Grosso já tinha diminuído bastante: “no final da década de 1950, do território original restavam, legalmente, aos Kaiowá e Guarani apenas um total de 18.297 ha, divididos em 8 reservas distintas” (Brand, 2014, p. 08).

O Estado brasileiro, ao criar o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), buscava a integração dos indígenas a sociedade nacional, ao modelo “civilizatório”, com as criações das reservas e a ideia de transformá-los em trabalhadores rurais, foi o objetivo do Estado, assim garantindo um ideal nacionalista do povo brasileiro. A intensificação de trabalho indígena nos ervais, foi um dos mecanismos da transformação do indígena em trabalhador rural e o SPI foi conivente em alguns aspectos neste processo, principalmente no Mato grosso do Sul, onde o processo de agenciamento ocorria, desempenhando um papel central na perpetuação de práticas violentas, reforçando estruturas de opressão e subordinação que comprometem a autonomia e a dignidade dos povos originários.

3.4 RESISTÊNCIA NO TEKOKHA GUASSU GUAVIRÁ PÓS MATE LARANGEIRA

A territorialidade dos Avá-Guarani na região entre Guaíra e Porto Mendes está associada às áreas de ocupação permanente desse povo especialmente nas aldeias localizadas nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, no estado do Paraná.

A Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, possui cerca de 24 mil hectares distribuídos entre os municípios de Guaíra e Terra Roxa, e uma pequena parte no município de Altônia, conforme o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação concluído pela Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) em 2018.

A presença de diversos locais de habitação Avá-Guarani ao longo do trecho da antiga ferrovia que ligava Guaíra a Porto Mendes evidencia a relação histórica dos Avá-Guarani da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá com a Companhia Mate Larangeira. Esse vínculo se estabeleceu por meio das atividades laborais desempenhadas por esse povo indígena, incluindo a colheita e o transporte da erva-mate, bem como a extração e o deslocamento de madeira. A permanência dos Avá-Guarani na região das antigas obras, situadas ao Sul do antigo Porto

Mendes, demonstra sua convivência direta com os processos de ocupação territorial promovidos pelo estado paranaense, especialmente entre as décadas de 1950 e 1960, quando colonos de origem alemã, italiana, gaúcha, catarinense e paulista foram incentivados a ocupar a região como parte de um projeto de colonização. Esse processo resultou no esbulho territorial indígena, impondo desafios significativos à manutenção de seus territórios e modos de vida tradicionais.

O vínculo indissolúvel dos Avá-Guarani com a região compreendida entre Guaíra e Porto Mendes é evidenciado também por sua luta histórica pela permanência naquele território.

Esse processo se intensifica a partir dos anos 1940 com a incorporação massiva do território indígena ao mercado de terras nacional no contexto da política de interiorização conhecida como “Marcha para o Oeste”, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), e pela política de titulação de terras do governo estadual de Moysés Lupion (1947-1951/1956-1961) (Yvypura, 2023, p. 06).

Em 2018, a Funai continuou e realizou o estudo e concluiu o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação e publicou o mesmo em 2018 existiam cerca de 13 comunidades indígenas que compõem a Terra Indígena Guasu Guavirá, elas são: Tekoha Porã (Guaíra/PR), Tekoha Karumbe'y (Guaíra), Tekoha Marangatu (Guaíra), Tekoha Mirim (Guaíra), Tekoha Tatury (Guaíra), Tekoha Araguaju (Terra Roxa), Tekoha Tajy Poty (Terra Roxa), Tekoha Pohã Renda (Terra Roxa), Tekoha Guarani (Guaíra), Tekoha Yvyraty Porã (Terra Roxa), Tekoha Jevy (Guaíra), Tekoha Y Hovy (Guaíra).

Quadro 3 - Localização das aldeias na TI Tekoha Guasu Guavirá.

TERRA INDÍGENA	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO/OBSERVAÇÕES
Tekoha Guarani	Localidade de Água do Bugre, próximo ao rio Água da Forquilha	Guaíra
Tekoha Mirim	Estrada da Faixinha. Próximo ao Corrégo Apepu	Guaíra
Tekoha Tatury	Proximo ao Rio Taturi	Guaíra
Tekoha Porã	Bairro Vila Alta	Guaíra
Tekoha Karumbey	Localidade conhecida como Aldeia Biaxa, próximo ao Córrego Carambeí.	Guaíra
Tekoha Marangatu	Próximo da Balsa (Porto Sete Quedas)	
Tekoha Y'y Hovy	Região do Bosque do Jacaré, próximo ao Rio Água do Bugre.	Guaíra
Tekoha Jevy	Área das ruínas da antiga Mate Laranjeira, em frente à Ilha Pacu.	Guaíra

Tekoha Yvyraty Porã	Próximo de afluentes do Arroio Joana.	Terra Roxa
Tekoha Araguaju	Próximo da colônia de pescadores, no sítio arqueológico Araguaju.	Terra Roxa
Tekoha Nhemboete	Sítio arqueológico de Cidade Real de Guairá.	Terra Roxa
Tekoha Poha Renda	Próximo ao trevo da BR-272, imediações do Córrego do Roncador.	Terra Roxa
Tekoha Tajy Poty	Imediações da BR-272, próximo ao Ribeirão Tapera.	Terra Roxa

Fonte: Funai, 2018, p. 119-120.

Nesta região algumas famílias prestavam serviço por várias décadas na logística da erva pela Cia. Mate e vivendo naquela região às margens da antiga ferrovia que ligava Guaíra a Porto Mendes.

Com as dificuldades impostas aos indígenas pelo avanço da mecanização agrícola, o alagamento da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a expansão urbana, a vida agrupada em aldeia ofereceu aos Avá-Guarani da região a possibilidade de resistência no território com reconhecimento pelo poder público, associada à manutenção de uma vida social coletiva. Nesse contexto as aldeias Tekoha Karumbe'y e Tekoha Porã passam a atrair diversas famílias indígenas que viviam dispersas pelos bairros urbanos ou zonas rurais de Guaíra e Terra Roxa, além daquelas que retornavam das Reservas Indígenas Porto Lindo (Japorã-MS) ou Marrecas (Guarapuava-PR) após longos períodos de exílio forçado, seja pela tentativa de confeccionar documentos ou devido à remoção para terras demarcadas de outros grupos indígenas.

A zona do município de Guaíra onde estão instaladas as aldeias Tekoha Porã e Tekoha Karumbe'y é historicamente habitada por grupos indígenas Avá-Guarani, sendo a localidade conhecida antigamente como “aldeia baixa”.

Segundo o estudo realizado pela Funai (2018) em 2012, diante das condições precárias no atendimento à população indígena, a Funai estabeleceu na região uma unidade descentralizada da Coordenação Técnica Local (CTL) no município de Guaíra. A implementação dessa estrutura teve como objetivo promover diversas ações voltadas à garantia dos direitos fundamentais de cidadania dos Avá-Guarani, assegurando-lhes maior acesso a políticas públicas e mecanismos de proteção social.

Área que marca a resistência e a permanência da ocupação indígena em face do esbulho histórico renitente, Tekoha Porã é um local de valor simbólico para os Avá-Guarani da TI Tekoha Guasu Guavirá.

Eu nasci aqui, antes da cidade, aqui em Guaíra mesmo. Eu nasci aqui e quando pequeninho eu, minha mãe faleceu lá em Paraguai. Ela morreu lá e eu fiquei sozinho aqui com o meu pai. Antigamente nós não come não o bicho criado, a gente fazia chicha¹⁴. Assim que eu fui criado. Meu pai me deixou ali na casa de uma paraguaia, porque antigamente eu não tinha a minha mãe pra me cuidar, nada. Aí ele me deixou ali pra cuidar e ele foi trabalhar na Cia. Mate, daqui de Guaíra até no Piquiri. Começou e acabou o serviço dele, daí ele procurou onde era pra conseguir serviço. [...] Então a gente foi por aí, quando meu pai trabalhava na Cia. Mate Larangeira. Ele nasceu pra cá, não sei qual que é o lugar. Mas o pai dele, o meu avô chama Antonio Luis. Foi quando acabou a Cia. Mate Larangeira que meu avô mudou daqui para outro lugar, porque dizem que no Mato Grosso tinha mais recurso. Aqui no Paraná tinha recurso também, mas aqui no Paraná ninguém sabia que tinha FUNAI também. Ninguém sabe nada. [...] Aí o finado meu pai me deixou com aquela 'paraguaizada' e eles cuidaram de mim. Eu era pequeninho. Aí meu pai ficou trabalhando pra lá e pra cá. Me deixou um ano e seis meses e eles cuidaram de mim. Isso era ali naquele riozinho, perto da Receita Federal, da [Polícia] Rodoviária, perto da ponte, onde tem um riozinho ali. Ele me deixou lá. Era tekoha, mas o guarani chama só tekoha, tekoha guarani. Era só tekoha sim. Nãnde-rekoha era todos eles onde tinha guarani. [...] O meu sogro [Cláudio Barros Vargas] conheceu bem o meu pai finado, eles trabalharam junto quando a Cia. Mate mandava a madeira pelo rio, que chamava 'angala' [jangada]. Assim que trabalhava o finado meu pai. Aí quando a angala acabou, trabalhava na chapa. A chapa era o barco grandão assim, que carrega boi, madeira, erva. Assim que meu pai criou trabalho. Carregava até o Porto Mendes. Ia daqui pra lá, não parava aqui não, só pra carregar e ia até o Porto Mendes (Eduardo Luiz, [20...], apud Funai, 2018 p. 141-142).

O depoimento feito por Eduardo Luiz, de Tekoha Porã, demonstra toda sua trajetória de vida, incluindo a de seu pai e de seu avô. A memória oral presente nesse depoimento evidencia não apenas a trajetória individual, mas também um contexto coletivo de deslocamentos e resistência. Um dos elementos mais marcantes do relato é a condição de vulnerabilidade enfrentada pelo indivíduo desde a infância. A perda precoce da mãe e a necessidade de ser cuidado por terceiros ilustram a fragilidade da estrutura social imposta aos indígenas no período, consequência de processos históricos de marginalização. A ausência de políticas públicas eficazes para garantir direitos básicos à população indígena é evidenciada pela própria afirmação de que, naquela época, "ninguém sabia que tinha Funai". Essa lacuna institucional revela que demorava muito para que as informações chegassem aos indígenas.

¹⁴ Bebida fermentada de milho utilizada pelos Avá-Guarani em seus rituais religiosos (Funai, 2018, p. 141).

A relação dos indígenas com a Companhia Mate Larangeira, o trabalho na colheita da erva-mate e no transporte de madeira, realizado pelo pai e pelo avô demonstra a inserção forçada dos Guarani em uma lógica econômica que não respeitava seus modos de vida tradicionais. A referência à *angala* (jangada) e à *chapa* (barco de transporte) ilustra a transformação da paisagem e da economia indígena sob o impacto das empresas extrativistas, que utilizaram os rios como vias comerciais para escoamento de recursos naturais. O *tekoha* representa um espaço vital de existência cultural e espiritual, porém, a continuidade desse espaço foi interrompida pelo avanço da exploração territorial, que forçou deslocamentos e impôs novas formas de trabalho aos indígenas.

O encerramento das atividades da Companhia Mate Larangeira não resultou em uma reparação histórica ou na devolução das terras aos povos originários, mas sim em novos processos de expulsão e marginalização. O deslocamento do avô do narrador para o Mato Grosso, em busca de "mais recursos", reflete o caráter cíclico dos acontecimentos: quando um território se torna inviável para a reprodução da vida, as famílias são forçadas a buscar alternativas, frequentemente em condições de vulnerabilidade. Toda esta vulnerabilidade ocorreu em várias famílias Guarani da região, a diversos relatos de deslocamentos territoriais de indígenas para outras regiões do Brasil, assim como houve com Eduardo Luiz, do Tekoha Porã ocorreu um processo semelhante com o cacique Martins.

Eu fui nascido em Guaíra mesmo, em 1959. Do meu tempo quando eu tinha 12 anos, na época era tudo mato ali assim, na época o índio morava em todo o canto, não tinha assim grupos, tem tempo que o índio mora aqui, depois de três, quatro meses não gosta mais aí muda pro outro canto, porque era tudo assim aldeia. Toda essa beirada do Rio Paraná, né? Depois que vem o fazendeiro, essa ali era a área da Mate Larangeira. Então o meu pai trabalhou também na Mate Larangeira. Meu pai é falecido quando eu era pequeno. A minha esposa é de Mato Grosso, de Sombrito [Sete Quedas/MS]. Aqui é onde que eu nasci, como é que eu vou embora da minha aldeia? Eu morava em Karumbe'y, mas no tempo que eu era solteiro eu trabalhava assim, em fazenda, colhendo erva, roçando mato. Eu vivi por ali na região de Guaíra mesmo, só que quando eu me casei eu vim pro Karumbe'y. Quando a gente saiu era tudo mato. O índio morava em todo canto, eram todas aldeias na beira do rio Paraná. Quando era mato eu sabia reconhecer onde era a nossa aldeia, mas agora que é cidade a gente não sabe reconhecer a terra dos parentes. Lá tinha um cemitério, meu avô tá enterrado lá, mas agora já tá tudo no meio da cidade (Martins, 2018 apud Funai, 2018, p. 154-155).

Este depoimento de Ismael Rodrigues Martins, do Tekoha Karumbe'y, demonstra como ocorreram as mudanças no cenário da cidade de Guaíra e as modificações territorial das comunidades indígenas, antes pela Companhia Mate

Larangeira e depois pelos fazendeiros, resultando em apagamento dos cemitérios indígenas, estes estavam localizados na área que atualmente é perímetro urbano.

Segundo o relatório publicado pela Funai, o Tekoha Tatury (Guaíra) se localiza na região do rio Taturi e o Tekoha Araguaju (Terra Roxa) na região da foz do rio Piquiri. Essas áreas permaneceram habitada pelos Avá-Guarani ao longo de todo o século XX, trabalharam na linha férrea para a Companhia Mate Larangeira, passando a partir de 1944 a oferecer mão de obra ao Serviço de Navegação Bacia do Prata (SNBP). Por um longo período, muitos indígenas trabalharam embarcados, mantendo assim a ocupação das margens do rio Taturi, onde havia uma densa ocupação populacional indígena, assim como alguns foram expulsos de suas áreas, devido ao impulsionamento da colonização do Paraná.

O avanço da colonização, impulsionado pela política fundiária do governo de Moysés Lupion (1947/50 – 1955/60) no Paraná, agravou ainda mais essa situação. A proposta de reforma agrária, supostamente voltada à distribuição de terras para pequenos agricultores, na prática, serviu como um mecanismo de apropriação massiva de territórios indígenas. O governo estadual passou a titular terras devolutas federais e estaduais, sem possuir competência jurídica para tal, favorecendo companhias colonizadoras e grandes proprietários rurais. Além disso, a comercialização de títulos duplicados e de áreas acima de 500 hectares – em clara violação dos limites legais, intensificou os conflitos fundiários na região, e com isso “eliminar’ da história as populações indígenas, os posseiros e empresas paraguaias e argentinas que exploravam as terras localizadas dentro da Faixa de Fronteira até o final da década de 1930” (Myskiw, 2002, p. 142).

A colonização realizada n’oeste do Paraná ocorreu tanto por meio do Estado do Paraná e pelas empresas colonizadoras, as quais adotaram a mesma estratégia, o parcelamento das glebas em lotes de 25 hectares. Em Guaíra, por exemplo, a colonização das terras ficou a cargo da Cia Matte Laranjeira, com mais de 9 mil ha; e em Terra Roxa, pela FPCI (Fundação Paranaense de Colonização e Imigração) no imóvel intitulado Serra do Maracaju com 96 mil ha (Filho, 2016, p. 70).

A colonização da região oeste do Paraná, conduzida tanto pelo Estado quanto por empresas colonizadoras, seguiu um modelo de apropriação territorial que negligenciou a presença histórica das populações indígenas e tradicionais que habitavam a área. A estratégia adotada consistiu no parcelamento das glebas em lotes de 25 hectares, uma medida que favorecia a especulação fundiária, aumentava a demanda por terras e atraía novos compradores,

consolidando, assim, um modelo de ocupação centrado na exploração agrícola. Contudo, tal processo desconsiderou a complexidade social e ambiental da região, gerando uma série de impactos negativos, especialmente para os povos indígenas.

Em Guaíra ficou sob responsabilidade da Companhia Mate Larangeira, que se apropriou de mais de 9 mil hectares de terras. Historicamente, essa empresa já havia desempenhado um papel central na exploração de trabalho indígena e na expropriação de seus territórios, especialmente para a produção e exportação de erva-mate. Sua atuação na colonização do Oeste paranaense reforça o caráter predatório do processo, em que o desenvolvimento econômico foi colocado acima dos direitos das populações originárias e da preservação ambiental.

Em Terra Roxa, a colonização foi conduzida pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) que assumiu o controle do imóvel denominado Serra do Maracaju, com uma extensão de 96 mil hectares. Esse processo evidenciou a intervenção direta do Estado na redistribuição de terras, promovendo um modelo de colonização que desconsiderava as reivindicações indígenas e priorizava a ocupação por imigrantes e agricultores não indígenas. Além disso, a concessão de vastas extensões de terra a determinadas empresas e fundações revela uma contradição inerente às políticas fundiárias do período: enquanto a narrativa oficial falava em incentivo à pequena propriedade, na prática, grandes áreas eram concentradas nas mãos de companhias privadas e de grupos específicos, resultando em desigualdade fundiária e exclusão de diversos setores da população.

Este processo afetou diretamente a vida das populações indígenas Guarani que habitam a região, os diversos Tekohas existentes em Guaíra e Terra Roxa foram afetados, por exemplo: O Tekohá Mirim em Guaíra é um dos locais onde viviam os trabalhadores indígenas que atuavam como funcionários da Mate, “Claudio Barros conta que tapýi apepu¹⁵ correspondia à área onde viviam índios que trabalhavam para a Cia Mate Larangeira durante a época de funcionamento da estrada de ferro, entre 1917 e 1955. Após o fim do funcionamento da ferrovia, os Avá-Guarani permaneceram vivendo nas imediações do córrego.

A aldeia Tekoha Guarani localizada na cidade de Guaíra está situada na área da Fazenda Cruz de Malta, pertencente à Cia. Mate Larangeira,

¹⁵ Tapýi apepu: correspondia à área onde viviam índios que trabalhavam para a Cia Mate Larangeira durante a época de funcionamento da estrada de ferro, entre 1917 e 1955 (Funai, 2018, p. 172).

historicamente ocupada por indígenas que prestavam serviços à empresa, o núcleo habitacional indígena está deslocado para a última faixa de mata existente nas imediações, no interior da Fazenda Cruz de Malta, remanescente do imóvel da Cia. Mate Larangeira, titulada em 1912.

O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá (2018) aborda o caso de Valmir e sua família, evidenciando a luta indígena por território: a necessidade de deslocamento forçado devido à ausência de condições dignas de vida, seguida por tentativas de reassentamento que, muitas vezes, não suprem as demandas socioculturais dessas populações.

O retorno à região de origem, ainda que em condições adversas, revela a centralidade do território na identidade e na organização social dos povos indígenas. Além disso, o episódio reforça a ineficácia das políticas indigenistas no Brasil, que falham em garantir acesso contínuo a direitos básicos como documentação, educação e segurança territorial. O deslocamento de indígenas para diferentes regiões em busca desses direitos demonstra a fragmentação do atendimento estatal e a ausência de uma política integrada que reconheça as especificidades socioculturais dos povos originários.

Portanto, a luta pela demarcação de terras indígenas não deve ser vista apenas como uma reivindicação territorial, mas como uma necessidade fundamental para a preservação da cultura, do modo de vida e dos direitos básicos dessas populações. A experiência da aldeia Tekoha Jevy exemplifica a resiliência e a resistência dos povos indígenas, que, apesar das adversidades, continuam reivindicando seus territórios tradicionais e reafirmando sua identidade coletiva. O caso da aldeia Tekoha Yvyraty Porã que está instalada em área florestada nas imediações das nascentes de dois afluentes dos rios Arroio Joana e Córrego Morena, numa localidade compreendida entre a Fazenda Cruz de Malta, da Cia. Mate Larangeira, e a foz do Rio Piquiri.

Raul Medina e Santiago Morales contam que seus pais nasceram na região de Guaíra, trabalharam para a Cia. Mate Laranjeira, segundo seus relatos, ambos retornaram ao oeste do Paraná para viver na região onde nasceram os seus pais e avós.

Eu tinha mais ou menos um ano quando a Mate chegou. Disse a minha mãe que os meus parentes que ficaram por aqui foram mortos pelos Capitu, o jagunço. Os irmãos da minha mãe se chamavam Yvoty Ravy, Guasu Ruguai

e Apere'a. Eles foram assassinados aqui. O outro tio era Antonio Ara Kuaa - este último morreu de doença. (...) O meu pai sempre contava para mim e meus irmãos que aqui viviam os nossos parentes e que quando a minha mãe adoeceu e meu pai viu que ela não ia sobreviver, então ele trouxe a minha mãe aqui para que ela fosse enterrada junto com os antepassados quando ela morresse. Minha mãe morreu quando eu tinha 12 anos de idade e o meu pai não nos deixou acompanhar ele. Tivemos que ficar em casa. Vim pra cá porque sei que é meu lugar, meus parentes faleceram todos aqui (RFunai, 2018, p. 257).

Conforme os relatos de Raul Medina, mesmo após o seu pai ter sido levado pela Cia. Mate Larangeira para trabalhar no Mato Grosso do Sul, parte de sua família permaneceu vivendo na região de Guaíra, para onde a família viajava periodicamente para visitar os parentes.

O descreve que a aldeia Tekoha Jevy está localizada sobre a área do antigo Porto Mojoli, utilizado pela Cia. Mate Larangeira para armazenar as cargas de erva-mate trazidas do Mato Grosso do Sul, aguardando o transporte pela linha férrea de Guaíra a Porto Mendes, onde a erva embarcava definitivamente rumo ao Rio da Prata. A região do antigo porto da Cia. Mate Larangeira permaneceu habitada pelos Avá-Guarani ao longo de todo o século XX. A aldeia está localizada numa zona de ligação entre o núcleo de aldeias situadas próximo à cidade de Guaíra e à antiga linha férrea e aquelas situadas na área da antiga Cidade Real do Guairá, constituindo-se historicamente, portanto, como local de referência da ocupação Avá-Guarani na região. Os indígenas regularizaram a posse sobre a área em 2010, quando um grupo de famílias lideradas por Anatálio Ortiz estabeleceu moradia no local de um sítio arqueológico amplamente reconhecido pelos indígenas da região, no interior da Fazenda Cruz de Malta, imóvel pertencente à Cia. Mate Larangeira.

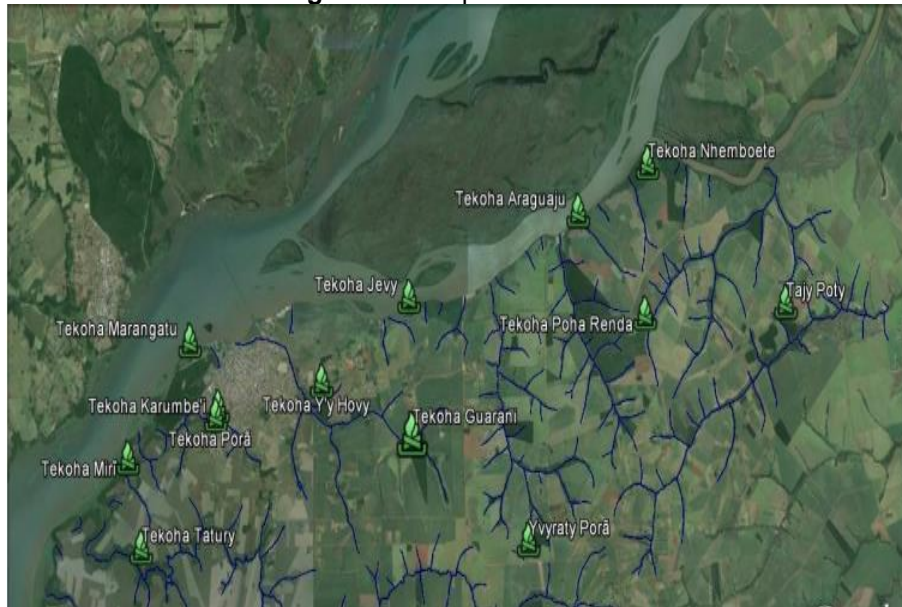
Funai (2018) aborda que o Tekoha Y Hovy (Guaíra) está localizado nas imediações dos rios Água do Bugre e Água da Onça, comunidade está situada em áreas desmembradas do título original concedido à Cia. Mate Larangeira em 1912. Trata-se de uma área de floresta urbana que permaneceu habitada pelos Avá-Guarani que viviam nas imediações do centro urbano de Guaíra. A posse sobre a área de Tekoha Y Hovy foi reavida em 2009, com a entrada do grupo liderado pelo cacique Assunção Benites na área de mata urbana.

O Tekoha Guarani também está localizado nas imediações das Águas do Bugre, sendo diversas vezes reiterado pelos indígenas que esse se trata de referencial central das terras de ocupação tradicional.

O depoimento de Damásio Martines, nascido no ano de 1930 em Foz do Iguaçu/PR, permite-nos verificar como os eventos do passado recente permanecem na memória coletiva do grupo indígena.

Quando eu era criança, eu vivi aqui na beira do rio Paraná. Eu nasci em Foz do Iguaçu, era tudo aldeia lá. Eu vivia na Gleba Guarani. Teve revolta, teve guerra e a gente que estava lá teve que sair. Era lugar bom, tinha mata, tinha tudo. A gente ia até Cascavel pela estrada velha. Tinha muita aldeia, no Rio Guabiroba, Passo Cué, Ocoí, tudo tinha índio. Quando reformaram Itaipu, vieram e disseram que iam dar indenização, iam arrumar outro lugar, mas eles só levaram a gente embora. Eu saí [de Foz do Iguaçu] em 1949, primeiro eu vim pra Santa Helena, em 1955 formou a Santa Helena nova e eu fui para o Porto Britânia e pro Porto Mendes. Trabalhava naquele tempo para a Cia. Mate, tinha muito paraguaio e muito argentino também, os índios trabalhavam todos na Cia. Mate. Nem sei quantos, toda a nossa gente trabalhava na Mate Larangeira, vinha todo mundo, de Foz, de Porto Mendes, vinha até Guaíra. Muitos pais de família que vinham trabalhar na Cia. Mate, vinham trabalhar e não voltavam. Muitos dessa época desapareceram. Muitos fugiam para o Paraguai e para a Argentina. A gente tem direito nesse lugar porque eles que levavam a gente para outro lugar. A nossa terra toda eles levaram, levaram a gente pro Paraguai, pra Argentina. Em 1979 eu passei pro Paraguai, porque a Itaipu queria e o que a gente podia fazer? Depois eu voltei pro Ocoí e a Itaipu tinha levado a nossa aldeia embora. Eu tinha medo de vir trabalhar pra Cia. Mate em Guaíra, porque todo mundo sumia, aí eu vim pro Porto Britânia. Meu irmão veio trabalhar aqui e sumiu, até hoje eu não sei o que aconteceu com ele. Depois eu fui pra [Terra Indígena] Marrecas [Guarapuava/PR], na terra dos Kaingang e em 2008 eu voltei. Fui lá pro [Tekoha] Araguaju e em 2009 eu vim pra Guaíra (Martines, [20..] apud Funai, 2018, p. 286).

A relação histórica dos Avá-Guarani com a região de Tekoha Guassu Guavirá transcende a ocupação espacial e se inscreve em um contexto de territorialidade, no qual a terra não é apenas um recurso econômico, mas um elemento constitutivo da identidade étnica e cultural. No entanto, essa conexão profunda com o território tem sido sistematicamente ameaçada por processos de expropriação territorial, resultantes da expansão agrícola, da ação de empresas colonizadoras e da ausência de políticas públicas eficazes para garantir a demarcação e a segurança das terras indígenas.

Figura 11 - Mapa dos Tekoha

Fonte: Funai, 2018, p. 245.

Além disso, a luta dos Avá-Guarani pela manutenção de seu território reflete um embate maior entre modelos de desenvolvimento antagônicos: de um lado, a visão hegemônica que prioriza a exploração da terra como recurso mercadológico e, de outro, a concepção indígena de território como espaço de vida, memória e espiritualidade. Esse conflito evidencia a necessidade de um reconhecimento efetivo dos direitos indígenas, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação internacional, como a Convenção 169 da OIT.

O TI Tekoha Guasu Guavirá representa mais do que um espaço geográfico: trata-se de um território de afirmação identitária, de luta política e de resistência cultural, cuja defesa é essencial para a preservação do modo de vida e dos direitos fundamentais dos Avá-Guarani.

3.5 TERRITÓRIO GUARANI: O IMPACTO DAS TRANSFORMAÇÕES QUE OCORRERAM NO PASSADO QUE REFLETEM NO PRESENTE

A desterritorialização forçada fragmentou as comunidades guaranis, rompendo laços sociais e culturais que dependiam da relação contínua com o território ancestral. Essa perda territorial não apenas comprometeu a autonomia econômica dos Guarani, mas também enfraqueceu práticas culturais fundamentais, como os rituais que exigiam conexão direta com o território.

No presente, as consequências dessas transformações ainda são evidentes. Muitas comunidades guaranis enfrentam desafios relacionados à falta de acesso a territórios adequados para a prática de suas atividades tradicionais. A luta pela demarcação de terras permanece como questão central, frequentemente marcada por conflitos com grandes propriedades rurais e interesses econômicos estabelecidos. Essa luta é, em grande parte, uma herança das políticas de exploração e exclusão.

O território Guarani sempre foi mais do que um espaço físico para esse povo indígena. Ele representa uma dimensão espiritual, cultural e econômica profundamente enraizada em sua cosmovisão, na qual terra, seres humanos e natureza coexistem em equilíbrio. No entanto, a chegada da Companhia Mate Larangeira e a exploração intensiva dos ervais trouxeram transformações significativas que impactaram profundamente essa relação, cujas consequências continuam a ser sentidas pelos Guarani até os dias atuais.

Durante o período de atuação da Companhia Mate Larangeira, a lógica capitalista de exploração territorial sobrepôs-se aos direitos e às tradições do povo Guarani. O desmatamento para a expansão dos ervais comerciais, a apropriação das terras indígenas e a imposição de um sistema de trabalho autoritário resultaram na desestruturação das dinâmicas tradicionais dos Guarani em relação ao seu território. A terra, anteriormente concebida como um bem coletivo e sagrado, passou a ser tratada como mercadoria, o que inviabilizou práticas tradicionais, como o cultivo de subsistência, além de comprometer rituais religiosos vinculados a determinados espaços sagrados.

A ocupação do território guarani pela companhia predominou até 1947 quando os contratos de arrendamentos foram suspensos, pelo governador do estado do Mato Grosso do Sul, o senhor Arnaldo Estevão Figueiredo.

Durante a ocupação das terras Guarani pela empresa, os indígenas continuaram em seu território, porém como trabalhadores dos ervais, após a saída da empresa, as terras voltam para o domínio da União, que passou a vendê-las para fazendeiros e colonos.

Com o fim do monopólio da Cia Mate Larangeiras, novamente as terras voltam para o domínio da União, que passa a vendê-las e aliena-las como propriedades privadas para fazendeiros e colonos que se deslocaram para a região, estimulados pela política de integração das fronteiras, desenvolvida pelo governo nacionalista de Vargas. Nesse momento, segundo a compreensão desses Kaiowá, inicia-se a fase mais difícil de sua história, pois

resultou na expulsão das terras que tradicionalmente ocupavam e no conseqüente confinamento nas reservas demarcadas pelo SPI (Pereira, 2002, p. 23).

O início da mudança em seu território foi marcado pela entrada de empresas capitalistas, principalmente a Mate Larangeira, que deu início ao processo de exploração de seu território tradicional, mesmo ocupando regiões com concentração de erva-mate, foi a mesma que fez com que os Guarani adentrassem a um mundo cheio de ganância e trabalho penoso.

O antropólogo Pereira (2002) traz no relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da terra indígena Guarani-Kaiowá, Guyraroká, que após este processo da saída da Cia dos ervais, as terras passaram para a União, onde os Guarani se viram novamente ameaçados dentro de seu próprio território, pois agora a União estava vendendo as terras como a propriedade privada no governo de Vargas.

Isso significa que o seu modo de vida tradicional estava sendo ameaçado, pois teriam que sair de suas terras para a ocupação de propriedades privadas, as fazendas de gado, muitos indígenas se recusaram a sair de suas comunidades para viver nas reservas criadas pelo SPI.

Aqui é indicada a diferença entre modelo de ocupação realizado pela Cia e o que inicia a se instalar com a introdução das fazendas. Como a exploração da erva mate não implicava em derrubada da mata, os índios permaneceram na medida do possível plantando suas roças, armando suas armadilhas de caça e dessa forma, reproduzindo seu modo de vida tradicional, mesmo que parcela considerável da população se envolvesse no trabalho de extração da erva. Com a saída da Cia e a entrada das fazendas de criação de gado ou agricultura, tudo isto se tornaria inviável (Pereira, 2002, p. 28).

Com a saída da Cia Mate Larangeira e a entrada de fazendeiros, ao caso, a venda de títulos de terras a fazendeiros, nesse momento, os funcionários do SPI, tinham como função a retirada dos indígenas daqueles locais onde a venda de títulos já havia ocorrido e serem levados para reservas, porém os indígenas que viviam naqueles territórios não aceitavam a sua saída, pois estavam vivendo em seus territórios, que agora estavam sendo doados a agricultores e fazendeiros, sem pensar no aspecto cultural e territorial dos povos indígenas.

A ligação dos Guarani com o seu território é sagrada, é local onde fazem o seu modo de viver e a retirada de seu território só causa dor e angústia a este povo, que fica claro é que a atuação do SPI foi uma forma de deslocar os indígenas para as reservas e, as terras “desocupadas” poderiam ser liberadas para a ocupação de empresas privadas.

As reservas indígenas foram, portanto, importantes instrumentos para a concretização do esbulho territorial imposto aos Guarani e Kaiowá durante o século XX no Sul do atual Mato Grosso do Sul.

Com os indígenas nas reservas, as terras foram destinadas aos colonos para atividades de agricultura e pecuária, alguns indígenas ainda prestavam serviços para os fazendeiros permanecendo em fundos de fazendas.

O que ocorria também nas reservas era os conflitos, pois o SPI reuniu diversas etnias diferentes no mesmo local, isso acarretava conflitos, famílias oriundas de diversos tekoha, muitas vezes inimigas. A ideia de que estes indivíduos vivessem em harmonia teve insucesso, pois a administração das reservas era feita pela administração de um funcionário do órgão indigenista e de um capitão (liderança indígena nomeada pelo órgão para garantir o êxito do projeto governamental), tirando toda a organização das populações indígenas, isso acarretou conflitos. As reservas acabavam representando a perda da autonomia dessas populações, pois o funcionário e o capitão ocupavam o lugar central e intervinham nos processos políticos internos das reservas.

A atuação do SPI e depois da Funai a partir de 1967, foram marcadas pela ineficiência, negligência por parte de alguns funcionários destes órgãos no cumprimento das obrigações constitucionais atribuídas às mesmas. A atual situação dos Guarani em Mato Grosso do Sul e os inúmeros conflitos pela posse da terra entre indígenas e fazendeiros, nos quais as populações indígenas Guarani e Kaiowá sofreram violências físicas e simbólicas, como podemos verificar no Relatório feito por Pereira (2002).

A violência física se materializa nas pressões e ameaças dos fazendeiros para que os Kaiowá deixassem a terra. Nesse processo, os velhos de Guyraroká lembram que nas primeiras décadas do século XX, homens foram mortos e suas mulheres roubadas pelos ervateiros que trabalhavam para a Cia Mate Larangeiras. Na década de 1940, com a chegada dos fazendeiros que vieram ocupar a terra, a violência assume proporção insustentável. Em 28 de janeiro de 1947, justamente no ano em que são expedidos os primeiros títulos particulares sobre a Terra Indígena Guyraroká, o agente do SPI Acácio de Arruda, do P. I. Francisco Horta, escreve o Ofício de n.º 2, informando ao chefe da I.R. 5º que a “perseguição em Dourados contra os índios é quaze geral”. Vale lembrar que a Terra Indígena Guyraroká fica a apenas quarenta quilômetros do referido posto indígena. Por outro lado, a violência simbólica implica no desrespeito às formas de organização próprias à sociedade guarani e a imposição de categorias pensamento oriundas da sociedade colonial, para definir o lugar que ela passa a ocupar no sistema multiétnico que se instaura na região (Pereira, 2002, p.32).

Pereira (2002) afirma que se as terras indígenas tivessem sido demarcadas antes da titulação das mesmas para particulares, o que na maioria dos casos aconteceu só a partir da década de 1940, muitos prejuízos teriam sido evitados.

Outro fator que Pereira (2002) traz no relatório, que a partir de 1940 o SPI estava muito sucateado e acabava por ceder às exigências dos fazendeiros, o que vimos até agora em diversas pesquisas, como Brand (1997) e Ferreira (2007), os funcionários do SPI, devido ao enfraquecimento e pelo sucateamento do órgão, acabavam cedendo às pressões políticas regionais.

O SPI a partir da década de 1940 já vivia uma situação de sucateamento e enfraquecimento em suas funções de proteção efetiva aos índios e acaba não tendo como resistir às pressões políticas que defendiam os interesses dos fazendeiros. Aliando-se aos interesses dos fazendeiros e políticos regionais, o SPI adota uma política sistemática de transferência da população das aldeias dispersas pelas terras pretendidas pelos fazendeiros para o interior das reservas. A partir daí a reserva passa a ser compreendida como espaço destinado a recolher os índios de toda a região, liberando as terras que até então ocupavam para as atividades agro-pastoris. Aos índios que viviam nas reservas assegurava-se a ação tutelar do Estado, o que lhes garantia assistência e proteção, embora na maioria dos casos precária. Aos que insistiam em permanecer em seus antigos locais de moradia não se oferecia nenhum tipo de apoio, ficavam a mercê da pressão e violência que caracterizavam o processo de disputa pela posse da terra (Pereira, 2002, p. 32).

As reservas começaram a serem vistas como local de indígena, dito isso, devido ao fato de que as terras agora seriam voltadas a atividades da agropecuária.

Cavalcanti (2013) aponta que com o surgimento das reivindicações por demarcações de terras indígenas, na segunda metade dos anos 1970, a maioria dos fazendeiros buscou meios para concluir a expulsão dos indígenas, visto que sua presença passou a ser considerada uma grande ameaça.

De acordo com Brighenti e Heck (2021), na década de 1970, a Mate possuía diversas fazendas destinadas à criação de gado de corte, mesmo após ter experimentado seu declínio na década de 1930, período que marcou o início da grande concentração fundiária por parte dos fazendeiros. Com a implementação de novas fazendas na região Sul do então estado do Mato Grosso, a partir de 1970, a população indígena Kaiowá, que habitava as terras anteriormente ocupadas pela companhia, especificamente, a Fazenda Maciel Kue e o Rancho Jacaré, foram submetida a processos violentos de expulsão. Esse processo intensificou-se entre

1976 e 1977, especialmente com a atuação de Luiz Prates, proprietário das fazendas da Empresa Mate Larangeira. Segundo relatos dos próprios indígenas Kaiowá, em 1976, sob forte pressão do fazendeiro, ele e seu capataz afirmaram que os conduziram para outro local, alegando que a terra em questão não lhes pertencia, o que, somado ao clima de intimidação, levou os Kaiowá a abandonarem a fazenda.

Em meados da década de 1970, as reivindicações pela demarcação de terras indígenas começaram a se intensificar, tornando-se cada vez mais evidentes, diversas violências cometidas pelos fazendeiros e pela Funai, para convencer os indígenas a se retirarem daquela área.

Conforme Brighenti e Heck (2021), há relatos de que a Fundação exercia pressão sobre os Kaiowá, justificando que a demora na demarcação de suas terras ocorria devido ao isolamento da área, o que, segundo o órgão, dificultaria a execução do processo. Há evidências de que determinados funcionários da Funai teriam agido de maneira desleal e corrupta, uma vez que, embora o propósito do órgão fosse a proteção dos povos indígenas, alguns agentes acabaram aceitando subornos para facilitar transferências territoriais. Ademais, relatos indicam que certas lideranças indígenas foram utilizadas para influenciar suas comunidades a aceitarem tais transferências. A Funai buscou dissuadi-los dessa decisão; contudo, com o transcorrer do tempo, constatou que não seria possível convencê-los a permanecer na condição imposta. Em face desse cenário, o órgão providenciou os meios necessários para viabilizar o retorno dos indígenas. Entretanto, estes foram temporariamente realocados para a cidade de Dourados (MS), onde permaneceram alojados, por aproximadamente quatro meses, em um antigo posto da Funai. Entre os anos de 1980 e 1982, negociações intensas foram conduzidas, culminando na homologação dos territórios correspondentes às aldeias Rancho Jacaré e Guaimbé, ocorrida nos meses de março e abril de 1984.

Essa resistência manifestada pelo movimento indígena e pelos atores indigenistas, reforçada pelos eventos ocorridos na década de 1970 e pela homologação dos territórios das referidas aldeias, revelou-se decisiva para a consecução de conquistas relevantes para os Guarani Kaiowá. Nesse contexto, o

apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)¹⁶ mostrou-se essencial, ao contribuir para o fortalecimento das lutas em prol dos direitos dos povos indígenas.

A intervenção de organizações e conselhos indigenistas não apenas fortaleceu a mobilização dos Guarani Kaiowá, mas também contribuiu para a construção de uma narrativa de resistência que reivindica a autodeterminação e o respeito aos direitos territoriais. Essa aliança entre os movimentos indígenas e os atores indigenistas ressalta a importância de uma abordagem coletiva e intersetorial na luta contra as políticas de expropriação e marginalização historicamente impostas aos povos originários.

A Constituição Federal de 1988, reconheceu os direitos dos povos indígenas no Brasil:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (Brasil/CF, 1988).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garantiu os direitos dos povos indígenas no Brasil, com o direito às terras desde antes da formação do território brasileiro, intensificou os conflitos entre indígenas e fazendeiros. Podemos chamar também de latifundiários, donos de grandes propriedades, os conflitos sempre existiram, porém durante o funcionamento da Companhia as comunidades continuavam vivendo em seus territórios, especificamente os Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, mas não ocorreu o mesmo com os Guarani do oeste do Paraná, de Guaíra especificamente, pois eram levados pela empresa para trabalharem nos ervais no Mato Grosso do Sul, após a Companhia Mate Larangeira, as terras foram vendidas para posseiros, fazendeiros no governo Vargas que tinha projetos de ocupação do território brasileiro, a Marcha para o Oeste, que acarretou a vinda de pessoas de outras regiões do Brasil, com isso houve um esbulho de comunidades indígenas, e com a Constituição de 1988, as populações indígenas continuaram sua luta e resistência em prol de seus territórios e suas retomadas, nesse momento já estavam ocorrendo as demarcações de terras indígenas, no Mato Grosso

¹⁶ O Cimi é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas (Cimi, 2017).

do Sul e o processo de demarcação pela Funai demorava um pouco para terminar todo o projeto, pois era processo longo e quando saiam as demarcações, as populações indígenas já procuravam retomar o território, ocasionando conflitos com os fazendeiros donos dos espaços considerados território indígena.

Os grandes latifundiários, ao se sentirem ameaçados pelos povos indígenas, resistem a qualquer iniciativa em apoio ao movimento indígena no Brasil, independentemente de sua origem, seja ela de um órgão governamental, de uma instituição religiosa ou de outra entidade.

Os povos Guarani e Kaiowá, por meio de sua organização política e com o respaldo de setores específicos da sociedade, intensificaram a mobilização e a pressão sobre o governo federal, reivindicando o cumprimento da obrigação constitucional de demarcação das terras indígenas, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988.

Segundo Cavalcanti (2013), às pressões exercidas sobre a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) resultaram em avanços significativos no processo de demarcação de terras indígenas, concretizados na identificação e delimitação vinte e duas áreas indígenas. O autor destaca que, além das reservas indígenas já existentes, a situação administrativa das terras indígenas identificadas a partir da década de 1980 apresenta grande diversidade. Dentre essas terras, nove foram regularizadas com registro cartorial, cinco foram homologadas, duas encontram-se demarcadas, quatro foram oficialmente declaradas, e duas foram apenas identificadas e delimitadas. Além disso, Cavalcanti (2013) apresenta uma tabela detalhada com informações sobre as reservas indígenas, incluindo a extensão territorial em hectares, a localização geográfica, a situação administrativa de cada território e a indicação de sua regularização.

Quadro 4: Situação fundiárias das terras indígenas guarani e kaiowá em Mato Grosso do Sul - Dados da Funai de 2013.

TERRA INDÍGENA	ÁREA EM HECTARES	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
TI Aldeia Limão Verde	660	Registro cartorial e SPU Regularizada	Criada pelo Serviço de Proteção aos Índios. Criado com 900 ha. pelo decreto estadual 825/1928. Solo bastante arenoso e infértil.

TI Amambai	2.429,54	Registro cartorial e SPU - Regularizada	Criada pelo Serviço de Proteção aos Índios. Decreto estadual de 404/1915 criou a área com 3.600 ha, mas logo houve redução. Em 1926 o governo cedeu título definitivo de uma parte da área a um particular.
TI Arroio-Korá	7.175,77	Homologada	Homologação parcialmente suspensa pelo STF.
TI Caarapó	3.594,41	TI Caarapó Registro cartorial e SPU - Regularizada	Reserva Indígena criada pelo Serviço de proteção ao Índio. Criada com 3.750 ha. pelo decreto estadual 684/1924.
TI Cerrito	1.950,98	Registro cartorial e SPU - Regularizada.	
TI Dourados	3.474,59	Registro cartorial e SPU - Regularizada.	Reserva indígena criada pelo Serviço de Proteção ao Índio. Criada com 3.600 ha. pelo decreto estadual 401/1917.
TI Guaimbé	713,93	Registro cartorial e SPU - Regularizada	
TI Guasuti	958,79	Registro cartorial e SPU - Regularizada	
TI Guyraroká	11.440	Declarada	
TI Jaguapiré	2.342,01	Registro cartorial e SPU - Regularizada	

TI Jaguari	404,70	Registro cartorial e SPU – Regularizada	
TI Jarará	479	Homologada	
TI Jatayvari	8.800	Declarada	
TI Nãnde Ru Marangatu	9.317,21	Homologada	Homologação suspensa pelo STF.
TI Panambi - Lagoa Rica	12.196	Identificada e delimitada	
TI Panambzinho	1.272,80	Registro cartorial e SPU – Regularizada	
TI Pirajuí	2.118,23	Registro cartorial e SPU – Regularizada	Reserva Indígena criada pelo Serviço de Proteção ao Índio. Criada com 2.000 ha. pelo decreto estadual 825/1928.
TI Pirakua	2.384,05	Registro cartorial e SPU – Regularizada	
TI Yvy-Katu	9.494,16	Demarcada	Reserva Indígena Porto Lindo, criada pelo Serviço de Proteção ao Índio. Criada com 2.000 ha. pelo decreto estadual 825/1928. Por meio da Portaria Declaratória nº 1289, de 30 de junho de 2005, o ministro da justiça integrou a RI Porto Lindo à TI Yvy-Katu com área total de 9494 ha. Atualmente, a TI se encontra em processo de homologação presidencial. Por alegado cerceamento de defesa, o Superior Tribunal de Justiça anulou o processo administrativo no que

			diz respeito à Fazenda Remanso Guasu, em 2012 a FUNAI constituiu novo GT para refazer a identificação apenas da área da Fazenda Remanso Guasu, enquanto isso o processo principal está paralisado.
TI Potrero Guaçu	4025	Demarcada	
TI Rancho Jacaré	777,53	Registro cartorial e SPU – Regularizada	
TI Sassoró	1.922,64	Registro cartorial e SPU – Regularizada	Reserva Indígena criada pelo Serviço de Proteção ao Índio. Criada com 2.000 ha. pelo decreto estadual 825/1928.
TI Sete Cerros	8.584,72	Homologada	
TI Sombbrero	12.608	Declarada	A posse da área pelos indígenas é parcial.
TI Sucuriy	535,10	Registro cartorial e SPU – Regularizada	
TI Takuaraty/Yvykuarusu	2.609,09	Homologada	Também conhecida como Paraguassu.
TI Taquaperi	1.776,95	Registro cartorial e SPU – Regularizada	Criada com 2.000 ha. pelo decreto estadual 825/1928.
TI Taquara	9.700	Declarada	
Iguatempigua I	41.571	Identificada e delimitada	
Área total:	159770,81		

Fonte: Cavalcanti, 2013, p. 56-57-58-59.

Cavalcanti (2013), relata que os processos administrativos sob responsabilidade do Poder Executivo Federal, conduzidos pela Funai e pelo Ministério da Justiça, caracterizam-se por sua lentidão no processo. Esse fator decorre, em grande parte, devido as influências políticas na condução das demarcações territoriais indígenas. Além disso, o autor ressalta que, a partir da década de 1980, a instituição sofreu um processo de sucateamento, marcado por severas restrições orçamentárias que limitaram sua capacidade operacional. Outro elemento que contribui para a lentidão na regularização fundiária indígena é o grande número de ações judiciais movidas contra a Funai, que, ao gerar entraves burocráticos e jurídicos, dificultam a efetivação da posse das terras pelos povos indígenas. Nesse contexto, o autor observa que, apesar de pequenos aumentos de funcionários entre 2010 e 2011, o órgão permanece com recursos humanos e financeiros insuficientes para atender à demanda, o que reforça a tese de seu desmonte estrutural.

A demora nos processos de demarcação das terras indígenas reflete não apenas limitações administrativas e orçamentárias, mas também a influência de interesses políticos e econômicos que historicamente relegaram os direitos indígenas a um plano secundário. Esse contexto evidencia a fragilidade da política indigenista brasileira, que oscila de acordo com a conjuntura política, comprometendo a continuidade e efetividade das demarcações. Além disso, o enfraquecimento institucional do órgão a partir da década de 1980 sugere um movimento deliberado de desestruturação, alinhado a interesses ruralistas e empresariais que buscam explorar territórios indígenas para fins agropecuários e minerários.

Outro ponto crítico é a judicialização dos processos de regularização fundiária indígena, que, além de postergar o cumprimento dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, contribuiu para a insegurança jurídica dos povos indígenas, expondo-os a conflitos territoriais e violações de direitos humanos. A falta de recursos humanos e financeiros na Funai agrava esse cenário, levando o órgão a trabalhar com poucos recursos.

Diante desse panorama, torna-se evidente a necessidade de um compromisso político efetivo com a proteção dos direitos indígenas, o que envolve não apenas o fortalecimento da Funai, por meio de financiamento adequado e reestruturação administrativa, mas também a criação de mecanismos que garantam maior autonomia ao órgão. Isso ocorre atualmente com algumas medidas tomadas pelo governo atual (presidente Luiz Inácio Lula da Silva) dando mais autonomia para

a Funai para proteção efetiva das populações indígenas no Brasil. Assim possibilitando assegurar a implementação das políticas de demarcação de terras de maneira contínua e eficaz, garantindo o direito dos povos indígenas à terra e acabar com os conflitos e violências contra os povos indígenas.

As terras Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul reconhecidas entre 1983 e 2007 foram tratados como casos específicos, em que o tekoha conseguiu se unir e houve a mobilização de movimentos apoiadores das causas indígenas que pressionaram a Funai para iniciar os processos de demarcações de terras, mesmo isso ocorrendo as dimensões ainda eram pequenas, dificultando o modo de viver tradicional dos Guarani Kaiowá.

Todas as terras indígenas guaranis e kaiowá localizadas em Mato Grosso do Sul que foram reconhecidas entre 1983 e 2007 foram tratadas como casos isolados. De um modo geral, as famílias extensas mais articuladas conseguiam reunir um grande número de indivíduos pertencentes ao seu tekoha, além de outros apoiadores e iniciavam um processo de pressão em relação à FUNAI para que esta compusesse um Grupo Técnico - GT para a identificação de determinada terra indígena. Quando a pressão atingia um nível político não mais sustentável para o governo, normalmente após os indígenas promoverem alguma retomada de terras, o órgão indigenista compunha um GT para a identificação e delimitação daquela determinada terra indígena. Como resultado disso, obteve-se o reconhecimento de 21 terras indígenas, todas elas de pequenas dimensões, algumas tão minúsculas como Jaguari (405 ha) e Jarará (479 ha) que tão somente o seu tamanho é suficiente para afirmar que não atendem ao princípio constitucional de garantir aos índios sua reprodução física e cultural, segundo seus usos costumes e tradições (Cavalcanti, 2013, p. 104).

A Funai começou a fazer o seu trabalho quando as famílias extensas começaram a sua luta pela retomada de seu território, fazendo pressão no governo, a partir daí o órgão indigenista começava a fazer seu trabalho, isso só demonstra que o órgão trabalhava sob pressão.

Com criação dos GTs de trabalho de identificação e delimitação de terras indígenas em 2008 no Mato Grosso do Sul, houve grande dificuldade de os profissionais fazerem o seu trabalho, pela grande mobilização do setor ruralista contrários à demarcação das terras indígenas, os mesmos têm grande influência política no Mato Grosso do Sul, havendo várias liminares judiciais que impediram o desenvolvimento dos trabalhos, além dos membros dos GTs, serem vítimas de intimidações.

De acordo com o primeiro relato prestado ao MPF, no dia 03 de agosto de 2008, Delgado, juntamente com a antropóloga Ruth Henrique da Silva e o motorista Eurípedes Miguel da Silva, se dirigiam de Amambai a Japorá onde realizariam pesquisas na Reserva Indígena Porto Lindo. Ao passarem pela cidade de Iguatemi, o veículo da FUNAI passou a ser seguido. Os ocupantes deste outro veículo ultrapassaram a viatura oficial, frearam bruscamente a sua frente, permitiram que a viatura os ultrapassasse, e fotografaram o veículo oficial e seus ocupantes, depois deixaram de seguir a viatura. Logo em seguida, a equipe do GT percebeu que havia tomado o caminho errado e teve que voltar a Iguatemi. Ao passarem novamente pela cidade, foram vistos pelos mesmos indivíduos que saíram novamente em seu encalço. Os membros do GT perceberam o que estava acontecendo e resolveram abortar a missão e retornar para Amambai. Mesmo assim, o veículo continuou a segui-los. Apesar de a viatura oficial ter desenvolvido alta velocidade, o veículo continuou seguindo-os, até que próximo à cidade de Tacuru, que fica entre Iguatemi e Amambai, os membros do GT se depararam com uma equipe do Departamento de Operações de Fronteira - DOF97 a quem pediram ajuda. Os policiais perseguiram e detiveram dois suspeitos que estavam no veículo. Eles foram encaminhados à Delegacia de Polícia Civil de Tacuru para os procedimentos cabíveis, de fato estavam com câmeras fotográficas cuja memória continha registros de imagens do veículo oficial. Diante do ocorrido, Paulo Delgado e sua equipe retornaram para Dourados onde compareceram ao MPF para prestar declarações. A Polícia Civil de Tacuru lavrou um Boletim de Ocorrência e o MPF encaminhou os documentos à Polícia Federal para investigações (Delgado, 2008a; OFÍCIO Nº 129/2008, 2008 apud Cavalcanti, 2013, p. 370).

Chegando à conclusão de que diante de tantos casos de violências contra a comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul, a criação dos GTs, foi visto como uma ameaça aos ruralistas presentes naquelas regiões onde estavam ocorrendo as identificação e delimitação de terras, além de histórico de violência, essas intimidações que estavam ocorrendo certamente refletiam no trabalho de campo destes profissionais.

Cavalcanti afirma que “os resumos dos Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação publicados até o dia 30 de junho de 2009. Até o dia 19 de abril de 2010 o órgão indigenista deveria encaminhar os processos ao Ministério da Justiça”, porém este prazo não foi cumprido, devido às dificuldades da realização do trabalho, apenas um resumo de Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação foi publicado e alguns GTs já concluíram seus trabalhos, por razões políticas a Funai permanece impedida de publicá-los (Cavalcanti, 2013, p. 287).

O trabalho da Funai foi sucateado, com falta de funcionários na época que os GTs foram criados, o órgão tinha pouquíssimos funcionários para fazer o serviço, Cavalcanti traz em seus escritos o depoimento do antropólogo Márcio Meira, que relata as condições que se encontravam a então Diretoria de Assuntos Fundiários

- DAF e a Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID) quando assumiu o órgão.

A Diretoria de Assuntos Fundiários, na época, hoje a DPT [Diretoria de Proteção Territorial], ela tava totalmente, digamos assim, prejudicada porque não tinha equipe pra fazer dois trabalhos importantíssimos pros processos andarem dentro da FUNAI, um era a equipe da CGID [Coordenação Geral de Identificação e Delimitação] que não tinha quase ninguém, quase ninguém, se hoje já é pouca gente, naquela época era quase ninguém, não tinha quase ninguém mesmo, a FUNAI dependia praticamente, na íntegra quase dos antropólogos das universidades e dos centros de pesquisas que faziam o seu trabalho voluntariamente e que, portanto, só podiam fazer nas férias, porque tinham que dar aula, então a FUNAI ficava muito amarrada nessa questão. E o outro era com relação à questão do levantamento fundiário, que é o setor lá que se não faz o levantamento fundiário também trava ali, pagamento de indenização, então nós tínhamos ali dois aspectos ali na questão de terra que ficavam dificultando a demanda muito grande e não tinha equipe suficiente pra dar conta. Então a prioridade que a gente deu ali foi contratar pessoal, quer dizer isso aí, durou dois anos, 2007, 2008, só do final de 2008 que a gente conseguiu, contratar, foi por contrato temporário, cerca de 60 servidores aqui pra Brasília, uma boa parte deles foi pra lá, pro setor fundiário e de demarcação, antropólogos, tal, só depois mesmo em 2010 que a gente conseguiu a contratação por concurso. Quer dizer foi um processo duro difícil, porque a gente teve que trabalhar com os contratos temporários, mas os contratos temporários já deram um bom alívio na demanda que tinha. A outra coisa também foi organizar os processos, reorganizar, priorizar, fazer com que eles tivessem um fluxo por ordem de chegada, identificando também, que, às vezes, tinha processo que eram mais simples, outros processos muito mais complexos, focar também nisso, organizar melhor os processos e outra coisa também importante que era articular mais a área jurídica do ministério com a área de terra, porque tinha muita questão que tava pendente por causa de questões judiciais, então a gente conseguiu focar nisso [...] (Meira, 2012 apud Cavalcanti, 2013, p. 299).

A escassez de funcionários e as dependências de antropólogos de universidades acarretavam mais espera para os povos indígenas pelas demarcações, a questão de priorizar certos processos, me leva a crer que existiam muitos processos complexos, diversas regiões estavam passando por retomadas de terras e conseqüentemente ocorrendo violências contra estes indígenas.

Diversas medidas foram feitas por comunidades indígenas quando perceberam a demora da Funai com o processo de demarcação de suas terras, acarretou diversas retomadas de território tradicional indígenas, algumas pequenas áreas se concentram em regiões mais próximas da fronteira com o Paraguai, entre 2009 e 2011 ocorreram estas retomadas e resultaram em violência contra os indígenas.

Em outubro de 2009, um grupo de indígenas guarani, do Tekoha Y po'i, realizou a retomada de uma área localizada no interior da Fazenda São Luís, no município de Paranhos. Naquela ocasião, vários homens atacaram o grupo de indígenas e os expulsaram da área. Dois professores indígenas foram mortos, Jenivaldo Vera e Rolindo Vera, o corpo do primeiro foi

localizado em novembro de 2009, próximo ao local do conflito, já o corpo de Rolindo Vera permanece desaparecido. Jenivaldo morreu vítima de um tiro nas costas. Em outubro de 2011, o MPF denunciou seis pessoas pelo crime de homicídio. O processo corre na Justiça Federal de Ponta Porã (autos nº 0002988-19.2011.4.03.6005). Entre os acusados estão os proprietários da fazenda, um vereador que acumulava o cargo de presidente do Sindicato Rural de Paranhos e um empresário que havia sido candidato a prefeito em 2004, além de comerciantes da região. Em agosto de 2010, o grupo indígena voltou a ocupar o local e lá permanece com o amparo de uma decisão judicial (Cavalcanti, 2013, p. 393).

Outros casos ocorreram, como em 2011.

No dia 07 de novembro de 2011, um grupo de indígenas do Tekoha Guaiviry, promoveu a retomada em uma pequena área localizada na Fazenda Aurora, no município de Aral Moreira. No dia 18 de novembro de 2011, os indígenas foram atacados por um grupo de homens que objetivava expulsá-los do local. O ataque teve características semelhantes às verificadas no ataque a Pyelito Kue – utilização de armas de fogo carregadas com munição menos letal. No entanto, a principal liderança indígena do tekoha, o senhor Nísio Gomes, foi fatalmente atingido. Seu corpo foi levado pelos agressores e permanece desaparecido. O caso teve grande repercussão nacional e internacional, ocasionando intensa pressão governamental sobre a Polícia Federal para que esta apurasse os fatos (Cavalcanti, 2013, p. 396).

Os conflitos entre indígenas e ruralistas persistem até os dias atuais, com fazendeiros e grandes proprietários de terra agindo contra os povos indígenas. Um exemplo são os diversos ataques sofridos pelas comunidades Avá-Guarani no Paraná, especialmente na região de Guaíra e Terra Roxa.

Localizada nas cidades de Guaíra, Terra Roxa e Altônia, todas no Paraná, a TI Tekoha Guasu Guavirá tem 24 mil hectares. Depois da delimitação pela Funai, o processo demarcatório foi paralisado por uma ação das prefeituras de Guaíra e Terra Roxa acatada em primeira instância pela Justiça Federal (Brasil de Fato, 2025).

O TI Tekoha Guasu Guavirá luta há anos pelas demarcações de suas terras, a decisão pela retomada das suas terras resultou e ainda resulta em diversas violências, pois já ocorreram muitos ataques de fazendeiros contra os acampamentos.

A Comissão Guarani Yvyrupa (2023) relata que ocorreu várias tentativas de remoção de populações indígenas da região, como ocorreu em 2011, quando representantes da Funai, retiraram cerca de dezoito famílias Avá-Guarani das terras que ocupavam na região de Guaíra e Terra Roxa, tendo apoio do poder público municipal, que ofereceu transporte para levar estas famílias para a Terra Indígena de Marrecas, que se localiza entre os municípios de Turvo e Guarapuava, esta área, ocupada pela etnia Kaingang, que possuem tradições diferentes dos Guarani, os Avá-

Guarani relataram que a Funai prometeu auxílio aos indígenas que aceitassem o deslocamento para Marrecas, porém não foi o que ocorreu, pois estavam vivendo em condições precárias e em um território de outra etnia, fazendo que os mesmos retornassem para Guaíra e Terra Roxa (Yvyrupa, 2023, p. 60-61).

Segundo o relatório houve diversas tentativas de retiradas destas famílias de Guaíra, sendo no total cerca de três tentativas de retiradas, onde o governo estadual em 2012 e a prefeitura municipal em 2013, fizeram propostas para os Guarani abandonarem as retomadas em Guaíra e Terra Roxa, não foram aceitas pelos Avá-Guarani, as propostas foram como a ceder a área dentro do Parque Nacional da Ilha Grande e a criação de um conjunto habitacional na cidade de Guaíra.

As comunidades Avá-Guarani têm resistido aos diversos ataques sofridos durante anos na região de Guaíra e Terra Roxa, além das tentativas do poder público havia e ainda tem os proprietários rurais que não medem esforços para a retirada dos Avá-Guarani destas cidades, várias situações de ameaças, agressões:

A gente sofre várias ameaças aqui, eu e toda a minha família. Falam que, se não conseguirem me matar, vão matar minha família. Quem me ameaça é o vizinho daqui. É uma família que mora aqui na frente da aldeia. O cara falou que vai contratar um matador para me matar (Liderança, 2016 apud Yvyrupa 2017, p. 92).

Essas são palavras de uma liderança, da aldeia Tekoha Karumbey, em Guaíra, que cedeu uma entrevista em 2016 para o Relatório sobre violações dos direitos humanos contra os Avá-Guarani do oeste do Paraná.

O presente relato evidencia a recorrência de ameaças e tentativas de remoção de comunidades indígenas de seus territórios, além da existência de diversos processos judiciais em curso relacionados à reintegração de posse. Nesse contexto, a Comissão Guarani Yvyrupa (2017) discute a existência de duas ações movidas pela Companhia Mate Larangeira. A primeira, registrada sob o número 5000934-67.2010.404.7017, refere-se à reintegração de posse movida contra a aldeia Tekoha Jevy, localizada em Guaíra, enquanto a segunda, protocolada em 2012 sob o número 5000554-73.2012.404.7017, refere-se ao Tekoha Guarani, também situado no município de Guaíra.

Segundo Yvyrupa (2017) a primeira ação, iniciada em 2010, tramitou por um período de seis anos. Durante esse intervalo, foram realizados estudos demarcatórios na área em disputa. Com base na apresentação de documentação pela Funai, o magistrado determinou a suspensão do processo até a conclusão desses

estudos. Contudo, a Companhia Mate Larangeira recorreu à segunda instância e obteve decisão favorável, sob a argumentação de que não haveria risco de dano irreparável.

Yvyrupa (2017) dita que na segunda ação, iniciada em abril de 2012, a decisão judicial deferiu parcialmente o pedido de remoção, determinando o remanejamento da comunidade para uma faixa de domínio da rodovia, abrangendo parte de um lote rural, e redirecionando o excedente para uma área pertencente à Fazenda Cruz de Malta. No entanto, a Companhia Mate Larangeira interpôs recurso e obteve decisão favorável. Em 2016, a fase instrutória foi concluída, mas o processo permaneceu em andamento.

Diante dessas constatações, verifica-se que ambos os processos permanecem em curso, sem resolução definitiva, mesmo transcorridos mais de dez anos desde suas respectivas instaurações. Tal demora tem impactado diretamente as comunidades indígenas da região de Guaíra e Terra Roxa, que continuam sujeitas às incertezas e adversidades decorrentes da indefinição territorial. Ademais, outros processos semelhantes seguem em andamento, evidenciando a complexidade das disputas fundiárias que envolvem comunidades indígenas no Brasil.

A persistência de casos de confrontos, violência e discriminação registrados em Guaíra reflete a ausência de medidas efetivas por parte do governo federal no que tange às demarcações de terras indígenas. Um dos episódios mais recentes ocorreu em Guaíra, no dia 3 de janeiro de 2025, quando quatro pessoas foram feridas por disparos de arma de fogo, evidenciando a gravidade do contexto de vulnerabilidade e insegurança enfrentado pelas comunidades indígenas da região.

Quatro indígenas da etnia Avá Guarani, incluindo uma criança e um adolescente, foram baleados em mais um ataque de pistoleiros à comunidade Yvy Okaju (antes chamada de Y'Hovy), localizada em Guaíra (PR). O ataque ocorreu por volta das 21h de sexta-feira (3). Foi o quarto denunciado pelos indígenas nos últimos sete dias. Segundo lideranças da comunidade, ao menos quatro pistoleiros mascarados entraram na comunidade e foram até a casa dos indígenas. Eles chegaram atirando. Uma criança de 7 anos foi atingida no pé; o adolescente, na perna; os dois adultos foram atingidos nas costas e no queixo. Todos os feridos foram levados ao Hospital Bom Jesus, em Toledo (PR). Imagens divulgadas pelos indígenas mostram que o ferimento do jovem baleado no queixo é grave, mas ele não corre risco de morte (Brasil de Fato, 2025).

Esta notícia relatada pelo meio de comunicação Brasil de Fato (2025) traz notícias recentes do que está ocorrendo atualmente em Guaíra, a luta pelas demarcações está levando as comunidades do Tekoha Guasu Guavirá a passarem

por diversos ataques a suas comunidades, mesmo com a força nacional fazendo a vigilância dos tekoha, não é suficiente, pois os pistoleiros conhecem a região e sempre arrumam maneiras de atacar os indígenas, este é um dos diversos ataques que essas comunidades estão sofrendo desde a paralisação do processo de demarcações das terras.

O setor ruralista brasileiro conta com expressivo espaço legislativo na Câmara de Deputados desproporcional aos outros segmentos sociais. Esse amplo poder fez com que diversos políticos criaram projetos contra a demarcação das terras indígenas, como:

Em 2008, no dia 13 de agosto, o deputado federal Dagoberto Nogueira (PDT), apresentou o projeto de Decreto Legislativo nº 797/2008 que pretendia sustar os efeitos das portarias de constituição dos Grupos Técnicos instituídos pela FUNAI. O deputado argumentou que o órgão indigenista não havia seguido os trâmites previstos na legislação para a expedição das portarias. O projeto de decreto representa uma clara tentativa de interferência do Poder Legislativo em assunto de competência do Poder Executivo. Apesar do voto em separado apresentado pelo deputado Beto Faro (PT), no qual o parlamentar se posicionou contrário à proposta por considerá-la ilegal na medida em que extrapolava os limites de ação do Poder Legislativo, o projeto foi aprovado pela Comissão de Agricultura da Câmara no dia 1º de abril de 2009. Na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no entanto, em votação ocorrida no dia 24 de junho do mesmo ano, o projeto foi rejeitado e finalmente arquivado pela mesa diretora da Câmara em 31 de janeiro de 2011 (Cavalcanti, 2013, p. 337-338).

Pelo relato acima, percebemos como alguns políticos tentaram barrar o processo de demarcações de território indígena, o que leva a crer que os mesmos estão garantindo os seus interesses fiquem protegidos.

A Terra Indígena Guyaroka foi declarada pela Funai e este processo de demarcação de terras só foi possível graças a diversas lutas e retomadas de terras por indígenas no final da década de 1990, como no caso de Ambrósio Vilharva que liderou o processo de reivindicação da Terra Indígena Guyaroka e o que é um processo que demanda uma reorganização da comunidade, sendo o primeiro passo para ter sucesso nas retomadas de terras, além da busca de conhecimento ancestral e nos valores religiosos.

Segundo a reportagem feita pelo Conselho Indigenista Missionário, que foi publicada em 30 de outubro de 2024, a terra de Guyroraka segue em processo sem prazo para ser julgada, sendo esta terra declarada no ano de 2009, no ano de 2014 foi anulada com base no marco temporal, em 2018 os indígenas entraram com

uma ação rescisória da sentença, que foi negada, em 2021, a suprema corte admitiu por unanimidade a ação, que ainda não foi julgada.

Antes de seguir o contexto, vamos explicar o que foi o marco temporal:

A Lei 14.701 traz a previsão da teoria do Marco Temporal, no artigo 4º, a qual estabelece que os povos indígenas tinham que estar habitando determinados locais em 5 de outubro de 1988 para que seja possível realizar a demarcação de terra indígena de ocupação tradicional (Brasil, 2024, n.p).

Esta lei foi inconstitucional, pois passava por cima dos direitos dos povos originários, a lei após passar pela Câmara e pelo Senado foi vetada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em maio de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que instituiu o marco temporal. Em setembro, esse projeto foi aprovado pelo Senado e enviado para sanção presidencial. O projeto foi sancionado e transformado na Lei 14.701, mas sem o marco temporal, que foi vetado por Lula, alegando que a norma “usurpa direitos originários”, além de ferir decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada pouco antes. Em dezembro de 2023, o Congresso Nacional derrubou o veto presidencial, incluindo a regra na Lei 14.701. Em abril de 2024, o STF determinou a suspensão, em todo o país, dos processos judiciais que discutem a constitucionalidade da Lei do Marco Temporal até que o tribunal se manifeste definitivamente sobre o tema (Nazareth, 2024).

Isso significa que o marco temporal ainda é uma ameaça aos direitos dos povos indígenas atualmente, pois ainda não foi resolvida pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Dito isso, retomamos o tema principal: a luta pela retomada da Terra Indígena Guyraroká, que ocupa uma área de 55 hectares em Caarapó, Mato Grosso do Sul. Apesar dos esforços contínuos pela demarcação de suas terras, a comunidade enfrenta constantes episódios de violência por parte dos ruralistas da região, incluindo ataques e graves casos de intoxicação por agrotóxicos.

No início desta semana, os Guarani Kaiowá registraram o momento em que um avião sobrevoa a comunidade para pulverizar o veneno na lavoura de soja sobreposta à TI. A chuva tóxica caiu sobre moradias, escola e área de circulação dos indígenas no tekoha. “Chamam a gente aqui de (capim-) amargoso, resistente ao veneno, que só se arranca com a enxada. Começou ontem o despejo (terça-feira, 29), às 15 horas, e continuou hoje (quarta-feira, 30), às 10 horas. O cheiro é insuportável, um horror. Infelizmente isso se normalizou só que diferente do amargoso, somos seres humanos”, diz Erileide Guarani Kaiowá (Erileide, 2024, s.d, apud Santana, 2024).

Essa situação ocorreu no dia 29 e 30 de outubro de 2024, recente, é uma entre diversas situações de violência sofridas pelos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul e como vimos acima no oeste do Paraná não é diferente.

Essas ocorrências de violência contra os povos Guarani, que lutam diariamente por seus direitos, precisam cessar. É fundamental que o governo federal adote medidas mais eficazes para garantir que a nação Guarani possa preservar seu modo de vida em paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração do trabalho indígena na extração da erva-mate pela Companhia Mate Larangeira reflete um padrão histórico de violência e opressão contra os povos originários no Brasil. A empresa se beneficiou de um sistema que explorava o trabalho indígena, perpetuando uma lógica colonialista de dominação e lucro.

As condições de trabalho degradantes, com jornadas exaustivas e remuneração baixa, evidencia uma relação de trabalho análoga à escravidão.

Apesar do impacto causado pela inserção dessa mão de obra no sistema de produção da erva-mate, os Guarani demonstraram sua força. A manutenção de práticas culturais, como as rodas de mate e tereré realizadas dentro dos ervais da Cia Mate, constitui um exemplo de se manterem preservando sua cultura frente ao sistema imposto e a continuação dos saberes e rituais ancestrais. Essas atividades, realizadas mesmo em contextos de exploração econômica, funcionaram como formas de resistência, permitindo a preservação de identidade, memória e transmissão intergeracional dos ensinamentos tradicionais. O fato de os rituais serem praticados dentro dos ervais revela uma ambiguidade inerente ao processo de aculturação forçada. Por um lado, o ambiente ervateiro representa um cenário de exploração e opressão; por outro, a apropriação desses espaços para a realização de práticas culturais configura uma estratégia de reapropriação do território e da memória. Essa dualidade evidencia a capacidade dos povos indígenas de transformar elementos de dominação em oportunidades para a reafirmação de sua cultura e autonomia.

Na atualidade as práticas culturais, suas crenças, suas tradições são extremamente importantes como forma de resistência na luta atual pela retomada de seus territórios, a busca por seus direitos e seu reconhecimento perante a justiça se tornou o favor mais importante para este povo.

A sobreposição de terras indígenas com áreas destinadas ao agronegócio é um reflexo direto de um legado histórico marcado pela exploração e cujo exemplo se encontra na atuação da Mate Larangeira. Essa sobreposição não é apenas uma questão de disputa territorial, mas simboliza a continuidade de uma lógica que privilegia interesses econômicos em detrimento dos direitos e da autonomia dos povos originários.

Pois o Estado nacional compactuou com esta política de apoio a empresas do setor econômico, este apoio só aumentou a presença de empresas colonizadoras e provocou a desterritorialização.

O Serviço de Proteção aos Índios iniciou suas atividades junto aos Kaiowá e Guarani em 1915, com a demarcação de reservas indígenas no Mato Grosso do Sul. Essa ação foi uma estratégia do governo federal de integrá-los à sociedade nacional transformando-os em agricultores rurais. Com a extinção do SPI e criação da Funai em 1967, esperava-se uma mudança na política indigenista brasileira. Contudo, a Funai manteve premissas políticas semelhantes às do SPI, focando na integração dos indígenas à sociedade nacional, muitas vezes em detrimento da proteção de seus territórios tradicionais e modos de vida, pois a mesma passou por diversos processos de falta verba durante o século XX.

Esse processo histórico resultou nos Guarani a luta constante pelo seu direito a terra, em toda região de atuação da Mate Larangeira. Atualmente, o processo de devolução dessas terras através da demarcação é uma ação longa e conflitiva, demandando diversas ações até a demarcação definitiva. Além dos trâmites administrativos burocráticos a esfera do judiciário se tornou um espaço também em disputa. A lentidão nos processos de demarcação de terras afeta diretamente as comunidades.

Como se vê, trata-se de um processo longo e burocrático que em geral leva anos e costuma ser ainda mais prolongado devido às intervenções judiciais que são cada vez mais frequentes e especializadas na protelação. Cabe ainda ressaltar que, mesmo após a conclusão dos processos administrativos, nem sempre os indígenas conseguem ter a posse plena das áreas, isso ocorre ou pela demora da parte da FUNAI em realizar a desintrusão da área – o que implica avaliação e indenização por benfeitorias – ou ainda por força de decisões liminares do Poder Judiciário que suspendem por períodos indeterminados os efeitos dos atos administrativos. Esta situação cria muitos casos de terras de papel que são reconhecidas pelo Poder Executivo, mas ~~50~~ permanecem por anos ainda nas mãos de terceiros enquanto os índios continuam a amargar prejuízos de toda ordem (Cavalcanti, 2013, p. 49-50).

As comunidades indígenas Guarani do Oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul enfrentaram sérios impactos devido à exploração de terras e recursos naturais, no ambiente que sempre viveram desde antes das concessões da Mate Larangeira.

A expansão do agronegócio dominou grande parte do território tradicional dos Guarani, as comunidades foram confinadas a áreas reduzidas, enfrentando a violência das cidades que ficam ao redor das comunidades Guarani,

fator que ocorre atualmente na cidade de Guaíra. A falta de demarcação efetiva das terras indígenas agravou ainda mais a situação, as demarcações de terras indígenas é algo urgente na sociedade atual, pois em pleno século XXI, os direitos dos povos indígenas não estão sendo respeitados, este debate deveria ser prioridade no congresso.

O processo de regularização fundiária em Guaíra e Terra Roxa enfrenta entraves burocráticos e jurídicos que se estendem por anos, frequentemente resultando em confrontos entre indígenas e fazendeiros. Nesse contexto, a atuação dos órgãos responsáveis, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), e movimentos em prol dos direitos indígenas são fundamentais para assegurar os direitos dos povos originários e minimizar os impactos das disputas territoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Larissa de Albuquerque de; MAEDA, Luciana de Castro; ALMEIDA, Avellar Marcelina das Graças de. Os povos Guarani e suas relações cotidianas: uma memória em construção. **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 17, n. 1, p. 9-34, jan.-jun. 2021.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2013.

AMARAL, Márcia Elaine de Rezende. **Demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul**: uma análise a partir da Carta Constitucional de 1988. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

AMARAL, Wagner Roberto do; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. **Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no oeste do Paraná**: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

FERNANDES, José. O mercado argentino da erva-mate brasileira: um dos grandes problemas que levaram à criação do instituto nacional do mate no Brasil. *In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica*. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARRAIS, Matheus Eurich. **A marcha para o oeste e o Estado novo**: a conquista dos sertões. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. La Compañía Matte Larangeira: las relaciones políticas de la primera multinacional latinoamericana. *In: Congreso Latinoamericano De Ciencia Política*, 8., 2015, Lima: ALACIP, 2015.

ASSMANN, Nathalia Steinmetz. **Erva-mate: o alicerce de uma identidade histórica, cultural, econômica e espiritual**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gastronomia) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A relação entre as conjunturas do Brasil no início do século XX e a construção do ideário integralista. **Revista de Iniciação Científica da FFC-(Cessada)**, v. 4, n. 2, 2004.

BARBOSA, Pablo Antunha. La tierra sin mal: historia de un mito. **Suplemento Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 7-236, 2015.

BARRET, Rafael. **El dolor paraguayo**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.

BENITES, Eliel. **Oguata Pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da reserva indígena Teýiue**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

BIANCHINI, Odaléa C. Diniz. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

BIANCHINI, Odalea da Conceição Deniz. **A Companhia Mate Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1980-1940)**. 1994. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

BONOMO, Mariano et al. A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. **Quaternary International**, v. 356, p. 54-73, 2015.

BRAND, Antonio; DE ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja. A ação do SPI e da FUNAI junto aos Kaiowá e Guaraní, no MS. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas| Interethnica**, v. 11, n. 1, 2007.

BRAND, Antonio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guaraní no MS. **Tellus**, p. 137-150, 2004.

_____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Porto Alegre, RS: PUC/RS, 1997.

_____. **Mapa do Mato Grosso em 1892**. Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/mato-grosso/seculo19.htm#google_vignette>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça; Fundação Nacional do Índio (FUNAI). **Despacho nº 2**, de setembro de 2018. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ed. 198, seção 1, p. 29, set. 2018

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. **35 anos da Constituição Federal: avanço ao reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e o desafio da efetivação plena**. Brasília, DF: FUNAI, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/35-anos-da-constituicao-federal-avanco-ao-reconhecimento-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-o-desafio-da-efetivacao-plena>. Acesso em: 8 fev. 2024.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. **Marco temporal volta à pauta no STF: entenda por que a tese é inconstitucional e viola os direitos dos povos indígenas**. Brasília, DF: Funai, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco-temporal-volta-a-pauta-no-stf-entenda-porque-a>

tese-e-inconstitucional-e-viola-os-direitos-dos-povos-indigenas. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio. **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. PDF (266 p.). Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/bitstream/123456789/6283/1/movimento_indigena.pdf
Acesso em: 15 de março de 2015

_____. Fronteiras Meridionais e Transfiguração Territorial: gênese e permanência do estigma de estrangeiros atribuído aos Guarani no Brasil. **Revista de estudos e pesquisas sobre as américas**, 14(3), 2021, p. 241–272. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/issue/view/1930>. Acesso em: 15 março 2025.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012

BUENO, Yhulds Giovanni. **Thomaz Larangeira e o início da exploração de erva-mate: memória histórica e cultural – Ponta Porã na linha do tempo**. Ponta Porã: [s.n.], 2018.

BURKE, Peter. Língua e identidade no início da Itália moderna. **A arte da conversação**. São Paulo, UNESP, p. 94, 1995.

CAVALCANTI, Flávio R. Estrada de ferro Mate Laranjeira: a primeira estrada de ferro do oeste do Paraná. **Centro-Oeste**, [S.l.], v. 1, n. 1, 1994. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/Rede-Viacao-Parana-Santa-Catarina-RVPSC/Estrada-de-Ferro-Mate-Laranjeira.shtml>. Acesso em: 27 fev. 2025.

CAVALCANTI, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul** - Assis, SP: UNESP, 2013.

CEDERVA. **A história da erva-mate: europeus na bacia do Prata e a caá**. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.cederva.org/europeus-na-bacia-do-prata-e-a-caa>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CENTENO, Carla Villamain. A educação nos ervais da fronteira de MT com o Paraguai (1870-1930). *In: Encontro de História de Mato Grosso do Sul*, 2002, Dourados. Programas e resumos. Campo Grande: Editora da Universidade Católica Dom Bosco, 2002. p. 42.

_____. **Estrada de Ferro Mate Laranjeira - A primeira ferrovia do Oeste do Paraná**. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/Rede-Viacao-Parana-Santa-Catarina-RVPSC/Estrada-de-Ferro-Mate-Laranjeira.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CIMI. **O Cimi**. Conselho Indigenista Missionário, 2 mar. 2017. Disponível em: cimi.org.br/o-cimi/. Acesso em: mar. 2025.

COLODEL, José Augusto. SILVA, Gerson Henrique da; BUHÕES, Ronaldo; PERIS, Alfredo Fonseca. Cinco séculos de história. **Mesorregião Oeste Paranaense: diagnóstico e perspectivas**. Cascavel, p. 1-47, 2002.

CONTINI, Adriana Zanirato; CASTILHO, Maria Augusta de; COSTA, Reginaldo Brito da. A erva-mate e os Kaiowá e Guaraní: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local. **Interações (Campo Grande)**, v. 13, p. 161-168, 2012.

COSTA, Júlio Cesar Zorzenon. Deslocamentos Populacionais no Primeiro Governo Vargas: Nacionalismo e Intervencionismo Estatal. *In*: **Congresso brasileiro de História Econômica**, 2015, Vitória: ABPHE, 2015.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 44, p. 47-62, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-44782012000400004>. Acesso em: 3 jun. 2024.

CRESTANI, Leandro de Araújo. **História da Ocupação na Fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Évora, [s.l.], 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/24607>. Acesso em: 12 maio 2024.

CROCETTI, Zeno Soares. **Formação sócio espacial do Paraná**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96238>. Acesso em: 14 jul. 2024.

DA CUNHA, Manuela Carneiro. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. Editora Companhia das Letras, 2013.

DEON, Luiz Eduardo. Um estudo de caso sobre o trabalho semi-escravo no Oeste Paranaense (1900–1930). **Conhecimento Interativo**, v. 8, n. 1, p. 101-112, 2014.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELLIOTT, J. Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivaí e sertões adjacentes, empreendida por ordem do Exmo. Sr. Barão de Antonina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 9, p. 17-42, 1847.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; ESSELIN, Paulo Marcos. Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 278-318, jul./dez. 2015.

APREMAVI. **Erva-mate, uma árvore de tradição**. 2010. Disponível em: <https://apremavi.org.br/erva-mate-uma-arvore-de-tradicao/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. **A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

FERREIRA, Eva Maria Luiz; BRAND, Antonio. Os guarani e a erva mate. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 107-126, 2009.

FERREIRA, Eva Maria Luiz; FALCÃO, Mariana Silva. Os Kaiowá e Guarani como mão de obra nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1890-1960). **Revista Histórica UEG**, Anápolis, v. 2, n. 2, p. 94-110, jul./dez. 2013.

FILHO, Carlos Frederico Marés de Souza. Os Avá-guarani no oeste do Paraná: (re)existência em Tekoha Guasu Guavirá. Curitiba: **Letra da Lei**, 2016.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da erva mate**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GIMENES, Marcos. **A história da cidade de Porto Murtinho contada pela festa do touro Candil**. Porto Murtinho: UFMS, 2017.

GREGORY, Valdir. Fronteiras e Territórios: Conquistas e explorações nos sertões do Mato Grosso e do Paraná. **Perspectiva Geográfica**, v. 6, n. 7, p. 45-60, 2011.

GUAÍRA (PR). Prefeitura. **História municipal**. 2024. Disponível em: <https://www.guaira.pr.gov.br/municipio/historiamunicipal>. Acesso em: 27 fev. 2025.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. O trabalho de Sísifo: “escravidão por dívida” na indústria extrativa da erva-mate (Mato Grosso, 1890-1945). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 615-636, jul./dez. 2007.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Larangeira (Mato Grosso: 1890. 1991. Tese de Doutorado**. [s.n.].

G1. **Fruto de promessa, capela no Paraná tem vitrais com a história dos jesuítas**, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oestesudoeste/noticia/2013/03/vitrais-de-igreja-em-guaira-no-pr-retratam-historia-dos-jesuistas.html>>. Acesso em: 12 maio. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HORRI, Angélica Karina Dillenburg. Território Guarani na tríplice fronteira: fragmentos que resistem no espaço tempo. **Horii**, v. 16, n. 24, p. 121-141, jul./dez. 2014.

HOWSTUFFWORKS. **O que é um funicular?** 1 jan. 1970. Disponível em: <https://science.howstuffworks.com/engineering/civil/question512.htm>. Acesso em: 27 fev. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca IBGE**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo.html?view=detalhes&id=34106>. Acesso em: 27 fev. 2025.

IDAF – INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO. **Legitimação de terra devoluta**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://idaf.es.gov.br/legitimacao-de-terra-devoluta>. Acesso em: 11 jul. 2024.

ISSUU. Cartilha do projeto Carijó: conhecimento ancestral na fabricação artesanal da erva-mate. Coletivo Catarse, 2014. Disponível em: https://issuu.com/catarse/docs/carijo_cartilha. Acesso em: 27 fev. 2025.

JESUS, Laércio Cardoso de. **Erva mate-o outro lado**: a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970). Dourados-MS: UFMS, CPDO, 2004.

KRUKOSKI, Wilson R. M. **Levantamento da estrutura geodésica relativa a hidrovía do Rio Madeira (A Montante de Jirau / Sto. Antonio), Fronteira Brasil-Bolívia**. 2014. Disponível em: <http://info.Incc.br/madeira.html>. Acesso em: 15 fev. 2025.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Suzana (orgs.). **Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2004.

LUZ, M. **Carijos e barbaquás no Rio Grande do Sul**: resistência camponesa e conservação ambiental no âmbito da fabricação artesanal de erva-mate. Dissertação de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. 2012

MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. Passado, presente e futuro: revisitando as origens do tenentismo e o nacionalismo autoritário das décadas de 1910 e 1920. **Revista Crítica Histórica**, Juiz de Fora, ano XI, n. 21, p. 1-25, jul. 2020.

MÉTRAUX, Alfred. **A religião dos tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

MONDARDO, Marcos Leandro. Ser paraguaio no Mato Grosso do Sul: da migração à construção de uma identidade transfronteiriça. **Horii**, v. 15, n. 21, p. 69-91, jan./jun. 2013.

NAZARETH, Lucione. Governo Lula pede que Supremo anule lei do marco temporal. **GVN**, nov. 2024. Disponível

em: <https://www.vgnoticias.com.br/vgnjur/governo-lula-pede-que-supremo-anule-lei-do-marco-temporal/123117>. Acesso em: 11 jan. 2024.

NETO, Artur Bispo Santos. Formação da consciência de classe em-si e para-si. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Suzana (orgs.). **Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

NIMUENDAJU, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

NISSINEN, Daniela Mei Lipp. **Guardiões do Ka'ay (chimarrão): memória e patrimônio vivo da cultura Mbya Guarani**. Disponível em: acesso em 09 jul. 2022.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas - 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 218-269, 1999.

OLIVEIRA, Larissa Pascutti de. Zygmunt Bauman: a sociedade contemporânea e a sociologia na modernidade líquida. **Sem Aspas**, Araraquara, v. 1, n. 1, p. 25-36, 2012.

PAVÃO, Eugênio da Silva. **Formação, estrutura e dinâmica da economia do Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira**. 2005. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BURKE, Peter. "Língua e identidade no início da Itália moderna", in *A arte da conversação*, São Paulo, UNESP, 1995, p. 94.

PETROSKI, Susana Beatriz. Camino guaraní: De lejos venimos, hacia más lejos caminamos. **Folia Histórica del Nordeste**, n. 32, p. 235-237, 2018.

PORTAL MATO GROSSO. **Caetanada**. 2020. Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br/caetanada/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 1-15, 1997.

PRIORI, Angelo et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Eduem, 2012.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul do Mato Grosso. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 125-146, jun. 2010.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A grande empresa conhecida como Matte Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. **Primeiro encontro de pós-doutores do PPGH/UFF**, p. 1-19, 2010.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2015.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Pequena Ferrovia, grandes problemas: A E. F. Mate Laranjeira (1911-1959). **História** (São Paulo), v. 41, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2022008>. Acesso em: 12 maio 2024.

DE RESENDE, Marcos Deon Vilela et al. **Programa de melhoramento da erva-mate coordenado pela EMBRAPA**: resultados da avaliação genética de populações, progênies, indivíduos e clones. 2000.

RIBEIRO, Joaquim A. T. O nacionalismo do governo Vargas entre 1930 e 1945 e a questão das colônias alemãs. **Diálogos: Revista dos Alunos da Pós-Graduação em História**, IFCH/UERJ, edição especial, p. 1-20, 1999.

RIBEIRO, Tatiane Cristina. A formação do trabalhador na sociedade capitalista. **Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, p. 1-20, jan./abr. 2019.

RIBEIRO, Tatiane Cristina. **Território Guarani na fronteira**. 2015.

ROA, Raul Alffonso Rodrigues et al. Relações sociais e a erva-mate em terra indígena Kaiowá e Guarani. **Multitemas**, Campo Grande, n. 36, p. 7-28, jun. 2008.

ROSA, Helena Alpini; NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Território Guarani – muito além de um espaço limitado. In: **Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”**. Florianópolis: UFSC, 2014.

SALMAZIO, Camila. Avá-guaranis sofrem 4º ataque em sete dias em Guaíra (PR); quatro são baleados. **Brasil de Fato**, 4 jan. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/04/ava-guaranis-sofrem-4-ataque-em-sete-dias-em-guaira-pr-quatro-sao-baleados>. Acesso em: 9 jan. 2025.

SANTANA, Renato. TI Guyraroká sofre novo ataque por agrotóxicos: “nos chamam de amargoso, resistente ao veneno”, diz Guarani Kaiowá. **Cimi**, ago. 2024. Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/10/ti-guyraroka-agrotoxicos/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 110).

SCHADEN, Egon. A erva do Diabo. **América Indígena**, México, v. 8, n. 3, p. 165-170, 1948.

SILVA, Daniel Neves. Coluna Prestes. **Brasil Escola**, [s. d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/coluna-prestes.htm>. Acesso em: 11 maio 2024.

SILVA, Paula Fernanda Santos da. **Teodorico Leite dos Santos**: história e trajetória de um indígena resistente no século XX no Paraná. Dissertação (Mestrado em

História) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

SILVA, Rodrigo Luiz Medeiros. O caso do Paraguai à luz das teorias latino-americanas da industrialização tardia: as circunstâncias do atavismo econômico no cone sul. **História Econômica & História de Empresas**, v. 23, n. 2, p. 315-355, 2020.

SILVA, Walter Guedes da. **O processo de integração produtiva da região de Dourados à economia nacional**. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Biografias: construção e reconstrução da memória. **Fronteiras**, Dourados, v. 11, n. 20, p. 151-166, jul./dez. 2009.

SOBRINHO, A. P. **Amambai, memórias e história de nossa gente**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

SOUZA, Warley. Arroba [@]. **Brasil Escola**, [s. d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/informatica/arroba.htm>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SPERIOTTO, Fernanda Camargo. **Os Guarani e a erva-mate: trabalho indígena, resistência e adaptação nos ervais do Guairá (1609-1630)** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

TOMAZINHO, Paulo Alberto. **O processo de ocupação do sul de Mato Grosso e noroeste do Paraná: a economia ervateira e a Companhia Mate Laranjeira**. 1982. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino Superior) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1982.

TOURINHO, Mário. **Mensagem dirigida pelo Interventor Federal do Paraná, general [...], ao Chefe do Governo Provisório da República, Dr. Getúlio Vargas**. Curitiba, 5 out. 1931. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/179/items>. Acesso em: 13 abr. 2020.

TREVIZAN, Marcio Bogaz; BRASIL, Maria do Carmo. Grupo escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes da vida material da instituição no antigo sul de Mato Grosso - 1923-1931. **Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Maranhão: [s. n.], 2010.

BRASIL TURISMO. **Mapa do Mato Grosso em 1892**. Brasil turismo, [s.d.]. Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/mato-grosso/seculo19.htm>. Acesso em: 19 mar. 2025.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; MUNHÓS, Luyse Vilaverde Abascal. Mobilidade Guarani e territorialidade nas fronteiras de Mato Grosso do Sul: o pluralismo jurídico comunitário-participativo. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v. 3, n. 1, p. 129-150, jan./jul. 2017.

VICTAL, Jane; SOUZA, Adelita Araujo de. A urbanização de fronteira e as relações latino-americanas: estudo de caso das vilas de Itaipu. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 1, p. 75-89, maio 2011.

VIEIRA, Linneu Maria. O serviço de navegação da Bacia do Prata. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], p. 1-20, mar. 1951.

VIETTA, Katya. **Histórias sobre terras e xamãs Kaiowa**: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowá após 170 anos de exploração na faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageiros, mensus e colonos**. 2. ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.

YVYRUPA, COMISSÃO GUARANI (CGY). **Relatório sobre violações de direitos humanos contra os Avá guarani do oeste do Paraná**. 2017.

FONTES

BRASIL DE FATO. **Ava Guaranis sofrem 4º ataque em sete dias em Guaíra (PR)**; quatro são baleados. Brasil de Fato, 4 jan. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/04/ava-guaranis-sofrem-4-ataque-em-sete-dias-em-guaira-pr-quatro-sao-baleados/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da TI Tekoha Guasu Guavirá**. Grupo Técnico constituído pelas Portarias Funai nº 139/PRES, de 17 fev. 2014, e 402/PRES, de 25 abr. 2014. Coordenação de Marina Vanzolini Figueiredo (antropóloga); colaboração de Camila Salles de Farias (geógrafa); Diogo de Oliveira (antropólogo-assistente/biólogo). Brasília, DF: FUNAI, 2018.

PEREIRA, Levi Marques. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Guarani-Kaiowá Guyraroká**. Portaria nº 083/PRES/FUNAI, de 31 jan. 2001. Três Lagoas: FUNAI, 13 mar. 2002.

YVYRUPA, COMISSÃO GUARANI (CGY). **Relatório sobre violações de direitos humanos contra os Avá guarani do oeste do Paraná**. 2017.

YVYRUPA, COMISSÃO GUARANI (CGY). **Impactos da produção de commodities agrícolas às comunidades Avá-Guarani da Terra Indígena Avá Guarani Tekoha Guasu Guavirá Oeste do Paraná**. 2023.